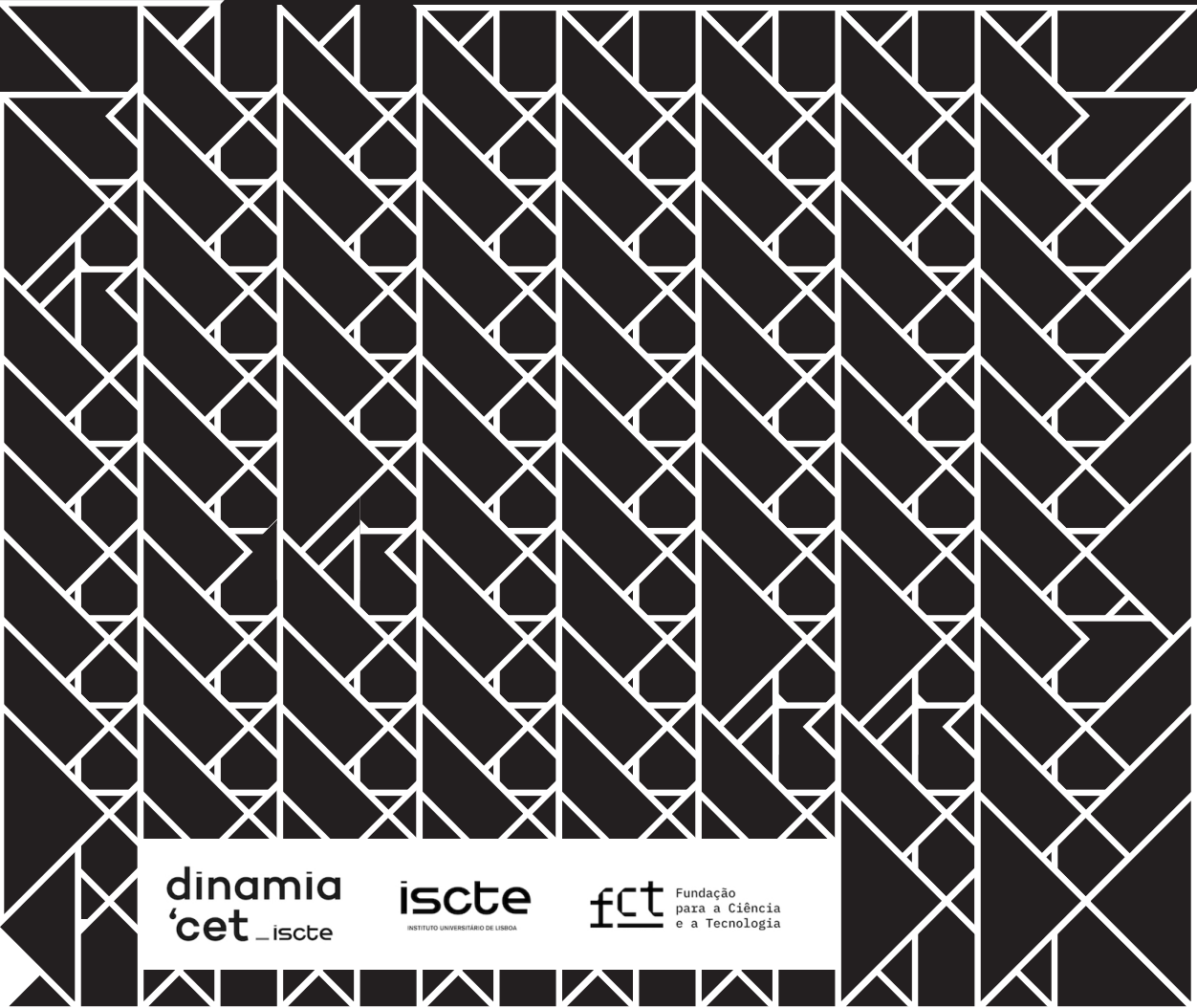


Policrise

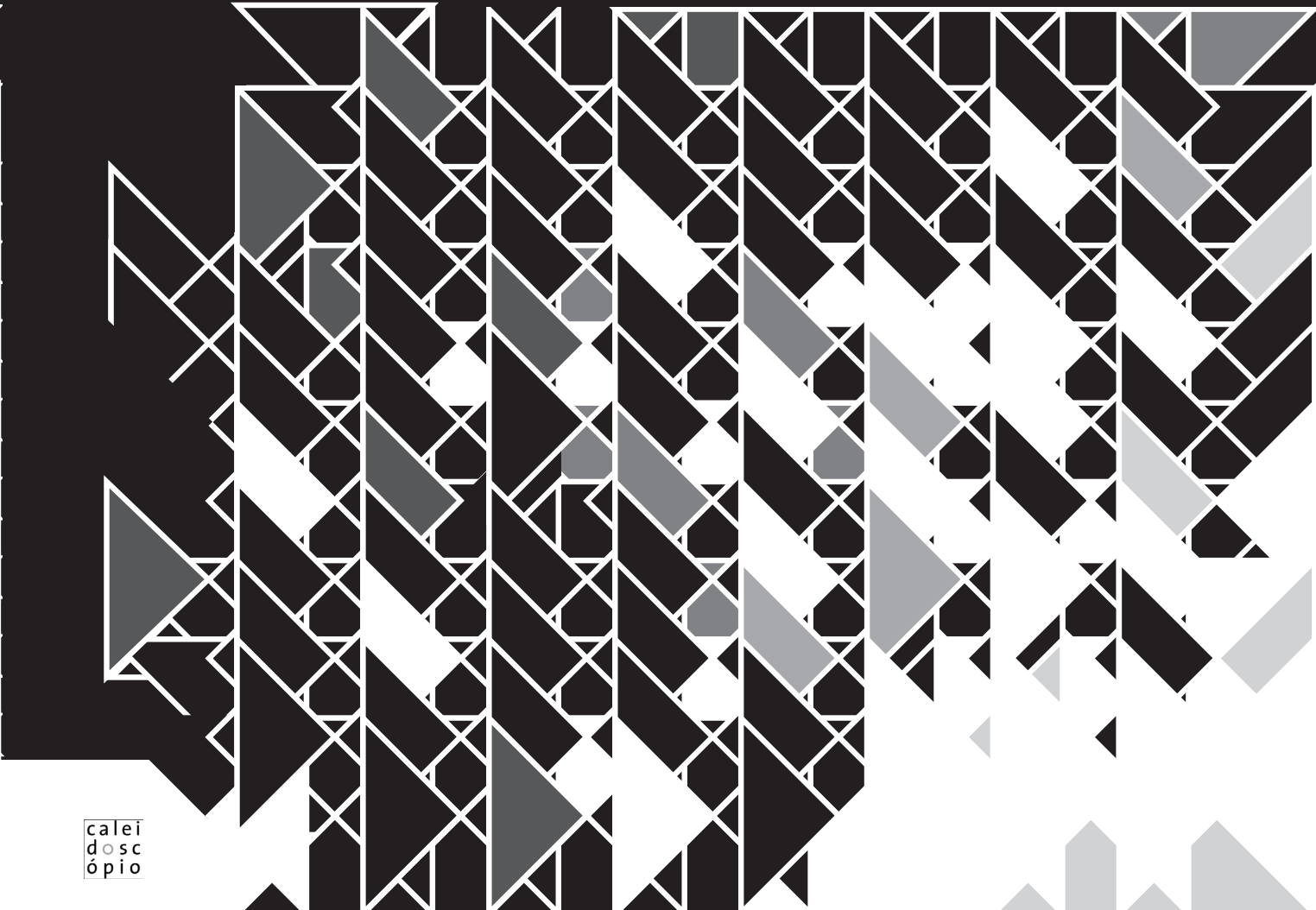


dinamia
'cet' _ iscte

iscte
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

fct
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

calei
do
sc
ópio



COLABORADORES NESTE NÚMERO
Alexandra Saraiva, Ana Costa, Joana Pestana Lages, Luísa Veloso, Manuel Jerónimo, Miguel Santos, Nuno Dias, Patrícia Alves de Matos, Patrícia Barbas, Paulo Tormenta Pinto, Rita Silva, Saila-Maria Saaristo.

APOIOS
Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDP/03127/2020

DIRECTOR Paulo Tormenta Pinto	TÍTULO Passagens: Policrise, Número: 5
DIRECTORA ADJUNTA Alexandra Saraiva	ISBN 978-989-658-853-3
COMISSÃO CIENTÍFICA Ana Costa Nuno Bento Paula André Paulo Marques	ISSN 2182-8512
CONCEPÇÃO GRÁFICA Eugénio Trigo	DEPÓSITO LEGAL 354601/13
CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS Atelier Aires Mateus (156-161) Arquivo Municipal da Câmara Municipal Lisboa (164, 166-169) Fátima Suleman, Sérgio Lagoa e Abdul Suleman (28-31) Fernanda Fragateiro (64-81) Fundação Champalimaud (170) Francisco Moura Veiga (162-163) Nuno Almendra (capa, 88, 90-92, 94-96, 98, 100, 102, 104, 106-108, 108-109, 112, 114-115, 116, 118, 120, 122, 124, 126, 128, 130, 131-132, 134, 136, 138-139, 140, 142-150) Plco arquitetos (152-155) Rita Guimarães e Paulo Marques (14, 18-19) Rui Branco (49-52, 54-56, 58-59)	DATA Janeiro 2024
	INDEXAÇÃO LATINDEX / 23580
	EDITOR Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA Rua de Strasburgo, 26, R/C Dto. 26075-756 Casal de Cambra Telf. (+351) 21 981 79 60 Fax. (+351) 21 981 79 55 caleidoscopio@caleidoscopio.pt www.caleidoscopio.pt

Índice

Argumento Editorial

- 3 POLICRISE E RESILIÊNCIA O que te faz feliz?
Paulo Tormenta Pinto, Alexandra Saraiva

Investigações I

- 9 Policrise
Ana Costa
- 19 Contributos para uma
antropologia da policrise:
cálculo humano de bem-estar,
necessidades humanas e vidas sustentáveis
Patrícia Alves de Mato
- 37 A Crise da Habitação: Reflexo da crise
do Capitalismo e da sua Financeirização
Rita Silva
- 59 Quem cuida da Universidade? Habitação, migração e trabalho
precário nas narrativas invisíveis de trabalhadoras de limpeza.
Joana Pestana Lages, Saila-Maria Saaristo, Nuno Dias
- 71 O trabalho projetificado
Luísa Veloso

Assimetrias Sociais

Fragmentos de uma peça teatral

- 83 A Beleza das Empregadas Domésticas
Manuel Jerónimo

Ensaio Fotográfico

- 99 The We in the I
Miguel Santos

Investigações II

- 125 Arquiteturas na Margem: o que te faz feliz?
Patrícia Barbas
- 129 No Dorso da albufeira
- 133 Para onde foram as cabras?: Diagnóstico de um território
- 143 “487 barragens removidas em 2023.”
- 231 Flora e Fauna
- 241 Viagem ao Cabril
- 245 Gesto Justo: Prognóstico para um território
- 252 Glossário
- 265 O compromisso com a regeneração do território: Conclusão
Patrícia Barbas

Argumento Editorial

POLICRISE E RESILIÊNCIA

O que te faz feliz?

Paulo Tormenta Pinto
Alexandra Saraiva

PASSAGENS 5 aborda o tema da ‘policrise’, promovendo uma leitura ampla de um fenómeno contemporâneo caracterizador do primeiro quartel do século XXI. Edgar Morin na década de 1990 havia lançado este termo, referindo-se um processo de continuo, com interligações e múltiplos cruzamentos.

Adam Tooze, relançou esta temática num artigo do publicado no Financial Times, em 2022, que intitulou de ‘Welcome To The World Of The Polycrisis’, alertando para os efeitos do processo de globalização nos modos de vida da sociedade e da economia contemporânea. Os novos desafios associados à geopolítica, ao ambiente a transição digital, ou emigração colocam desafios complexos à formulação de novas políticas públicas integradoras, capazes de garantir os valores humanistas que emergiram na segunda metade do século XX no contexto do pós-guerra.

Estes processos de mudança, são vistos com lentes diversas, no conjunto de contributos, organizados pela investigadora Ana Costa que coordenou a primeira parte deste número em *Investigações I*. Para além do seu texto introdutório, são publicados de quatro ensaios que cruzam diferentes áreas temáticas - o cálculo humano de bem-estar, necessidades humanas e vidas sustentáveis; o reflexo da crise do capitalismo e da sua financeirização; as implicações entre habitação, a migração e trabalho precário; e por último o trabalho projetificado. Na segunda parte é apresentada a memória da peça teatral ‘A beleza das empregadas domésticas’, onde o encenador Manuel Jerónimo explora o conceito as cadências e perceções do trabalho, interrogando a precariedade e as relações entre quem executa e quem dirige.

Ainda na segunda parte, Miguel Santos, artista e investigador, apresenta o ensaio fotográfico *The We in the I*, onde representa uma natureza viva, aparentemente intacta, que alude uma leitura subjetiva da relação humana em relação ao cosmos. Os enquadramentos precisos resultantes de uma hiper-exposição da câmara definem um ambiente estético improvável e algo imersivo que sublinha o carácter singular e dinâmico do território em constante transformação.

Na terceira e última parte – *Investigações II* – é apresentado um trabalho académico, coordenado pela arquiteta Patrícia Barbas, sobre a barragem do Cabril, situada entre Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, e Pedrógão Pequeno, no distrito de Castelo Branco. Esta vasta região, profundamente afetada pelos incêndios de julho de 2017, foi afetada por um rasto de destruição sem precedentes. Para além da perda de vidas humanas e da devastação ambiental, os fogos comprometeram a economia local e fragilizaram o tecido social das comunidades. A paisagem transformou-se drasticamente, revelando a vulnerabilidade de um território marcado por décadas de abandono, monocultura florestal e falta de planeamento sustentável. É assim lançada uma reflexão crítica sobre a regeneração ecológica, social e económica de territórios em crise. Nos seus trabalhos, os estudantes Beatriz Duarte, Beatriz Ribeiro, Carolina Künster, Cláudia Costa, Davi Souza, Diogo Vitorino, Flávio Ferreira, Inês Silva, Irina Benchechi, Matilde Monteiro e Miguel Matos, analisaram e experienciaram este o território, propondo chaves de leitura e formas de reutilização e regeneração da paisagem. A pergunta central — O que te faz feliz? — foi aplicada a um lugar em mudança e a um ecossistema frágil.

INVESTIGAÇÕES I

O termo policrise alcançou uma enorme popularidade. Académicos, decisores políticos, especialistas, assim como várias organizações, têm-se referido crescentemente nas suas análises ao conceito de policrise. O termo, popularizado pelo historiador Adam Tooze, na sua coluna no *Financial Times* e na newsletter *Chartbook*, e, posteriormente, em 2023, pelo Fórum Económico Mundial, centra-se na ideia da simultaneidade de vários choques, que se interligam e cujos efeitos têm uma natureza cumulativa. Em foco estava o impacto combinado que a crise pandémica, a invasão da Ucrânia pela Rússia e a crise climática poderiam originar. No momento atual, Tooze acrescenta o impacto resultante de uma escalada de conflitos regionais e de uma corrida ao armamento e o domínio de formas de capitalismo oligárquico, que aceleraram com a atual presidência norte-americana de Trump. O resultado da interação destas crises conexas, que podemos associar à ideia de uma tempestade perfeita, é a emergência - o impacto total da interação destes choques é amplificado e, por conseguinte, maior do que a soma dos efeitos dos vários choques. O termo policrise foi introduzido pelo filósofo e teórico da complexidade, Edgar Morin, com a publicação, em 1999, de um livro em coautoria com Anne Brigitte Kern, intitulado *Homeland Earth: A Manifesto for a New Millennium*.

O conceito é definido por Morin (1999, p. 73) como referindo-se a uma situação em que não se consegue apontar a existência de “nenhum problema vital único, mas de muitos problemas vitais”, sendo “esta complexa interconexão de problemas, antagonismos, crises, processos incontrolláveis, e a crise geral do planeta que constitui o problema vital número um”.

Em 2013, o teórico dos estudos da sustentabilidade e das transições, Mark Swilling serve-se do conceito de policrises e da definição de Morin (1999) para olhar para a Grande Crise Financeira de 2007 e os impactos subsequentes. O conceito, apontando, segundo Swilling (2013, p. 98), para um conjunto de crises encapsuladas umas nas outras que interagem a um nível global e atingem vários sistemas em simultâneo, não podendo ser reduzidas a uma única causa, é apropriado, pelo autor, na perspetiva do Sul Global e da problemática da sustentabilidade. Swilling (2013) assinala a presença de múltiplas tensões, a reprodução de desigualdades e a persistência de trajetórias dependentes de desenvolvimento, que associa à expansão descontrolada do capital financeiro, como fatores bloqueadores das possibilidades de uma transição a nível global. Em 2022, Scott Janzwood e Thomas Homer-Dixon esclareciam, numa publicação do Instituto Cascade, a diferença entre uma situação de policrise global e de risco sistémico. Risco sistémico seria definido como ocorrendo ao nível de um certo sistema, tendo repercussões em um ou dois outros sistemas (*spillover effects*). Policrise referia-se, por sua vez, como já assinalado, ao efeito combinado de vários riscos sistémicos que ocorrem em simultâneo em diferentes sistemas, originando repercussões adicionais nos sistemas de origem. Janzwood e Homer-Dixon (2022) utilizam a denominação policrise global quando os impactos assumem uma escala global, provocando danos irreversíveis e catastróficos e a degradação dos sistemas de suporte da vida e das sociedades.

A discussão sobre policrises tem suscitado uma atenção crescente da blogosfera. Veja-se a newsletter *The Polycrisis*, editada por Tim Sahay e Kate Mackenzie, que publica, desde outubro de 2022, análises regulares sobre o tema com um foco nas questões de geopolítica e da ordem económica internacional e suas instituições. O termo policrise tem recebido ainda a atenção de várias instituições internacionais, como as Nações Unidas, ou o Conselho Europeu. É disso exemplo a organização conjunta pelo escritório das Nações Unidas em Bruxelas, o escritório da Fundação Friedrich Ebert também em Bruxelas e a FEPS - Foundation for European Progressive Studies, da Conferência *Navigating through the poly-crisis: Towards a global pact for a better future for people and planet*, em março de 2024. Outras organizações têm promovido a expansão do termo em várias análises. São os casos do Instituto Omega, da Fundação V. Kann Rasmussen, ou do já referido Instituto Cascade.

Em face de tanta popularidade, o termo policrise arrisca-se a transformar-se num conceito vago. Muitas têm sido também as críticas que lhe têm sido dirigidas. Parte destas críticas desvalorizam o carácter excecional e novo das circunstâncias que o conceito de policrise procura retratar, aludindo, por exemplo, à situação complexa de todo o período da primeira grande guerra mundial e às circunstâncias que o envolveram, assim como às consequências que lhe sucederam. Daniel Drezner resume estas críticas, referindo-se ao historiador Niall Ferguson ou ao economista Noah Smith, para salientar a existência de contra movimentos e de forças capazes de equilibrar os sistemas. Embora reconhecendo a existência de forças diversas e contraditórias, fica por esclarecer como se poderá considerar que da sua interação resultará, necessariamente, um efeito compensador gerador de equilíbrio. Este é um esclarecimento que não caberá porventura nas teorias destes autores.

A controvérsia não é, no entanto, nova no campo das ideias económicas. Na verdade, encontramos no domínio da economia política, na crítica ao paradigma económico convencional, a rejeição do pressuposto que o sistema económico se autoequilibra. A divergência terá ainda implicações de política. À assunção dessa hipotética propriedade de autoequilíbrio associar-se-ia a suspeição com que são sempre consideradas as formas de regulação do sistema. Consideremos algumas correntes e autores representativos desse pensamento crítico. Esta referência, apesar de breve e incompleta, como se requer na introdução ao presente número, permite-nos afirmar com segurança que é possível ter dos processos económicos, da sua dinâmica de transformação histórica, diferentes leituras. No caso das correntes críticas do capitalismo, do século XIX, facilmente se identificam os socialistas utópicos e autores como Sismondi ou Marx, que argumentam a favor de uma interpretação do capitalismo, que longe de se caracterizar por uma convergência de interesses potenciadora do interesse geral, seria melhor descrito pela oposição de interesses e por várias formas de exploração, de que resultariam efeitos desestruturadores do próprio sistema.

O institucionalismo histórico norte-americano, destacando aqui o contributo de Veblen (1907), oferece uma leitura da mudança institucional como um processo indeterminado, sem um qualquer fim em vista pré-determinado. Em *Why is Economics not an Evolutionary Science?*, Veblen (1898) critica abertamente os pressupostos de que os sistemas económicos tendam para o equilíbrio e que os fenómenos económicos obedeçam a uma lei natural. Estas considerações seriam, para o autor, próprias de uma pseudociência, de uma taxinomia, incapaz de ter uma leitura dos processos e mecanismos da mudança. Para Veblen (1898), os processos económicos são evolutivos - a causalidade que liga diferentes fenómenos é cumulativa. Em 1944, Gunnar Myrdal utiliza o conceito de causalidade cumulativa para estudar a situação da população afro-americana nos Estados Unidos e a sua condição marcada por um círculo vicioso de pobreza.

No caso de J. Maynard Keynes, a incerteza e a complexidade assumem um papel central na sua obra. Em *The General Theory of Employment, Interest and Money*, de 1936, Keynes critica os postulados da teoria clássica e neoclássica do pleno emprego e propõe uma abordagem alternativa: “é uma característica notável do sistema económico em que vivemos que, apesar de estar sujeito a fortes flutuações no que respeita ao produto e ao emprego, não é violentamente instável. Na verdade, parece capaz de permanecer numa condição crónica de subemprego durante um período considerável, sem qualquer nítida tendência para a recuperação ou para o colapso completo. Além disso, a evidência mostra que o pleno emprego, ou mesmo aproximadamente o pleno emprego, é uma ocorrência rara e de curta duração” (Keynes, 1936, p. 249-250). Um outro domínio da crítica ao conceito de polícrise acentua antes a ausência de uma reflexão sobre a natureza das relações capitalistas que estão na base das várias crises, a que o conceito faz referência. Toda a linguagem sobre choques, riscos sistémicos, complexidade, emergência arrisca-se a promover uma narrativa despolitizadora, que é notada por alguns críticos. Veja-se, por exemplo, a coluna da autoria de Güney Işıkara no blogue *Developing Economics*.

Este confronto de perspetivas em torno do conceito de policrise serviu de inspiração ao presente número da revista PASSAGENS. Valerá a pena esclarecermos a posição que parece emanar das leituras feitas no presente número. Poder-se-á apontar que partilhamos o reconhecimento de que vivemos um contexto de múltiplas crises, de crises conexas, cujos efeitos se entrecruzam e vão progressivamente fragilizando todo o tecido económico e social com profundas implicações políticas. A leitura que aqui propomos procura, porém, explorar duas dimensões que consideramos sub-representadas na discussão sobre policrises. A primeira dimensão é a dimensão política. Trata-se de reconhecer explicitamente a necessidade de uma compreensão mais alargada da natureza das relações capitalistas, das várias forças e interesses em presença e das relações de poder que as enformam, e de como isto poderá estar na origem de crises, com repercussões diversas em contextos diferentes. As relações capitalistas são assim tomadas na sua variabilidade e plasticidade, não como um todo autoexplicativo. É nesta acepção que se considera a fase atual de um capitalismo financeirizado e assimétrico, em que crescem fenómenos de fragmentação e polarização em diferentes domínios, social, económico, político e cultural.

Esta perspetiva corresponde aliás a uma redescoberta interdisciplinar do estudo do capitalismo, alinhada com uma tendência internacional de investigação no domínio das ciências sociais, que inspirou o Doutoramento em Economia Política - programa doutoral ao qual o DINÂMIA' CET-Iscte está ligado, juntamente com o CIES-Iscte, e com outras unidades de investigação das restantes instituições parceiras do programa - a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. O estudo interdisciplinar do capitalismo que é promovido no âmbito do Doutoramento em Economia Política vê-o enquanto um sistema socioeconómico e de poder; um sistema diversificado ao longo e em cada momento da sua história; um sistema em transformação nos seus quadros institucionais e nas suas escalas. Esta perspetiva é transversal aos vários artigos do presente número.

A segunda dimensão prende-se com a análise do conceito de policrise na perspetiva das periferias. A crise pandémica e a guerra na Ucrânia atingem Portugal, uma economia periférica no contexto europeu, após o impacto das políticas de austeridade nos anos de intervenção da Troika¹, de 2011 a 2014, no contexto da crise das denominadas dívidas soberanas da Zona Euro. Este regime de uma economia política da austeridade deixou um lastro muito significativo na economia e sociedade portuguesas. Para além dos impactos recessivos vividos nos anos da crise ao nível da atividade económica, do emprego e do investimento, as políticas de austeridade acentuaram os desequilíbrios internos e as condições de dependência da economia portuguesa (Reis, 2023). As medidas de desvalorização interna, implementadas no contexto do programa de resgate da Troika, constituíram um momento de aceleração de uma trajetória anterior de desproteção e individualização da relação laboral, e de enfraquecimento dos sindicatos, que não foi completamente superada. O perfil de especialização produtiva da economia portuguesa é também afetado. A recomposição do peso das atividades económicas na estrutura do produto mostra um crescimento mais acentuado dos setores associados ao turismo, como o alojamento e a restauração, e as atividades imobiliárias. O relançamento da economia que sai deste regime de uma economia política de austeridade alicerça-se, fundamentalmente, na desqualificação da atividade económica, na desvalorização do trabalho e na rentabilização dos ativos.

1- A Troika integrou o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.

A leitura que propomos no presente número da revista PAS-SAGENS nasce da preocupação de melhor compreendermos os impactos destas múltiplas crises numa economia, como a economia portuguesa, já de si fragilizada e de como isso poderá aprofundar desigualdades existentes e originar novos desequilíbrios. Em causa está o desenvolvimento das dimensões analíticas já aqui referidas. Em primeiro lugar, quando nos questionamos que força é essa, referimo-nos agora ao(s) capitalismo(s), questão, que sendo considerada de diferentes ângulos, percorre os artigos do presente número, assim como está presente no texto do encenador Manuel Jerónimo da peça *A Beleza das Empregadas Domésticas*. Poderemos lá falar de policrises sem falar de capitalismo(s)? Por sua vez, a fixação de coordenadas espaço-temporais ao conceito de policrise dá-lhe densidade e trá-lo para o plano das vivências concretas destas crises conexas. A perspetiva que trazemos sobre a economia portuguesa enfatiza esferas fundamentais do bem-estar e do cuidado, é sobre a Habitação e o Trabalho que nos debruçamos afinal quando lemos os impactos deste contexto de policrise à escala nacional.

No primeiro artigo, Patrícia Matos propõe uma antropologia da policrise como um antídoto para o vazio explanatório em que a retórica das policrises poderá incorrer. Fá-lo partindo do conceito de ‘economias quotidianas do bem-estar’, que compreende as capacidades agenciais dos seres humanos, assim como as suas práticas, alicerçadas social e culturalmente, na procura das condições necessárias à vida e da sua sustentabilidade intergeracional, que emergem, geralmente, como críticas em condições de crise. Este conceito procura desvendar práticas histórica e localmente informadas e outras formas de valoração não redutíveis ao valor mercantil, podendo constituir-se como um guia para a ação dos poderes públicos.

No segundo artigo, Rita Silva analisa a crise da habitação, especificando os seus contornos no caso de Portugal. A crise da habitação é vista como o resultado de um processo de financeirização do capitalismo, que procura responder às crises de sobre acumulação das economias capitalistas e da necessidade de extração de rendas. Neste processo, a habitação é progressivamente financeirizada, por via, essencialmente, da compra de casa própria e da promoção do crédito, ou pela sua transformação em ativo financeiro. A habitação como expressão rentista é contraposta à sua função social, mostrando tensões fundamentais das formas de funcionamento das economias capitalistas.

No terceiro artigo, de Joana Lages, Saila-Maria Saaristo e Nuno Dias, a crise da habitação é novamente palco, mas na interseção com a experiência de trabalhadoras imigrantes em Portugal por via do caso das trabalhadoras de limpeza do Iscte. Procura-se mostrar como desigualdades de género, precariedade laboral, dinâmicas migratórias e exclusão habitacional convergem e amplificam-se mutuamente, constituindo-se como expressão localizada de polícrises a uma escala global. O conceito de policrise é usado como lente analítica para compreender a interligação entre fenómenos contemporâneos assentes na exclusão socio-espacial a partir de um lugar particular, o gabinete 132 da Ala Autónoma do Iscte, e de uma abordagem específica - a da etnografia não convencional, formada para examinar as desigualdades sociais a partir do interior da universidade.

No quarto artigo, Luísa Veloso detém-se sobre a projetificação do trabalho a partir de uma investigação em curso – *PROWORK: Projetificação do trabalho: modelos de organização em rede nas sociedades capitalistas contemporâneas*. A projetificação do trabalho vista como a generalização crescente do trabalho por projeto é descrita como uma forma de organização do trabalho que se tem disseminado por vários setores de atividade económica e profissões e que aqui se foca nos projetos em rede. A investigação fazendo uso do estudo de caso atende a várias dimensões, desde as questões sobre divisão do trabalho e atribuição de responsabilidades, às relações de emprego e aos mecanismos de controlo do trabalho, e aos domínios de expertise e competências gestionárias mobilizadas até aos impactos na saúde.

Referências Bibliográficas

- Janzwood, S. e Homer-Dixon, T. (2022, April 27) *What Is a Global Polycrisis? And how is it different from a systemic risk?*. Discussion Paper - Cascade Institute.
- Keynes, J. Maynard (1936). *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Londres: MacMillan.
- Myrdal, G. (1944). *American dilemma: the Negro problem and modern democracy*, Londres e Nova Iorque: Harper & Brothers Publishers.
- Morin, Edgar (1999). *Homeland Earth: A Manifesto for a New Millennium*. Hampton Press.
- Reis, José (2023). *Os cinco trabalhos de uma periferia europeia: a economia portuguesa em tempos convulsos*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 130, 101-126
- Swilling, M. (2013, January 31). *Economic crisis, long waves and the sustainability transition: An African perspective*. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 6, 96–115.
- Veblen, T. (1898, July). *Why is economics not an evolutionary science?*. *Quarterly Journal of Economics*, 41-69.
- Veblen, T. (1907). *The Socialist Economics of Karl Marx and his Followers II: The Later Marxism*. *Quarterly Journal of Economics*, 21(1), 299-322.

Contributos para uma antropologia da policrise:

cálculo humano de bem-estar,
necessidades humanas
e vidas sustentáveis

Patrícia Alves de Matos, CRIA – ISCTE –
Instituto Universitário de Lisboa, NOVA –
FCSH-UNL, patricia.matos@iscte-iul.pt,
p.matos@fcsch.unl.pt

O termo "polycrise" foi cunhado pelos teóricos da complexidade de Edgar Morin e Anne Brigitte Kern há cerca de duas décadas. Segundo estes autores, a questão mais premente do nosso tempo não era uma ameaça singular, mas sim a "complexa inter-solidariedade de problemas, antagonismos, crises, processos incontroláveis e a crise geral do planeta" (Morin e Kern 1999, p. 74). Na década de 2010, académicos e líderes europeus — em particular o então Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker — adotaram o termo para se referirem às crises migratórias, financeiras e do Brexit que então, como hoje, afetam a Europa. Na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022, Adam Tooze, da Universidade de Columbia, e investigadores do Cascade Institute utilizaram o termo "polycrise" para caracterizar as interações complexas entre os efeitos da guerra, as alterações climáticas e a pandemia (Lawrence et al., 2022; Tooze, 2022).

Segundo Adam Tooze, estamos a viver uma situação global sem precedentes, caracterizada por desafios ecológicos, económicos, sociais e de saúde interligados e cumulativos. Esta era de policrise resulta, em grande medida, da produção radical de incerteza decorrente de uma série de projetos de modernização falhados focados no imperativo do crescimento económico contínuo. Segundo o autor, na década de 1970, ainda era possível identificar uma única causa para as aceleradas mudanças nos domínios económico, social, ecológico e político, como por exemplo a ascensão e consolidação da doutrina neoliberal. Atualmente, porém, a identificação de uma causa e de uma solução únicas tornou-se muito mais complexa. O conceito de policrise, tal como definido por Tooze, tem sido alvo de críticas por parte de vários autores. Estes argumentam que o termo obscurece frequentemente as dinâmicas e os interesses capitalistas, mais do que os clarifica. Os críticos afirmam que a ideia não é nova, como demonstrado pelas causas e efeitos multidimensionais subjacentes a crises passadas - como a crise petrolífera dos anos 70 e a Grande Recessão de 2008. Adicionalmente, advertem que rotular os fenómenos como uma policrise pode levar a simplificações excessivas e a argumentos potencialmente neo-malthusianos (Sial, 2023; Kluth, 2023; Drezner, 2023).

Neste texto exploro a crescente desconexão entre a contínua hegemonia do paradigma do crescimento económico e a sustentabilidade intergeracional de bem-estar humano considerada uma das contradições centrais da atual policrise. Proponho uma agenda de investigação baseada na noção de "economias quotidianas de bem-estar", que visa, em primeiro lugar, ultrapassar a primazia do PIB (produto interno bruto) como o instrumento mais eficaz para definir, compreender, orientar e agir sobre a melhoria do futuro económico e do bem-estar humanos. E, em segundo lugar, oferecer uma nova forma de pensar e examinar as relações e os processos de constituição mútua entre o conhecimento de bem-estar quotidiano das pessoas e aquele que deriva de ortodoxias económicas institucionalizadas e convencionais.

No que se segue, começo por contextualizar brevemente a evolução de métricas e indicadores quantitativos, ilustrando como historicamente deixaram de ser apenas uma simples representação da realidade para se constituírem como um modelo prescritivo da mesma e do bem-estar humano, utilizando o PIB como exemplo fundamental. A seguir, introduzo o conceito de "economias quotidianas de bem-estar". Depois exploro três questões antropológicas centrais que demonstram a necessidade de alterar a nossa perspetiva sobre o cálculo humano de bem-estar e sustentabilidade intergeracional, e a sua potencial relevância para uma antropologia da policrise.

O PIB e as suas críticas

A utilização de retóricas de quantificação, representações numéricas e indicadores globais como instrumentos de governança e produtores de conhecimento para definir o sucesso do bem-estar humano e das políticas sociais é um fenómeno histórico. É marcado pelo aparecimento das estatísticas como elemento central de autodefinição nacional e do comércio nacional nos séculos XVIII e XIX (Porter 1995; Desrosieres 1993) e pela mais recente crescente proeminência do indicador do PIB (produto interno bruto) como principal bússola política para um maior crescimento económico e bem-estar social. No entanto, a excessiva dependência histórica em indicadores quantitativos para definir, valorar e avaliar o bem-estar social e individual, bem como a sua crescente influência na conceção, planeamento e execução das políticas sociais nacionais e supranacionais, não conseguiu responder às expectativas da cidadania de maior capacidade de satisfação de necessidades humanas fundamentais de modo a assegurar vidas sustentáveis ao longo de gerações. Em vez disso, o aumento de padrões de desigualdade social e económica, as crises de reprodução social, o desmantelamento das expectativas intergeracionais de mobilidade social, os níveis crescentes de insegurança alimentar, e a recente "crise do custo de vida" moldam as vidas de grande parte da população europeia, e não só, contribuindo em conjunto para uma falta de sustentabilidade de bem-estar.

O surgimento e a proeminência global generalizada da medida do PIB como guia para o florescimento e prosperidade humana representam um caso ilustrativo de como a quantificação, as representações numéricas e as tecnologias de medição passaram historicamente de meras descrições da realidade para modelos prescritivos da realidade e do comportamento de bem-estar humano. A vontade dos governos nacionais de contabilizar a produção e o rendimento nacionais surgiu na sequência da Grande Depressão de 1929. Nos Estados Unidos, na década de 1930, Simon Kuznets elaborou um relatório sobre as contas nacionais que serviu de base para a conceção de prestações sociais destinadas a atenuar os custos sociais e humanos do desemprego em massa, da pobreza e da miséria. No entanto, tal como elaborado por Kuznets (1941), o Produto Interno Bruto foi concebido para servir como um auxiliar quantitativo na produção, planeamento e implementação de políticas sociais e não como um instrumento prescritivo associando elevado crescimento económico a um maior bem-estar humano. O processo histórico através do qual a definição de bem-estar humano e de welfare passou a ser determinada pelo crescimento económico, definido pelo indicador PIB, foi moldado principalmente pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial e pela necessidade do governo dos EUA de planear a produção em tempos de guerra. Após o fim da II Guerra Mundial, o crescimento do PIB passou a ser o principal objetivo da atividade económica. Ou seja, o indicador do PIB foi-se divorciando cada vez mais do objetivo do bem-estar humano, sendo antes um modelo prescritivo para a globalização do crescimento económico e para a produção da procura.

Desde a década de 1970, várias organizações e estudos académicos têm salientado a importância de separar o crescimento do PIB do bem-estar humano e das políticas sociais. O influente trabalho do Clube de Roma, em 1972, salientou que o crescimento económico perpétuo era incompatível com a preservação dos limites ambientais e com a garantia do bem-estar da maioria da população (Meadows et al., 1972). Este trabalho inspirou um corpo crescente de literatura que desafia a ideia de que o crescimento contínuo é a solução definitiva para questões sociais, políticas e ambientais (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2010; Latouche, 2009; Fioramonti, 2013; Coyle, 2014; Philipson, 2015; Masood, 2016; Lepenies, 2016; Pilling, 2018; Hoekstra, 2019). Estes trabalhos têm como objetivo consciencializar para as limitações da quantificação, das representações numéricas e das medições no desenvolvimento na implementação de políticas sociais que garantam os meios de subsistência das gerações futuras. Desde as primeiras críticas à utilização de estatísticas como ferramentas de governação, as sugestões apresentadas por académicos em várias áreas de estudos, como os estudos do desenvolvimento ou a economia feminista, demonstram um desejo de ir além da simples quantificação do bem-estar humano e, em vez disso, incluir dimensões de bem-estar e florescimento humano que não podem ser facilmente medidas ou comensuráveis (Max-Neef, 1991; Benería, 2003; Fraser, 2016; Mezzadri & Fan, 2018; Sen, 1985; Nussbaum, 2000).

A resiliência do paradigma de crescimento económico contínuo, tal como medido pelo PIB, na formulação de políticas públicas, apesar das críticas que o associam à degradação ambiental, à desigualdade e ao declínio do bem-estar, é em si mesmo algo que tem sido alvo de investigação por parte de diversas ciências sociais. Estudiosos atentos às políticas do crescimento económico argumentam que a prioridade dada à expansão do PIB não é meramente uma questão de lógica económica, mas está profundamente enraizada nas instituições políticas, nas estruturas de poder e em processos ideológicos. Assim, vários fatores são apontados como relevantes para compreender como o crescimento continua a ser um imperativo na conceção, planeamento e execução de políticas públicas. Estes fatores incluem: a mobilização governamental do crescimento económico como instrumento de legitimidade política (Schmelzer, 2016); o modo vigoroso como a medição do crescimento económico está incorporada em instituições políticas, como a OCDE; o FMI e o Banco Mundial (Mazzucato, 2018); o poder das elites económicas e dos interesses capitalistas na sustentação de um modelo económico fundamentalmente orientado para o crescimento económico (Harvey, 2005); o medo da estagnação e da crise, com os decisores políticos a associarem frequentemente o baixo crescimento à instabilidade, e a forma como a ideologia do crescimento está profundamente enraizada nas expectativas sociais de progresso, sucesso e prosperidade (Latouche, 2009). Em geral, apesar das fortes críticas ao paradigma do crescimento económico contínuo, este persiste porque serve múltiplas funções políticas, económicas e ideológicas.

Em síntese, até o presente já foram salientadas algumas limitações e falhas críticas da medida do PIB: O PIB não tem em conta a distribuição desigual do rendimento e da riqueza; subestima o valor do trabalho não remunerado e dos cuidados, bem como uma vasta gama de serviços intangíveis; não aborda a degradação ambiental e o esgotamento dos recursos e, fundamentalmente, não é um bom indicador de bem-estar e provisão social (Waring, 1988; Daly e Cobb, 1989; Stiglitz, J. et al. 2010; Coyle, 2014; Philipsen, 2015). O cálculo humano de bem-estar e da sustentabilidade intergeracional dos meios de subsistência continua refém de um indicador contestado, mas poderoso, que não consegue incorporar a produção multidimensional, a experiência e as complexidades contextuais que determinam e impulsionam todos os dias experiências intergeracionais bottom-up que visam vidas sustentáveis. O que não se enquadra na análise quantificada do bem-estar e nos modelos de políticas sociais é excluído, invisibilizado e privado de valor teórico.

Economias quotidianas de bem-estar

Uma breve história das medidas de bem-estar para além do PIB poderia começar com a introdução do *Gross National Happiness* (GNH) em 1972, no Butão. O rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, rejeitou o PIB como medida de desenvolvimento e introduziu o GNH, sublinhando a importância da preservação cultural, da conservação ambiental e do bem-estar geral. Em 1989, os economistas Herman Daly e John Cobb introduziram o *Index of Sustainable Economic Welfare* (ISEW), que ajusta o PIB aos custos ambientais e à desigualdade de rendimentos. Seguiu-se a introdução do *Happy Planet Index* (HPI) em 1989 pela *The New Economics Foundation*. Centrado na sustentabilidade, o HPI mede o bem-estar a par da pegada ecológica, deslocando a atenção para a felicidade sustentável. Mais recentemente, em 2008, surgiu a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi sobre o bem-estar. Liderada pelos economistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, esta comissão concluiu que o PIB é insuficiente e apelou à adoção de medidas mais amplas de bem-estar, influenciando a elaboração de políticas a nível mundial. Em 2011, a OCDE lançou o *Better Life Index* (BLI). Desenvolvido pelo *Social Progress Imperative*, o SPI exclui totalmente os dados económicos, centrando-se na saúde, na educação e nas

oportunidades. Finalmente, em 2015, a adoção dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela ONU marcou uma mudança global para uma abordagem de bem-estar multidimensional, abordando fatores económicos, sociais e ambientais. Embora as medidas alternativas de bem-estar vão para além do PIB, incorporando dimensões sociais, ambientais e psicológicas, continuam a não conseguir captar a natureza complexa, culturalmente específica e negociada do bem-estar humano. Com base num projeto antropológico em curso, proponho uma mudança de perspetiva na compreensão do cálculo humano de bem-estar e sustentabilidade dos meios de subsistência, a partir do conceito original de "economias quotidianas de bem-estar". Este conceito visa fornecer uma bússola para conectar o conhecimento incorporado pelas pessoas às intervenções de política social que vão além do imperativo de crescimento económico. Defino o conceito de "economias quotidianas de bem-estar" como englobando as práticas histórica e localmente informadas, as éticas normativas dos modos de subsistência e os argumentos de valoração vernacular, que informam a forma como os agregados familiares e os indivíduos definem e procuram satisfazer necessidades materiais e imateriais (i.e. recursos, reivindicações e direitos) necessárias para garantir a sustentabilidade intergeracional dos meios de subsistência, especialmente em conjunturas de crise. A minha definição de sustentabilidade dos meios de subsistência inspira-se na definição de *livelihood* sugerida por Chambers e Conway (1992):

A livelihood comprises the capabilities, assets (stores, resources, claims and access) and activities for a means of living: a livelihood is sustainable which can cope with and recover from stress and shocks, maintain or enhance its capabilities and assets, and provide sustainable livelihood opportunities for the next generation; and which contributes net benefits to other livelihoods at the local and global levels and in the short and long term. (6)

O conceito de economias quotidianas de bem-estar baseia-se na literatura sobre economias populares, processos sociológicos de *embbedeness*, teoria da reprodução social e economia feminista para abordar as noções de escolha, agência e processos de decisão sobre provisionamento. Ao fazê-lo, coloca em foco as capacidades agenciais dos seres humanos e as qualidades socialmente embebidas das suas respostas e projetos económicos quotidianos na procura de sustentabilidade intergeracional dos meios de subsistência em conjunturas de crises cumulativas (Narotzky & Besnier, 2014; Polanyi, 1944; Mingione, 1991; Hann & Hart, 2009). As economias quotidianas de bem-estar englobam os processos de provisionamento através da economia remunerada e não remunerada, os padrões do trabalho doméstico, o desenvolvimento das capacidades humanas e a equidade de resultados, bem como a integração de pressupostos de género e de classe no raciocínio político (Ferber e Nelson, 1993; Bakker, 1994; Nelson, 1996; Beneria, 2003). Assim, o conceito de "economias quotidianas do bem-estar" convida a comparar, de forma histórica e etnográfica, as relações entre as reconfigurações económicas dos agregados familiares, as estratégias individuais de subsistência e as interações com as instituições mediadoras (estatais ou não) de provisão de bem-estar no contexto atual caracterizado por múltiplas crises.

Ao fazê-lo, o conceito de "economias quotidianas do bem-estar" visa ser um instrumento analítico e metodológico no sentido de permitir investigar aquilo que é invisibilizado pelo modelo e regime prescritivo do PIB que molda futuros macroeconómicos. Mais concretamente, as propriedades embebidas, complexas e interativas da vida económica e extraeconómica em que a maioria das pessoas realiza as suas atividades quotidianas de subsistência, investimentos relacionais e projetos de sustentabilidade intergeracional de bem-estar.

Para uma antropologia da policrise

Como referido no início deste texto, a atual conjuntura de policrise é marcada por uma contradição fundamental representada pela contínua hegemonia do paradigma de crescimento económico contínuo, expresso pela métrica do PIB - que contribui para a produção e reprodução de crises capitalistas cumulativas - e as capacidades das pessoas comuns de satisfazerem necessidades humanas básicas e investirem em projetos de sustentabilidade de bem-estar intergeracionalmente. Partindo do conceito de economias quotidianas de bem-estar, que visa analisar conjuntamente as determinantes contextuais, materiais e morais da experiência, produção, negociação e conceptualização de bem-estar e sustentabilidade intergeracional, no seio de, e através de diversas escalas reguladoras da provisão social, nesta secção exploro três questões antropológicas fundamentais. Estas visam enfatizar a relevância de integrar diferentes escalas de análise de bem-estar de modo a potenciar uma visão mais holística das relações e dos fatores de causalidade interrelacionados que moldam: a) a geografia desigual de alocação e distribuição de recursos conducentes a resultados positivos de bem-estar; b) as lógicas morais e de valoração que informam as estratégias através das quais as pessoas negociam possibilidades antagónicas com vista a garantir vidas sustentáveis ao longo de gerações; e c) o fosso entre o conhecimento, as práticas e as lógicas de bem-estar quotidianas das pessoas e aquelas que orientam as premissas de ortodoxias económicas institucionalizadas.

As crises que enfrentamos atualmente, incluindo as alterações climáticas, a insegurança alimentar, a ascensão de políticas autoritárias, o esgotamento de recursos, a crescente desigualdade, a degradação ambiental, a diminuição da mobilidade social intergeracional e o enfraquecimento das redes de segurança do Estado-providência, devem ser compreendidas como resultado da relação complexa entre histórias locais, trajetórias de desenvolvimento institucional contingentes e mudanças sistêmicas globais. Assim, a primeira questão que importa explorar é: *como interagem a história local e as mudanças geopolíticas globais para produzir percursos de desenvolvimento nacional diferenciados de provisão de bem-estar e quadros de proteção social na atual conjuntura de policrise?* Esta questão aponta para a necessidade de estarmos conscientes de que a capacidade das pessoas para satisfazerem as suas necessidades (materiais e imateriais) e fazerem investimentos intergeracionais visando a melhoria dos meios de subsistência e condições de vida é potenciada ou restringida por escalas diferenciadas de regulação baseadas na história local e em dinâmicas de poder estrutural (Wolf, 1982; Mintz, 1985). Por exemplo, os países do sul da Europa, nomeadamente Espanha, Itália, Grécia e Portugal, partilham um modelo de bem-estar familialista semelhante, mas têm modelos de integração temporalmente diferenciados na geopolítica mais ampla da UE e trajetórias de desenvolvimento nacional distintas, no que se refere à provisão centralizada de bem-estar estatal. Este último aspeto informa a forma como as pessoas negoceiam a prática e a conceção de economias quotidianas de bem-estar e pode revelar como assimetrias de poder no Sul da Europa moldam a conceção e a implementação das políticas sociais que visam mitigar os efeitos de crises cumulativas.

Em contraste com a economia convencional, que domina a teoria e as políticas sociais de bem-estar, a antropologia, a economia feminista crítica, a sociologia e algumas tradições económicas heterodoxas registaram desde cedo evidências empíricas e históricas relativas à impossibilidade humana de uma esfera delimitada de transações económicas que operam no âmbito de um mercado universal autorregulado, povoado por uma multiplicidade de sujeitos que são todos um derivado invariável do paradigma do *homo economicus*. As primeiras críticas antropológicas de Bronislaw Malinowski (1922) ou de Marshall Sahlins (1972) lançaram as bases para a emergência de uma abordagem teórica e metodológica substantivista (Polanyi, 1957) das economias humanas, que contesta a pretensa universalidade dos mercados capitalistas modernos ou modalidades e instituições a-históricas invariantes que regulam os sistemas de aprovisionamento ao longo do tempo. Mais recentemente, a antropologia económica expandiu estas críticas em importantes direções teóricas e metodológicas: a) ao salientar a importância de considerar a relação mutável entre os significados originais da *oikonomia* e as suas transformações históricas em processos de desenvolvimento desiguais que operam simultaneamente às escalas local e global e produzem várias possibilidades de economias humanas (Hann & Hart, 2011); e, b) pela forma como as economias populares (grass-roots economies), que englobam práticas de procura de meios de subsistência, valores relacionais e redes sociais de investimento, contestam, acomodam e negoceiam políticas, significados e modelos macroeconómicos (Narotzky, 2020).

Estes contributos apontam para a adoção de uma definição de economia, transações económicas e valor económico que não está contida nos modelos quantificados de economia que sustentam a economia do bem-estar dominante orientada para o crescimento. Em vez disso, é necessário encarar a economia como uma realidade histórica e moralmente embebida, que determina (mas não anula por completo) a capacidade das pessoas de atuarem como produtoras de bem-estar e de projetarem caminhos de sustentabilidade de bem-estar dependentes do contexto. Esta noção de agência económica e de cálculo humano de bem-estar afasta-se do paradigma do *homo economicus*, na medida em que os agentes humanos não se reduzem constantemente a agentes racionais maximizadores, cujas preferências e interesses próprios orientam as suas escolhas entre meios escassos para atingir um objetivo específico. Em vez disso, permite-nos adotar uma noção de agência económica e de cálculo humano de bem-estar como o resultado de processos relacionais e negociados no contexto de acesso desigual a recursos essenciais de subsistência e a instrumentos de reivindicação. Permite-nos ainda destacar o agregado familiar e os contextos domésticos, como unidade central da análise empírica, seguindo a abordagem de provisionamento social desenvolvida pela economia feminista. Esta última enfatiza que a economia não se limita às atividades de mercado, mas abrange também as ações das pessoas na procura de meios de subsistência, que incluem o trabalho assalariado e os cuidados não remunerados prestados a crianças, idosos ou familiares doentes (Power, 2004; Nelson, 1993).

O agregado familiar, ou contexto doméstico, assume uma centralidade absoluta no acesso à forma como o bem-estar é produzido, consumido e direcionado para investimentos de reprodução social dentro ou fora da esfera do mercado. Considerar o agregado familiar e os contextos domésticos como locais de aprovisionamento, cooperação e conflito permite também identificar as desigualdades no trabalho, na tomada de decisões e na afetação de recursos dentro da família. Isto é, permite realçar as diferenças de poder entre os membros do agregado familiar, que potenciam motivações divergentes (por exemplo, o interesse próprio, a preocupação com os outros ou o bem comum), produzindo formas de constrangimento na produção de bem-estar e formas de cooperação que podem favorecer ou constranger a distribuição equitativa de recursos de bem-estar. A crítica feminista desafia as fronteiras fixas entre as esferas produtivas e improdutivas, o público e o privado, o mercado e o agregado familiar, chamando a atenção para a forma como a porosidade entre esferas de subsistência pode constituir um desvio ou uma continuação na produção e reprodução das desigualdades de género (Waring, 1988; Ferber e Nelson, 1993; Power, 2004; Feiner et al., 1995).

Partindo de uma noção expansiva de economia, e tomando o contexto doméstico como unidade central de análise, a segunda questão antropológica que importa é a seguinte: *em conjunturas de crises cumulativas, ou polícrise, quais são as respostas económicas e os mecanismos de aprovisionamento dos agregados familiares e dos indivíduos para a definição e satisfação das suas necessidades materiais e imateriais e projetos de bem-estar?* Esta questão enfatiza o imperativo de compreender a forma como as necessidades humanas, os investimentos e os projetos de bem-estar são produzidos e satisfeitos, por quem, em que condições de poder e relações hierárquicas, e como os seus significados são negociados e estabelecidos; e também a relevância de mapear como as trajetórias individuais afetam os projetos de meios de subsistência e de bem-estar, bem como as práticas de direitos e reivindicações. Para além

disso, aponta para a importância de identificar os entendimentos partilhados e as discontinuidades geracionais relativamente aos padrões culturais de dependências recíprocas, obrigações morais e apoio mútuo que moldam os processos de tomada de decisões de bem-estar e a sustentabilidade dos meios de subsistência. Isto é, enfatiza a necessidade de identificar o que informa diferentes juízos de valor e as lutas de valoração para moldar as compensações de bem-estar e os investimentos intergeracionais na melhoria dos meios de subsistência. Em síntese, o foco empírico e analítico nas reconfigurações que ocorrem em agregados familiares e contextos domésticos, ou economias vernaculares de um modo mais amplo, em conjunturas de crise, permite-nos aceder a uma perspetiva processual sobre a relação entre economia, agência e cálculo humano de bem-estar social. Contudo, com vista a um maior entendimento sobre a interação entre economias vernaculares e instituições de provisão social em conjunturas de crise, importa inquirir: *como é que as famílias, agregados domésticos e indivíduos negociam as lógicas morais e os quadros de valores subjacentes aos seus projetos de bem-estar e os das instituições mediadoras de provisão social?* Esta questão sublinha a necessidade de identificar as lógicas de regulação social subjacentes às ações levadas a cabo por

aqueles que trabalham em instituições de provisão de bem-estar, os valores morais e sociais mobilizados para legitimar as suas ações e a forma como os seus entendimentos em relação ao bem-estar se baseiam (ou não) em premissas económicas convencionais. Em última instância, esta questão acentua a importância de captar as relações e os processos de constituição mútua entre o conhecimento quotidiano do bem-estar das pessoas e as ortodoxias económicas institucionalizadas. Os principais modelos económicos e de política sociais de bem-estar tendem a ser sustentados por uma conceção unilinear de valor ditada pelo preço. O PIB contabiliza determinados valores, nomeadamente os bens e serviços produzidos na esfera do mercado e valorizados em conformidade. Enquanto principal indicador do crescimento económico e do bem-estar da sociedade, o PIB cresce e reproduz um instrumento de comensurabilidade e de valorização que se reduz à troca no mercado. Tal como o senador Robert Kennedy já referiu nos anos 60, “o PIB mede tudo, exceto o que faz com que a vida valha a pena ser vivida”. Neste sentido, é imperativo adotarmos uma noção processual de valor e valorização para abordar a forma como as pessoas negociam diferentes quadros e regimes de valor nas suas atividades quotidianas de bem-estar (Elson, 1979; De Angelis, 2007; Collins, 2017; Franquesa, 2018).

1- O projeto intitula-se *Everyday Worlds of Welfare: a comparative study of human needs, livelihood sustainability and social policy in Southern Europe*, e é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (<https://sciproj.pt/cris.pt/8368EEC>).

Conclusão

Como referido no início deste texto, a conjuntura atual de policrise é, como evidenciado por inúmeras pesquisas etnográficas, marcada por uma desconexão, com severas implicações sociais e humanas, entre a contínua hegemonia do paradigma do crescimento económico, medido pelo PIB, e as capacidades reais das pessoas de satisfazerem necessidades humanas básicas e investirem em projetos intergeracionais de bem-estar e sustentabilidade. Ao longo do texto demonstrei como historicamente, métricas como o PIB, deixaram de ser apenas representações da realidade para passarem a ser modelos prescritivos de como conceber e imaginar futuros macroeconómicos, baseados na busca contínua do crescimento económico em detrimento do imperativo da satisfação de necessidades humanas básicas conducentes a vidas sustentáveis. Isto é, vidas que conseguem recuperar de choques no presente e projetarem melhorias de condições de vida para futuras gerações. Introduzi o conceito de economias quotidianas de bem-estar como forma metodológica e analítica para articular o conhecimento quotidiano, histórico e socialmente embebido das pessoas e as modalidades dominantes da economia convencional de como conceber o cálculo humano de bem-estar e políticas sociais orientadas para o bem-estar. De seguida abordei três questões centrais antropológicas que demonstram que uma abordagem bottom-up às noções de agência económica, cálculo humano de bem-estar e vidas sustentáveis permite ultrapassar algumas das limitações que moldam a economia do bem-estar orientada para o crescimento económico infinito, incluindo: a) uma definição limitada de economia sustentada por instrumentos de quantificação e individualismo metodológico; b) uma perspetiva redutora sobre a relevância do agregado familiar/contexto doméstico como unidade empírica de análise; c) uma visão moldada por fronteiras artificiais entre atividades produtivas e improdutivas; e, d) uma perspetiva unidimensional do valor em detrimento dos múltiplos regimes de valor que moldam as buscas de bem-estar das pessoas.

Como conclusão sugiro que esta abordagem bottom-up às noções de agência económica, cálculo humano de bem-estar e vidas sustentáveis é indispensável para uma potencial antropologia da policrise por três razões fundamentais. A primeira, impedir que a noção de policrise se torne apenas um dispositivo narrativo sem poder explanatório face ao modo como dimensões contingentes interagem com realidades históricas específicas e mudanças globais sistémicas, e que, em última instância, produzem e reproduzem uma geografia desigual de crises e de capacidades individuais e coletivas de responder aos efeitos das mesmas. A segunda razão, prende-se com a necessidade de não assumir a priori uma definição rígida do que constitui uma crise, ou várias crises, mas antes inquirir como a reconfiguração de estratégias de subsistência a várias escalas de provisão (e.g. agregado doméstico, bairro, trajetória individual, família, comunidade) confrontam os efeitos das mesmas, e ao fazê-lo reproduzem ou transformam os significados e definições dominantes sobre as causas, efeitos e soluções para a crise ou as crises. Por fim, uma antropologia da policrise é tanto mais robusta quanto conseguir revelar como indivíduos, famílias, agregados domésticos e comunidades acomodam ou contestam, nas suas interações quotidianas com burocracias de provisão social, as premissas de valoração que sustentam visões dominantes sobre como conceber o que é a economia e quais devem ser as suas prioridades. Isto é, refiro-me à relevância de atribuir valor teórico e político ao modo como as pessoas

exprimem, e também muitas vezes experimentam, entendimentos alternativos sobre o que faz uma economia funcionar, quais devem ser as suas propriedades para superar choques sistémicos e crises conjunturais, e qual a melhor forma de conceber e implementar políticas sociais. Dito de outro modo, uma antropologia da policrise deve estar atenta ao modo como as pessoas comuns, nos seus quotidianos domésticos, de trabalho e interação com várias organizações de provisão social, são orientadas por um cálculo humano de bem-estar e sustentabilidade intergeracional assente em projetos de revalorização que, em algumas circunstâncias, desafiam e contestam o primado do crescimento económico infinito, ditado pela métrica do PIB, como principal indicador do bem-estar da sociedade e da economia.

Referências bibliográficas

Bakker, I. (1994). The Strategic Silence. Londres: Zed Books.

Beneria, L. (2003). Gender, Development and Globalization: Economics as if all People Mattered. Londres: Routledge.

Chambers, R. & Conway, G. (1992). Sustainable Rural Livelihoods: Practical Concepts for the 21st Century. IDS Discussion Paper No 296. Institute of Development Studies.

Collins, J. L. (2017). The Politics of Value. Chicago: The University of Chicago Press.

Coyle, D. (2014). GDP: A Brief but Affectionate History. Princeton: Princeton University Press.

Daly, H E. e John B. Cobb. (1989). For the Common Good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future. Boston: Beacon Press.

De Angelis, M. (2007). The Beginning of History: value struggles and global capital. Londres: Pluto Press.

Desrosières, A. (1998 [1993]). The Politics of Large Numbers. Harvard: Harvard University Press.

Drezner, D. (2023, Janeiro 28). Are we headed toward a ‘polycrisis’? The Buzzword of the Moment Explained. Vox.Com. URL: <https://www.vox.com/23572710/polycrisis-davos-history-climate-russia-ukraine-inflation>.

Elson, D. (1979). Value: the representation of labour in capitalism. Londres: Verso.

Ferber, M. A. & Julie A. Nelson. (1993). Beyond Economic Man. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Fioramonti, L. (2013). Gross Domestic Problem: The Politics behind the World’s Most Powerful Number. Londres: Zed Books.

Franquesa, J. (2018). Power Struggles: Dignity, Value, and the Renewable Energy Frontier in Spain. Bloomington, IN: Indiana University Press.

Fraser, N. (2016). Contradictions of Capital and Care. New Left Review, 100: 99–117.

Hann, C. & Keith Hart. 2011. Economic Anthropology. History, ethnography, critique. Londres: Polity.

Harvey, D. (2005). A Brief History of Neoliberalism. Oxford: Oxford University Press.

Hoekstra, R. (2019). Replacing GDP by 2030: Towards a Common Language for the Well Being and Sustainability Community. Cambridge: Cambridge University Press.

Kluth, A. (2023, Janeiro 21). So we’re in a polycrisis. Is that even a thing?. The Washington Post. URL: https://www.washingtonpost.com/business/so-were-in-a-polycrisis-is-that-even-a-thing/2023/01/21/cf05856e-9963-11ed-a173-61e055ec24ef_story.html.

Feiner, S. et al. (1995). Out of the Margin: feminist perspectives on economics. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Kuznets, S. (1941). National Income and Its Composition 1919–1938. Nova York: Nacional Bureau of Economic Research.

Latouche, S. (2009). Farewell to Growth. Cambridge, UK: Polity.

Lawrence, M. et al. (2022). What is a global polycrisis? Version 2.0. Discussion Paper 2022-4. Cascade Institute.

Lepenes, P. (2016). The Power of a Single Number: A Political History of GDP. Nova York: Columbia University Press.

Malinowski, B. (2014 [1922]). Argonauts of the Western Pacific. Londres: Routledge.

Max-Neef, M. A. (1991). Human Scale Development. Nova Iorque e Londres: The Apex Press.

Mazzucato, M. (2018). The Value of Everything. Londres: Penguin.

Meadows, D. et al. (1972). The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome’s Project on the Predicament of Mankind. Nova York: Universe Books.

Mezzadri, A. e Fan. L. 2018. ‘Classes of Labour’ at the Margins of Global Commodity Chains in India and China. Development and Change, 49 (4): 1034–63.

Mingione, E. (1991). Fragmented Societies.

A Sociology of Economic Life Beyond the Economic Paradigm. Oxford: Blackwell.

Mintz, S. (1985). Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History. Nova Iorque: Penguin Books.

Morin, E. e Kern, A. B. (1999). Homeland Earth: A manifesto for the New Millennium. Nova York: Hampton Press.

Narotzky, S. & Niko Besnier. (2014). Crisis, Value, Hope: Rethinking the Economy. Current Anthropology, 55 (9): 4-16.

Narotzky, S. (2020). Grassroots Economies. Londres: Pluto Press.

Nelson, J. (1996). Feminism, Objectivity and Economics. Londres: Routledge.

Nelson, J. A. (1993). The Study of Choice or the Study of Provisioning? Gender and the Definition of Economics. In M. A. Ferber & J. A. Nelson (Orgs.), Beyond Economic Man (pp. 23-36). Chicago, IL: University of Chicago Press.

Nussbaum, M. (2000). Women and Human Development: The Capabilities Approach. Cambridge: Cambridge University Press.

Philipsen, D. (2015). The Little Big Number: How GDP Came to Rule the World and What to Do about It. Princeton: Princeton University Press.

Pilling, D. (2018). The Growth Delusion: Wealth, Poverty, and the Well- Being of Nations. Nova York: Tim Duggan Books.

Polanyi, K. (1944). The Great Transformation. Boston: Beacon Press

Polanyi, K. 1957. The Economy as Instituted Process. In K. Polanyi, C. M. Arensberg, & H. W. Pearson (Orgs.), Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory (pp. 243-270). The Free Press, Glencoe, Illinois.

Porter, T. M. (1995). Trust in Numbers. Princeton: Princeton University Press.

Power, M. (2004). Social provisioning as a starting point for feminist economics. Feminist Economics, 10 (3): 3-19.

Sahlins, M. (1972). Stone Age Economics. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.

Sen, A. (1985). Commodities and Capabilities. Oxford: Oxford University Press.

Schmelzer, M. (2016). The Hegemony of Growth. Cambridge: Cambridge University Press.

Sial, F. (2023, Janeiro 27). Whose polycrisis?. Developing Economics. URL: <https://developingeconomics.org/2023/01/27/whosepolycrisis/>.

Stiglitz, J. E., Amartya, S. e Jean-Paul Fitoussi. (2010). Mismeasuring Our Lives: Why GDP Doesn’t Add Up. Nova York: New Press.

Tooze, A. (2022, outubro 28). Welcome to the world of the polycrisis. Financial Times.

Waring, M. (1988). If Women Counted. London: Palgrave Macmillan.

Wolf, E. (1982). Europe and the People without History. Berkeley, CA: University of California Press.

A Crise da Habitação:

Reflexo da crise do Capitalismo e da sua Financeirização

Rita Silva, ISCTE-IULartps@iscte-iul.pt

“contradictions of the [world capitalist] system have come to the point where none of the mechanisms for restoring the normal functioning of the system can work effectively any longer” (Wallerstein, 1994). Partindo do pensamento do filósofo e sociólogo francês Edgar Morin, Adam Tooze desenvolve o conceito de polícrises, referindo-se às múltiplas crises sistémicas que ocorrem simultaneamente e interagem entre si, produzindo efeitos cumulativos e imprevisíveis de difícil resolução no período contemporâneo (Tooze, 2021). No âmbito da multiplicação de crises conexas, podemos apontar, também à crise de habitação que decorre já de outras crises a montante e interage com novas crises a jusante do processo social.

A crise da habitação alastra-se ao nível global. Em Portugal é também evidente: a sobrecarga financeira afeta sobretudo as famílias que arrendam casa (Monini et. al., 2025), assim como avança na insegurança, instabilidade e precariedade habitacional. A população sem abrigo tem vindo a aumentar (Público, 2024)¹ e os despejos não são acompanhados do incremento de respostas adequadas pelo Estado. Uma parte substancial da população tem vindo a sentir cada vez mais dificuldades em aceder ou a suportar os custos de uma casa para viver. É também notória a dificuldade dos jovens iniciarem a sua vida independente. Por outro lado, aumentam as ocupações e a autoconstrução abarrecada, assim como o aluguer de camas e sobrelotação extrema. Estes são apenas alguns exemplos das consequências diretas e graves da crise de habitação que cresce no nosso país, mas também em muitos outros pontos do globo. Pretende-se, neste texto, analisar a crise de habitação, apontando a forma com é produzida através do processo de financeirização que se relaciona diretamente com um sistema social e económico em crise. Ou seja, perante as dificuldades em encontrar investimentos lucrativos, o capital redireciona-se para os processos e mercados financeiros para prosseguir os seus objetivos de acumulação. Depois, analisa-se como a habitação é um elemento central e contemporâneo desse processo de financeirização do capitalismo. Em seguida, aprofunda-se a financeirização da habitação, quer seja através da promoção do crédito e compra de casa própria, quer seja pela sua progressiva transformação em activo financeiro, em países de capitalismo avançado e em Portugal, fruto de políticas públicas específicas associadas a um modelo de crescimento específico, vislumbrando-se, sucintamente, as crises conexas que daí decorrem. Por fim, reflete-se sobre a crise de habitação, engolida pelos processos de mercadorização e acumulação financeirizados, deixando para trás a sua função social, à qual deveríamos voltar.

1- <https://www.publico.pt/2024/12/10/sociedade/noticia/numero-pessoas-abrigo-portugal-continental-aumentou-13-mil-2023-2115131>

A habitação na crise global do capitalismo

A habitação está no centro de grandes transformações económicas e políticas e na reconfiguração do capitalismo contemporâneo, da sua financeirização e neoliberalização.

A definição de financeirização de Epstein (2015) como “o papel crescente das motivações financeiras, dos mercados financeiros, dos actores financeiros e das instituições financeiras no funcionamento das economias nacionais e internacionais” (pág. 3) não é suficiente, porém, para compreender os motivos, implicações e os processos que lhe são subjacentes.

Recorremos a alguns autores que abordam a financeirização e o rentismo a partir de uma perspetiva histórica da dinâmica de acumulação global e o papel do ambiente urbano construído na reconfiguração de processos de acumulação e financeirização.

David Harvey (2018), explica a sobreacumulação de capital como uma contradição central da produção capitalista que acumula crises cíclicas e estruturais. Estas crises acontecem quando o capital se concentra de tal forma que já não consegue encontrar saídas lucrativas para o (re)investimento, conduzindo a excedentes de capital, excedentes de mercadorias (que não podem ser vendidas de forma lucrativa), e excedentes de mão de obra (trabalhadores desempregados que não podem ser absorvidos pela economia). Estes excedentes são sintomas de um sistema em crise, onde a dinâmica central da acumulação – investir para gerar lucro e excedentes para novos investimentos – encontra problemas, como a diminuição da taxa de lucro ou a dificuldade em encontrar investimentos suficientemente lucrativos para as crescentes somas de capital sobreacumulado. Perante os problemas de acumulação na produção, o capital vira-se para outros circuitos, no âmbito da circulação, da finança, assim como para o circuito da construção e do imobiliário, ou seja, para a reconstrução de cidade, criando novos empreendimentos, novos produtos, e novas formas de consumo, por uma via de produção urbana e financeirizada, criando novos arranjos que respondem a curto prazo à crise de acumulação, mas não os resolvem, adiando as suas contradições.

Perante a crise de sobreacumulação, Soederberg (2021) destaca a financeirização como um mecanismo central para gerir a crise, redirecionando os fluxos de capital para dívida e respetivos ativos colaterais, como ações, obrigações e imobiliário. Desta forma, os mercados financeiros tornam-se um importante local de acumulação permitindo que o excedente circule sem abordar diretamente a estagnação subjacente na economia real. O binómio fundamental lucro-investimento passa a recorrer de forma crescente a dinâmicas financeiras. No entanto, as tentativas de resolução das crises de acumulação acabam por intensificar as contradições do processo de acumulação e levam a futuras crises que têm ainda maior expressão e impacto. Giovanni Arrighi, na sua obra seminal *O Longo Século XX* ([1994] 2006), oferece uma análise histórica e sistémica profunda da financeirização na economia mundial. A sua perspetiva, enraizada na teoria dos sistema-mundo (Wallerstein, 2004; Arrighi, 2006), centra-se nos ciclos recorrentes de acumulação do capitalismo global. Para o autor, a financeirização refere-se à passagem do investimento produtivo (da indústria transformadora e do comércio) para o investimento em atividades financeiras, como a especulação, os empréstimos e a negociação de instrumentos financeiros. Arrighi argumenta que a financeirização é uma fase recorrente nos ciclos históricos do capitalismo que ocorre quando o regime dominante de acumulação (crescimento económico baseado em atividades produtivas) começa a declinar. No entanto, através do estudo de vários ciclos de acumulação capitalista² que, de acordo com o autor, culminam em financeirização, aponta-se à sua insustentabilidade a longo prazo uma vez que conduz a sobreacumulação de capital em atividades especulativas, aumento da instabilidade sistémica e das crises financeiras, enfraquecimento do investimento produtivo e da inovação.

No mesmo sentido, é útil olhar para a trajetória de queda, ao longo das últimas décadas, da taxa de lucro mundial (gráfico 1) e das empresas americanas (que têm sido os principais motores do capitalismo, no ciclo atual de acumulação já identificado por Arrighi (gráfico 2) que são reveladoras da crise atual do capital e do culminar de um processo de longo prazo (Roberts, 2014). Perante as dificuldades visíveis pela queda da taxa de lucro, o capital procura, como vimos, outros circuitos de acumulação, recorrendo à finança e ao imobiliário de modo a adiar as suas crises.

2- Ciclos de acumulação capitalistas identificados pelo autor: Ciclo genovês (séculos XV-XVII), Ciclo holandês (séculos XVII-XVIII), Ciclo britânico (século XIX-início do século XX), Ciclo americano (séculos XX e XXI (?)).

3- Fonte: <https://thenextrecession.wordpress.com/2014/04/23/a-world-rate-of-profit-revisited-with-maito-and-piketty/>

4- Fonte: <https://thenextrecession.wordpress.com/2022/12/18/the-us-rate-of-profit-in-2021/>

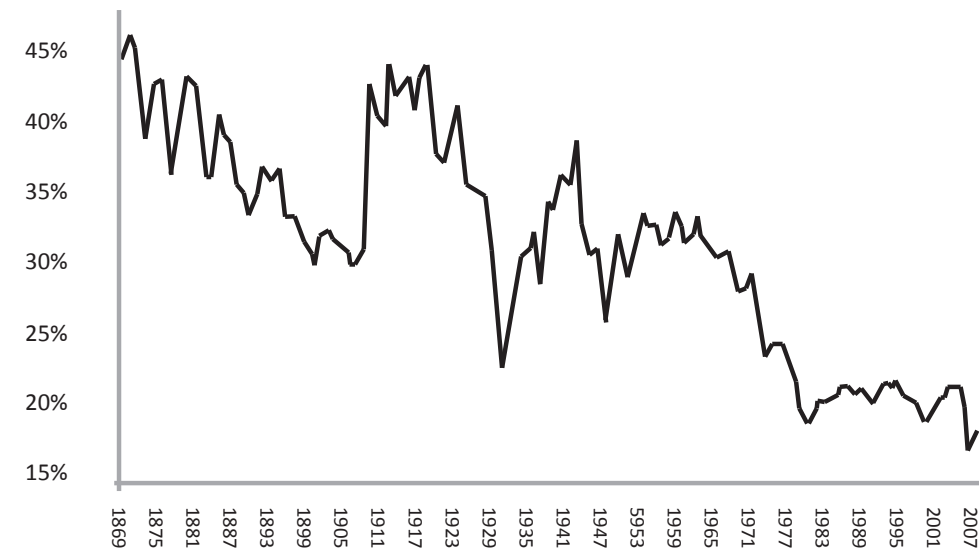


Gráfico 1.
Taxa de lucro mundial
(Michael Roberts)³

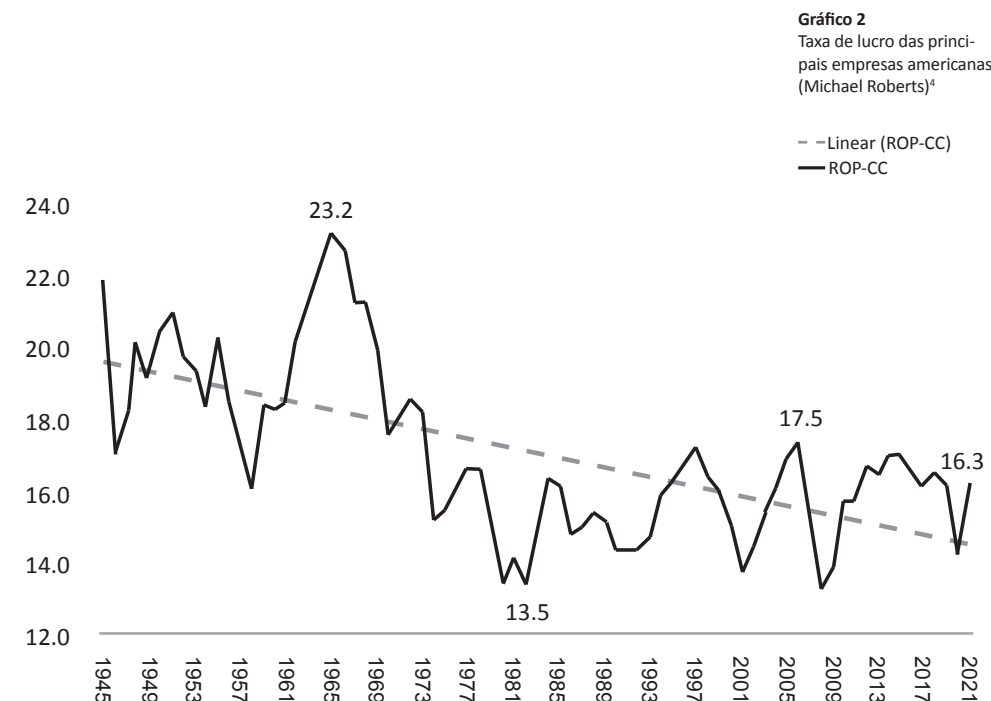
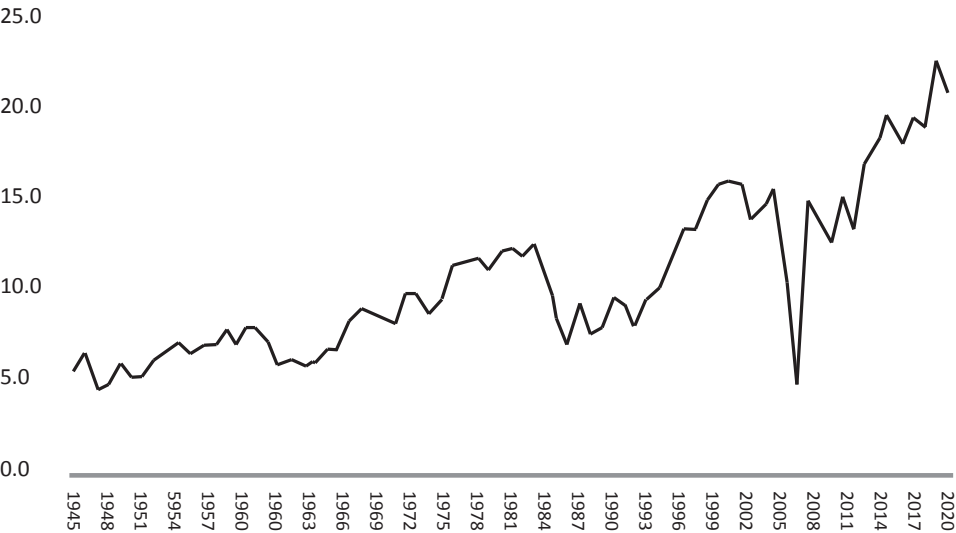


Gráfico 2
Taxa de lucro das principais empresas americanas
(Michael Roberts)⁴

— Linear (ROP-CC)
— ROP-CC

Krippner (2005, 2011) identificou na análise dos lucros gerados nos EUA, que uma proporção crescente provém de atividades financeiras. Também Lapavitsas (2011) observou o avanço da financeirização através do envolvimento crescente de famílias, empresas não financeiras e do Estado em processos financeiros.

Gráfico 3
Percentagem do
excedente financeiro
no excedente total
das empresas dos EUA
(Michael Roberts)



Podemos observar no gráfico (gráfico 3) que, apesar da perda em termos de taxa de lucro, o capital conseguiu através do sistema financeiro continuar a acumular. De acordo com Roberts (2022), esse crescimento deve-se ao crescimento do sector financeiro, particularmente entre 1997 e 2006.

Ou seja, como argumentam os autores, sobretudo os que partem de uma abordagem marxista para a compreensão dos processos económicos, a financeirização é um mecanismo central para gerir a crise de sobreacumulação, canalizando capital excedente para os mercados financeiros, atividades especulativas, criação de dívida e procura ávida de ativos financeiros de que se apropriam de forma a extrair rendimentos. Ou seja, procuram capturar o valor económico através da propriedade ou do controlo de bens tornados escassos, uma forma de capitalismo que se centra na extração de rendas - pagamentos feitos pelo acesso a recursos, infraestruturas ou outras formas de propriedade monopolizada (Christophers, 2020).

A Financeirização da Habitação

A financeirização da habitação teve origem nos Estados Unidos e alargou-se com o tempo a outras partes do globo, com as devidas adaptações aos contextos locais.

A crise de acumulação do período industrial e fordista no fim dos anos 60 e durante os anos 70 levou a uma série de mudanças macroeconómicas e políticas. Foi determinante a quebra do sistema padrão-ouro de Breton Woods⁵, a liberalização dos fluxos de capital, a deslocalização da produção para oriente em busca de mão de obra barata e sem direitos, a par da destruição do poder reivindicativo dos sindicatos no centro. No ocidente instala-se a estagnação salarial e o consumo de bens e serviços passa a ser mediado pelo endividamento das famílias. A cidade, nos países de capitalismo avançado, desindustrializou-se e passou de local de produção a produto, onde os serviços terciários passaram a dominar, reorganizou-se o território e a construção, criando novas paisagens e padrões de consumo.

A resposta à crise que se avizinhava passou também pela reconfiguração do sistema de provisão de habitação neste país, que teve início ainda no final dos anos 60, com a criação das condições para a proliferação do crédito para acesso a casa própria, com a titularização de hipotecas a serem transacionadas nos mercados financeiros com garantias do estado (Quinn, 2017). A par disso, desenvolveram-se incentivos à compra e agudizaram-se os processos de privatização e de desinvestimento em habitação de promoção pública ou não lucrativa. O início dos anos 2000 viram o clímax da liberalização do sistema financeiro nos Estados Unidos (com o fim do que restava da regulação financeira do pós grande depressão dos anos 20 do século anterior), o que ajudou a fomentar inovações e novos produtos e tipo de transações nos mercados e forte aumento da especulação (Biedermann, 2012). Perante a estagnação salarial, o consumo passou a ser mediado pelo crédito, e os processos de gestão de dívida e de posse de ativos passaram a ser centrais (Aalbers, 2016; Soederberg, 2021). A subjetividade dominante passa a ser a do proprietário (ainda que endividado) em vez do proletário; de um “Bem Estar” baseado na posse de ativos (*asset-based welfare*), perdendo-se a subjetividade de classe e a noção efetiva de direitos coletivos e universais. Houve assim, através desse processo, uma profunda reorganização da economia e do estado, da vida e das condições objetivas e subjetivas de produção e reprodução social.

A financeirização da habitação foi fruto da reconfiguração do modelo de acumulação, mas também basilar ao desenvolvimento do neoliberalismo e à última onda de financeirização do capitalismo mundial, porque o crédito hipotecário incentivou fortemente o envolvimento das famílias com o sistema financeiro (como devedoras, assim como, em parte, detentoras de ativos) permitindo simultaneamente a alavancagem de grandes quantidades de dívida a serem pagas durante longos períodos. Isto permitiu um crescimento em larga escala da finança por essa via, a multiplicação de ativos financeiros sob a forma de diferentes títulos, a par de um crescimento insuflado pelo consumo através de crédito e da construção (Aalbers, 2016).

A financeirização foi, assim, uma resposta à sobreacumulação gerada no fordismo e ao aumento do poder da classe trabalhadora nesse período, gerando um novo modelo que revertia o pacto fordista de bem-estar social, regulação laboral mais favorável aos trabalhadores e investimento público. Em vez disso, passava-se para a contenção salarial e precarização, aprofundamento de processos de austeridade, privatizações e ajustamento estrutural, primazia aos mercados financeiros com a multiplicação de processos e mecanismos de dívida.

5- Fonte: <https://thenextrecession.wordpress.com/2022/12/18/the-us-rate-of-profit-in-2021/>

6- Fim da convertibilidade do dólar em euro decretada pelo governo de Nixon em 1971 implicou a instituição de um regime de taxas de câmbio flutuantes indexadas ao dólar.

A bolha especulativa financeira imobiliária, entretanto, gerada, acabou por rebentar com impacto massivo nos sistemas financeiros e económicos globais. A crise de 2007/ 2008 – uma grande crise da financeirização – mostrou a dimensão de uma bolha especulativa gigantesca que se alastrou globalmente. No entanto, a resposta à grande crise da financeirização não resolveu nenhuma das suas contradições (Lapavistas, 2023). Depois do grande crash financeiro, a crise da financeirização foi transferida para as classes trabalhadoras, através da austeridade, empobrecimento, perda de bens e serviços públicos, arrastando-se desde os últimos 15 anos. Apesar de certa regulação sobre a banca, alimentou-se ainda mais o capital institucional, a chamada banca sombra (Ibid.), com grandes responsabilidades no crash financeiro. Continuou a promover-se este tipo de atores e processos, a deixa-los livres de constrangimentos na sua ação, possibilitando que acumulem cada vez mais poder e mobilizando hoje somas colossais de capital financeiro, tendendo a apropriar-se e a controlar os (considerados) ativos ao nível mundial, sejam estas ações, obrigações, terra e outros recursos naturais, mercados futuros múltiplos da alimentação à energia, e, não surpreendentemente, a integrar progressivamente, mais stock habitacional em portfólios de investimento (Van loon & Aalbers, 2017, Fields & Ufer, 2016; Gabor e Kohl, 2022) de onde se vão-se extraíndo ganhos de capital e rendas (Christophers, 2020). A crise continua assim a aprofundar-se e são as classes trabalhadoras que perdem rendimentos, bens e serviços por um lado e, por outro, arcam com pagamentos crescentes sobre os bens essenciais sustentando as rendas aos detentores dos ativos, sejam estas habitação, saúde, e outros bens e serviços essenciais que passaram e continuam a passar para as mãos de actores privados.

As duas etapas da financeirização da habitação em Portugal

Desde os anos 90 que Portugal viu uma crescente imbricação entre os setores da finança e do imobiliário, fortemente apoiada por uma política de apoio à aquisição de casa própria com recurso ao crédito bancário mediante subsídios públicos (crédito bonificado) e a incentivos fiscais (Rodrigues et al. 2016; Santos, 2019).

Para tal terá também contribuído as dificuldades históricas estruturais do país em termos de industrialização e desenvolvimento económico e, sobretudo, a partir da entrada na União Europeia, a adesão a tratados que constrangeram a soberania do país, do ponto de vista da sua política monetária e orçamental, afetando fortemente a sua economia com perda de capacidade competitiva nos mercados internacionais, pela incapacidade de controlo da taxa de câmbio, promoção de desvalorizações monetárias e as limitações ao investimento público (Rodrigues e Reis, 2012). A economia do país reconfigurou-se assim, sobretudo a partir dos anos 90, reorientando-se para sectores económicos não transacionáveis, mais protegidos da concorrência dos mercados internacionais, como a construção e a habitação, impulsionando-se por esta via o crescimento económico através da construção e do consumo interno. Essa reorientação implicou uma política de promoção de aquisição de casa própria com alavancagem financeira (Rodrigues et. al. 2016; Santos, 2019) em que o sector financeiro e da construção foram os mais beneficiados, arrastando a restante economia nesse sentido (Reis et al, 2013).

Este modelo foi atrativo para os sectores de rendimentos intermédios e altos da população. A classe média, apesar de endividada⁷, via o acesso à propriedade como positivo, esquecendo que à medida que a habitação se mercadorizava e financeirizava, a conceção de habitação como direito se perdia (Drago, 2021). Por outro lado, alguns sectores mais empobrecidos da população permaneceram em condições de habitabilidade precária, no arrendamento relativamente caro ou por vezes em condições degradadas. Outros permaneceram em habitação de génese informal e uma percentagem pequena⁸ conseguiu acesso à habitação social, sempre residual, vista como exceção e muitas vezes estigmatizada e com problemas estruturais profundos. O que é certo é que ao longo do tempo, este país sempre teve determinados sectores da população que lutaram toda a vida para sobreviver à crise de habitação. Apesar da Constituição da República Portuguesa esse direito nunca foi efetivamente um direito universal. O ciclo do acesso a casa própria via endividamento interrompeu-se na crise financeira global de 2007/2008. A partir desse acontecimento podemos observar como as crises produzidas, reconfiguram o sistema e se encadeiam, apoiadas em opções políticas.

7- O endividamento dos particulares em % do PIB em 2009 era de 95,8%, de acordo com o Banco de Portugal, https://www.apb.pt/content/files/articles/Doc8_Endividamento_das_familias.pdf e O endividamento dos particulares em percentagem do rendimento disponível era de 136,4%, no ano de 2007

8- De acordo com o INE, o património residencial propriedade da Administração central, empresa pública, instituto público ou outra instituição sem fins lucrativos corresponde a 2,6% do total dos alojamentos familiares clássicos. file:///C:/Users/ritsi/Downloads/08Estudo%20Parque%20Habitacional_2011_2021-4.pdf

A crise de habitação em Portugal

Como já referido, a crise financeira global foi desencadeada pela política de crédito e compra de casa própria associada à especulação imobiliária e financeira nos Estados Unidos da América. Daqui se originou uma reconfiguração do sistema financeiro. Por um lado, os Estados foram chamados a financiar o sistema financeiro, salvando determinados bancos e empresas. Regulou-se a banca e impediu-se a continuação do crédito fácil, interrompendo-se o modelo de acesso a casa própria pelas classes medias, e ao mesmo tempo deu-se espaço ao crescimento de todo o sector financeiro associado ao investimento institucional como os fundos de diversos tipos. Sucedeu-se a crise das dívidas soberanas em estados periféricos da União Europeia aos quais os mercados financeiros internacionais aumentaram os juros de forma insustentável porque especulavam sobre a dúvida da sua capacidade em pagar as dívidas. Por sua vez, em Portugal e em outros países do sul europeu passou-se a uma política de intensificação da austeridade e venda de ativos públicos que empurrou a crise para as classes trabalhadoras que perderam emprego, viram uma forte redução salarial e perda de estado social. Por último, neste país, passou-se a uma política de “recuperação económica” através da reconfiguração do modelo económico pela via da atração do investimento externo e valorização imobiliária que transformou a habitação num ativo financeiro, o que passou a produzir uma crise de habitação para novas camadas da população e aprofundamento das desigualdades sociais por esta via.

A reconfiguração da economia fez-se, então, através da multiplicação continuada de políticas públicas de estímulo ao turismo e ao investimento estrangeiro no imobiliário, garantindo a sua valorização. A atração de investidores empresariais e financeiros, a par da atração das procuras externas com poder de compra superior ao dos residentes locais (e. g. Vistos Gold, Residentes Não Habituais, Nómadas Digitais, apoios ao investimento institucional), e o desenvolvimento de fortes incentivos à transformação da habitação para uso turístico e habitação para a gama alta contribuíram fortemente para a sua valorização permanente (Silva, no prelo). O aumento espetacular dos preços – de acordo com um relatório recente (Guilherme et. al., 2024), “entre 2013 e 2023, os preços da habitação em Portugal mais do que duplicaram – é fruto de um mercado imobiliário que se virou para fora, passando a alinhar-se com a procura internacional e com a função de investimento, em vez de valor de uso, associada a um poder de compra muito superior à generalidade de quem vive e trabalha em Portugal. A habitação passou a ser um bem de investimento ou activo financeiro cujo fim é a aplicação de excedentes para extração de ganhos de capital e rendas e sua transferência para os mercados.

House price evolution
(2015=100)

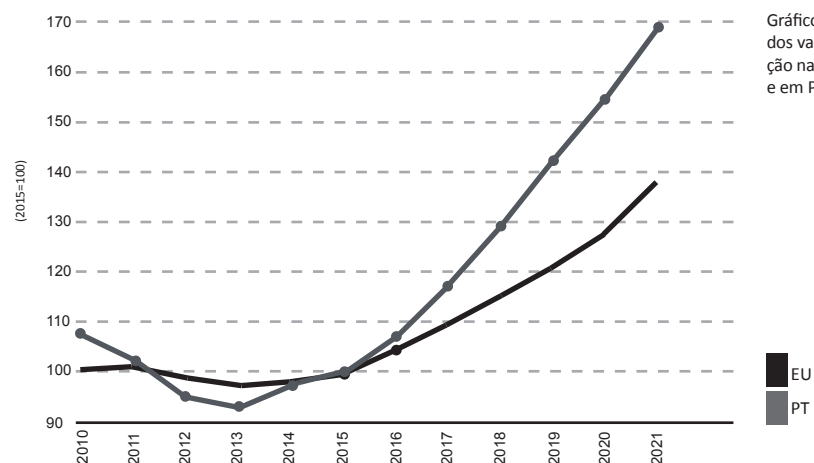


Gráfico 4. Evolução dos valores da habitação na União Europeia e em Portugal

Os sectores imobiliários e turísticos hoje ocupam no nosso país lugares de destaque na economia. O consumo relacionado com o turismo tem vindo a aumentar e representa 16,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país⁹. Por outro lado, o Valor Acrescentado Bruto gerado pelo Turismo (VABGT) também subiu para 9,1% do VAB nacional em 2023, acima dos 8,6% registados em 2022. Por outro lado, o sector da construção em Portugal contribui com cerca de 2,4 mil milhões de euros para o Produto Interno Bruto (PIB) do país por trimestre¹⁰. No que diz respeito ao sector imobiliário, o investimento directo estrangeiro (IDE) em Portugal totalizou 4,1 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2024, com 1,6 mil milhões de euros direccionados para o sector imobiliário¹¹. Este fluxo de investimento teve um impacto significativo na economia, elevando o stock de investimento directo estrangeiro para 67% do PIB.¹²

Estes números evidenciam que os sectores do turismo, construção e imobiliário desempenham papéis vitais na economia de Portugal, tornando-se esta cada vez mais dependente da valorização contínua dos ativos imobiliários (Drago, 2021).

Por outro lado, esses mesmos sectores, que se vão tornando dominantes, são de baixa produtividade, o que repercute em baixas condições contratuais e salariais, contribuindo para uma espiral de retrocesso na cadeia de valor das empresas e, com elas, no desenvolvimento económico do país (Caldas & Almeida, 2018; Reis, Drago & Almeida, 2022).

Rent evolution
(2015=100)

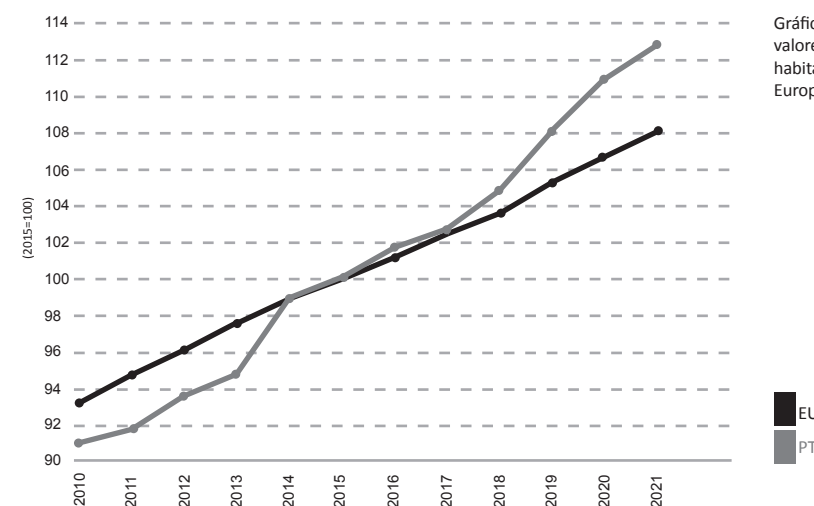


Gráfico 5. Evolução dos valores das rendas na habitação na União Europeia e em Portugal

9 https://www.ine.pt/xportal/xmain?DESTAQUESdest_boui=646121605&DESTAQUE_Smodo=2&xpgid=ine_destaquas&xpid=INE&utm_source=chatgpt.com

10 <https://tradingeconomics.com/portugal/gdp-from-construction>

11 <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/2245>

12 <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/investimento-direto-estrangeiro-totalizou-41-mil-milhoes-na-primeira-metade-do-ano>

As consequências deste modelo são múltiplas e perversas. Portugal é hoje o país da OCDE com a pior relação entre rendimentos e preços da habitação desde que há dados (1995) (Guilherme et. al., 2024: 6), “o aumento dos preços, entre 2013 e 2023 foi de 121%, o que representa um aumento real (acima da inflação) de 81%” (Ibid).

Como podemos verificar há uma trajetória de crescimento acentuado dos preços da habitação e rendas na Europa, mas em Portugal essa trajetória é ainda mais acentuada, tanto ao nível da compra como do arrendamento.¹³

Avança desta forma a crise de habitação, pelo distanciamento entre rendimentos e preço ou renda da habitação, a par do aumento da dependência de sectores que tornam a economia mais vulnerável porque dependente de fluxos internacionais que têm um cariz rentista e especulativo.

Os sectores económicos como a construção, o imobiliário e o turismo arrastam o investimento da economia promovendo o desinvestimento em outros sectores importantes, que teriam potencial para gerar valor e responder a necessidades importantes da sociedade com maior contributo para a economia no seu todo. Uma vez que são dependentes da valorização de ativos imobiliários - através dos ganhos em mais valias e rendas - subtraem valor na medida em que aumentam o custo do espaço, um recurso essencial, em áreas fundamentais como a habitação e outro tipo de atividades produtivas ou comerciais. Por outro lado, os salários baixos e as rendas crescentes, não permitem o desenvolvimento de uma procura interna de outros bens e serviços que alavanquem áreas económicas importantes para o país. O modelo económico subjacente aprofunda a desigualdade e desequilíbrios estruturais da economia nacional. Na medida em que a crise no acesso à habitação afeta parte considerável da população, ela transforma-se numa grave crise social através do aprofundamento da desigualdade.

13 <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/digpub/housing/bloc-2a.html>

14 Sobre porque é que o aumento da oferta é uma falsa solução e as consequências do novo decreto de lei que visa transformar de forma célere terrenos rústicos em terrenos urbanos <https://www.rede-h.pt/documentos/urbaniza%C3%A7%C3%A3o-solos-r%C3%B3sticos>

A sucessão e encadeamento de crises é a expressão da lógica interna do capitalismo.

A crise na habitação promove também discriminação social e problemas políticos importantes – veja-se a narrativa de culpabilização dos imigrantes e outros grupos vulneráveis (e.g. pessoas sem abrigo, grupos racializados).

A crise de habitação gera igualmente dificuldades ao nível do acesso a outros direitos sociais e económicos e afeta o desenvolvimento do país de formas indiretas em setores fundamentais. Veja-se o caso dos estudantes do ensino universitário que não têm condições para se deslocarem e continuarem os seus estudos; ou as dificuldades de fixação de médicos e professores tão necessários; ou ainda as dificuldades que o país tem em manter jovens recém-formados, que emigram por não terem perspectivas de vida perante baixos salários e elevados custos da habitação. Ao nível ambiental e climático promove-se agora ao aumento da construção, através do mito de que é preciso resolver o problema da habitação através do “aumento da oferta” de que é exemplo a proposta de transformação de terrenos rústicos em terrenos urbanos.¹⁴

No entanto, enquanto houver liquidez e uma abordagem à habitação como bem de investimento e atratividade para o investimento internacional, sem mudança de políticas ou regulação de preços, a crise continuará a existir apesar do aumento de oferta, que apenas vai aumentar o número de ativos a transacionar para os investidores.

A financeirização, como vimos, é uma resposta às crises de acumulação do capitalismo. “Solução” temporária e instável que cria bolhas especulativas, crises e desigualdades sociais cada vez mais gritantes. A crise de 2007/2008 teve no seu epicentro a relação entre habitação e finança e arrastou o mundo para múltiplas crises conexas, sempre fruto, também, de opções políticas. Os mecanismos desenvolvidos para “sair” da crise da financeirização de 2007-2008 não a refrearam, antes reconfiguraram e intensificaram a financeirização através de mais apropriação de “ativos” ao nível global por actores e processos financeiros que procuram cumprir o que lhes compete: acrescentar capital ao capital existente, extrair rendas e lucratividade crescente, num processo sem fim - ou pelo menos sem fim até à próxima crise – colocando em evidência o aumento de contradições e problemas estruturais de longo prazo que se acumulam de forma cada vez mais profunda e complexa.

A grande concentração de capital na esfera financeira tem-se apropriado cada vez mais de stocks habitacionais e dado origem à transformação progressiva da habitação numa fonte de ganhos de capital e obtenção de rendas transferíveis aos mercados financeiros, dando forma ao que Ryan-Collins e Murray (2021) denominam por “rentismo habitacional”.

A crise da habitação vem então de uma contradição que se aprofunda: se a habitação passa a corresponder a um ativo financeiro e à necessidade de gerar investimento e rentabilidades crescentes, isto é incompatível com a função social da habitação, que corresponde ao seu uso como elemento crucial para o abrigo, proteção, segurança, estabilidade e livre desenvolvimento das famílias (Madden & Marcuse, 2016; Santos & Ribeiro, 2022).

Se a habitação, nos países ricos ocidentais, no tempo de capitalismo com características mais industriais e produtivas, obteve outro tipo de regulação, com conquistas importantes como o controlo de rendas e desenvolvimento de habitação social em massa em alguns lugares, estes avanços deveram-se não só a importantes lutas sociais da época como também ao facto de, no centro da acumulação capitalista, estar a atividade produtiva para a qual era fundamental o alojamento e reprodução social da força de trabalho, essencial ao processo produtivo. Hoje, a habitação é central aos processos de acumulação através da financeirização e do rentismo e a mão de obra, apesar de fundamental, é excedentária e tratada como descartável.

Durante um certo tempo, a financeirização serviu os interesses da classe média. No entanto, como vimos, a crise avança e afeta agora de forma mais profunda não só a classe trabalhadora empobrecida como sectores da classe média que se vão segmentando.

Reconhecendo que assistimos hoje à acumulação de múltiplas crises, onde se insere também a crise na habitação – direito e necessidade fundamental à vida e à reprodução social – e que a sua intensificação tem repercussões diversas que contribuem para outras crises, é fundamental pensar em formas de contrariá-la. Se, de acordo com o que aqui foi referido, a crise radica no facto de a habitação estar a ser engolida pelos processos de acumulação rentista e financeirizados, em que a função de investimento, o valor de troca, se sobrepõe à sua função e valor de uso, é então preciso construir um modelo em que a função de uso se sobreponha ao valor troca. Sendo verdadeiro que as crises são amplas e complexas, interrelacionadas, com desenvolvimentos imprevisíveis e instáveis, esta constatação não deve ofuscar, no entanto, o quanto o modo de produção e reprodução social dominante participa nas causas profundas desse processo que se agiganta. Os mecanismos, lógicas internas e contradições da acumulação capitalista devem ser questionados, uma vez que já não respondem positivamente aos desafios da humanidade. Pelo contrário, contribuem para problemas crescentes. É preciso, então, encontrar novas alternativas.

Referências bibliográficas

Aalbers, M. (2016). *The Financialization of Housing. A political economy approach*. New York, Routledge

Arrighi, G. (2010) *The Long Twentieth Century Money, Power, and the Origins of Our Times*. London, Verso Books

Biedermann, Z. (2012) *The History of American Financial Regulation*. *Public Finance Quarterly* = Pénzügyi Szemle, 57 (3). pp. 313-331. <https://unipub.lib.uni-corvinus.hu/8980/>

Caldas, J. C. e Almeida, J. R. (2018), *Emprego e salários: pontos de interrogação*, Barómetro n.º 19, Observatório sobre Crises e Alternativas, 22/11

Drago, (2021) *Habitação entre crises: partição das classes médias, políticas de habitação acessível e o impacto da pandemia em Portugal*, Cadernos CES #15, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra. https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/crisalt/Caderno%2315_Habitacaoentre%20crises_fev2021.pdf

Christophers, B. (2020) *Rentier Capitalism: Who Owns the Economy, and Who Pays for It?* London, Verso Books

Drago, A. (2021). *Turismo e pandemia: fragilidades da internacionalização sitiada da economia portuguesa*. Cadernos do Observatório #16, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/crisalt/Caderno-16_Turismo%20e%20pandemia_jul2021.pdf

Epstein, G. (2015) *Financialization: There's Something Happening Here* working paper series Number 394 <https://peri.umass.edu/images/publication/WP394.pdf>

Fields, D., & Uffer, S. (2016). *The financialisation of rental housing: A comparative analysis of New York City and Berlin*. *Urban Studies*, 53(7), 1486-1502. <https://doi.org/10.1177/0042098014543704>

Greta R. Krippner, *The financialization of the American economy*, *Socio-Economic Review*, Volume 3, Issue 2, May 2005, Pages 173–208, <https://doi.org/10.1093/SER/mwi008>

Gabor, D. & Kohl, S. (2022). *My Home is an Asset Class. Housing Financialization in Europe*. <https://www.greens-efa.eu/en/article/document/my-home-is-an-asset-class>

Harvey, D. (2018) *The Limits To Capital*. Verso Books

Lapavistas, C. (2023) *The State of Capitalism: Economy, Society, and Hegemony*, London, Verso Books.

Madden, D. & Marcuse, P. (2016) *In Defense of Housing: The Politics of Crisis*, London Verso Books.

Monini, C.; Ribeiro, R., Santos, A., Silva, R. (2025). *O Arrendamento Habitacional na AML: um mercado segmentado, inacessível e inseguro*. Cadernos do Observatório #20, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/crisalt/cadernos%20do%20observatorio%20-%202020.pdf>

Quinn, S. (2017) *The Miracles of Bookkeeping”: How Budget Politics Link Fiscal Policies and Financial Markets*. *American Journal of Sociology*, Volume 123, 1, July <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/692461>

Reis, Drago & Almeida (2022). *Especialização produtiva e salários: propostas para qualificar Portugal*. Gulbenkian Briefs. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A. C., Teles, N. (2013). *Compreender a Crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável* In *A Anatomia da Crise: Identificar os problemas para cosntruir as alternativas*, 1º relatório, preliminar, do Observatório sobre Crises e Alternativas, Centro de Estudos Sociais

Rodrigues, G. (Coord.), Drago, A., Reis, J., Ferreira, G., Serra, N. (2024) *Portugal tem uma das maiores crises habitacionais da Europa. Consequências para o desenvolvimento do país. Estudo Causa Pública* <https://causapublica.org/estudos/portugal-tem-uma-das-maiores-criises-habitacionais-da-europa/>

Rodrigues, J., Reis, J. (2012). *The Asymmetries of European Integration and the Crisis of Capitalism in Portugal*, *Competition and Change*, Vol. 16 No. 3, July, 188–205

Rodrigues, J., Santos, A. C., Teles, N. (2016) *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*, Observatório de Crises e Alternativas. Lisboa: Actual

Ryan-Collins, J., & Murray, C. (2021). *When homes earn more than jobs: the rentierization of the Australian housing market*. *Housing Studies*, 38(10), 1888–1917. <https://doi.org/10.1080/02673037.2021.2004091>

Santos, A. C., & Ribeiro, R. (2021). *Bringing the Concept of Property as a Social Function into the Housing Debate: The Case of Portugal*. *Housing, Theory and Society*, 39(4), 464–483. <https://doi.org/10.1080/14036096.2021.1998218>

Silva, R. (no prelo). *The Role of the State in the Transformation of Housing into an Asset Class in the core and the periphery of EU: Germany and Portugal*.

Soerderberg, S. (2021). *Urban Displacements Governing Surplus and Survival in Global Capitalism*. New York, Routledge

Tooze, A. (2021). *Shutdown: How covid shook the world's economy*; New York, Viking

Van Loon, J., & Aalbers, M. B. (2017). *How real estate became 'just another asset class': the financialization of the investment strategies of Dutch institutional investors*. *European Planning Studies*, 25(2), 221–240. <https://doi.org/10.1080/09654313.2016.1277693>

Wallerstein, I. (1994). *The Agonies of Liberalism: What Hope Progress?* *New Left Review*, 1/204 Mar/Apr, <https://newleftreview.org/issues/i204/articles/immanuel-wallerstein-the-agonies-of-liberalism-what-hope-progress>

Wallerstein, Immanuel Maurice (2004) *World-systems analysis: An introduction*. Duke University Press. pp. 23–24

Quem cuida da Universidade?

Habitação, migração e trabalho precário nas narrativas invisíveis de trabalhadoras de limpeza.

Joana Pestana Lages, DINÂMIA'CET,
Iscte-IUL, Portugal, joana.lages@iscte-iul.pt
Saila-Maria Saaristo, DINÂMIA'CET, Iscte-IUL,
Portugal, saila_maria.saaristo@iscte-iul.pt
Nuno Dias, CICS.NOVA, Universidade NOVA
de Lisboa, Portugal, dnmf@fcsh.unl.pt

Este artigo explora a interseção entre o trabalho de limpeza em universidades, a crise da habitação e as experiências de mulheres migrantes, enquadrando-a como uma expressão localizada de uma polícrise global. Investigam-se relações entre trabalho e habitação das trabalhadoras imigrantes em Portugal através do caso das trabalhadoras de limpeza do Iscte. O objetivo é identificar trajetórias e narrativas comuns que podem abrir caminho para uma concetualização mais aprofundada do nexos entre migração, género e habitação. Através de abordagem etnográfica não convencional, formada para examinar as desigualdades sociais a partir do interior da universidade, o artigo centra-se em funcionárias de limpeza da universidade - muitas das quais são migrantes que vivem na periferia da cidade. A investigação explora a forma como as suas situações habitacionais precárias estão ligadas aos seus papéis laborais subvalorizados e de género, utilizando entrevistas e observação participante. O estudo sublinha a dupla invisibilidade destas trabalhadoras, cujos contributos são simultaneamente essenciais e marginalizados, refletindo uma desconsideração social mais ampla pelo trabalho de cuidados. Os resultados destacam o impacto sistemático da precariedade laboral e habitacional nas mulheres migrantes, particularmente aquelas envolvidas em trabalhos de cuidados e limpeza, perpetuando ciclos de exclusão social e espacial.

Introdução

A articulação entre o trabalho de limpeza em universidades, a crise da habitação e as vivências de mulheres migrantes, pode ser entendida como uma expressão localizada de uma policrise global, onde desigualdades de género, precariedade laboral, dinâmicas migratórias e exclusão habitacional convergem e se amplificam mutuamente. Este estudo procura compreender como estas dinâmicas se manifestam no contexto universitário, explorando a relação entre condições de trabalho e condições de vida das trabalhadoras de limpeza. A ideia para este curto artigo parte de um lugar particular: o gabinete 132 da Ala Autónoma do Iscte, que foi, temporariamente, ‘posto de trabalho’ dos três autores deste artigo. A partir das conversas sobre precariedade habitacional, fundamento do projeto Care(4)Housing¹ e da discussão conceptual sobre *precariedade*, questionámos a forma como esta, nas suas múltiplas formas, estava presente. Nos nossos contratos, na universidade, nos bairros onde fazemos pesquisa de campo, entre Lisboa, Amadora e Loures.

Este artigo usa o conceito de policrise como lente analítica para compreender a interligação entre fenómenos contemporâneos assentes na exclusão socio-espacial. Partindo do projeto em curso, afinou-se uma agenda de investigação comum, centrada nos lugares de partida que cada um de nós aporta, entre *precariedade* e *cuidado*, vinda de três áreas disciplinares específicas (Estudos Urbanos, Antropologia e Sociologia).

A investigação tem três objetivos principais. Primeiro, analisar como a precariedade laboral e habitacional se entrelaçam na vida das trabalhadoras de limpeza, expondo os desafios e vulnerabilidades que enfrentam. Segundo, examinar a universidade não apenas como um espaço de conhecimento, mas também como um território de reprodução de desigualdades, onde diferentes funções profissionais são espacializadas segundo linhas de classe, género e raça. Terceiro, contribuir para a reflexão sobre justiça habitacional e laboral, evidenciando como políticas institucionais e redes informais moldam a experiência destas mulheres. Tomando o Iscte como ponto de partida, criámos uma inversão do tradicional estudo de caso etnográfico que se centra numa área geográfica selecionada, muitas vezes longe dos espaços académicos. A universidade, foi vista não só como *locus* de reflexividade e problematização de relações e categorias sociais, mas também como sua produtora, e nela encontramos um observatório da espacialização de diferentes funções profissionais segundo linhas de classe, género e raça.

1- *Care(4)Housing. A care through design approach to address housing precarity* é um projeto de investigação de 36 meses conduzido por uma equipa interdisciplinar de arquitetos e cientistas sociais que, através de uma metodologia de ‘research by design’ explorada a partir de uma base espacial e etnográfica, procura refletir sobre alternativas habitacionais que respeitem a diversidade, promovendo ao mesmo tempo a inclusão de grupos marginalizados, valorizando o cuidado *care* como ferramenta e como prática.

A investigação baseou-se em entrevistas semiestruturadas realizadas a treze trabalhadoras de limpeza na universidade, bem como observação participante complementada por conversas informais. Atualmente, o Iscte tem cerca de quarenta funcionários/as de limpeza contratados por uma empresa privada, todas mulheres, à exceção de três homens. Partindo da trajetória habitacional de cada uma, encontramos fenómenos de precariedade e insegurança habitacional, idênticos aos dos bairros periféricos da Área Metropolitana de Lisboa onde desenvolvemos trabalho de campo desde 2020. Em três entrevistas, as mulheres com quem falámos viviam nos bairros que a pesquisa tinha já como casos de estudo. A constatação de que a realidade habitacional destas trabalhadoras se insere nos padrões já identificados na periferia da AML (Pestana Lages & Jorge, 2023), reforça a ligação entre precariedade laboral e habitacional. Este nexos evidencia como as dinâmicas de desigualdade afetam de forma sistemática as mulheres migrantes, especialmente aquelas envolvidas em trabalho de cuidados e limpeza, perpetuando ciclos de exclusão social e espacial. Deste modo, a universidade torna-se não apenas um espaço de investigação sobre precariedade, mas também um local onde ela se materializa diariamente.

Trabalho de limpeza, migração e habitação em Portugal

Em Portugal, a evolução do sector da limpeza e dos cuidados reflete padrões europeus mais amplos. Como resultado do aumento médio das qualificações dos cidadãos nacionais e da emigração para desempenhar trabalhos semelhantes em economias mais fortes, o sector da limpeza foi autorizado a crescer à custa das mulheres migrantes, primeiro as mulheres dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, desde a década de 2000, as mulheres brasileiras (Dias, 2013; Pereira, 2013). Apesar da sua migração de longa data e do seu papel central no sector do trabalho de cuidados em Portugal, poucos estudos têm considerado a vida, o trabalho e as trajetórias das mulheres migrantes africanas no país. As tendências portuguesas de crescimento no sector da limpeza e dos cuidados têm estado em sintonia com o resto da Europa, onde se têm consolidado redes transnacionais de trabalhadoras, baseadas sobretudo em relações de proximidade e outras afinidades históricas, nomeadamente linguísticas (Catarino & Oso, 2000). A nossa investigação anterior identificou as formas como as exclusões habitacionais em Portugal são classificadas e baseadas no género (Pestana Lages, 2022, 2024; Saaristo, 2022, 2023) sugerindo uma forte relação entre o trabalho no sector dos cuidados com baixos salários e a precariedade habitacional e identificando o trabalho e a migração como dimensões cruciais na análise das exclusões habitacionais.

Em Portugal, podem ser identificadas diversas dinâmicas de crise habitacional ao longo dos anos. As lutas habitacionais do último século têm sido associadas à migração rural-urbana e à migração das antigas colónias portuguesas para Portugal, desencadeando o fenómeno da autoconstrução de habitação (Cachado, 2013; Horta, 2006). A ‘nova questão da habitação’, por sua vez, é contextualizada pela crescente financeirização da economia portuguesa, intrinsecamente ligada à financeirização do sector da habitação através do crédito, da liberalização do sector bancário nacional e da sua inserção nos mercados financeiros internacionais (Santos, 2019). Portugal tem, assim, estado em linha com as tendências globais dos últimos anos, com as políticas de habitação atualmente baseadas na criação de modelos de financiamento da habitação mais fortes e mais abrangentes baseados no mercado, e na mercantilização da habitação, incluindo a utilização da habitação como um ativo de investimento num mercado financeiro globalizado (Rolnik, 2013, 2019). O resultado verifica-se no aumento dos preços das rendas e do imobiliário (Ferreira et al., 2019), tornando Portugal o país da UE com a habitação menos acessível quando se comparam os preços da habitação com os níveis de rendimento (Jorge et al., 2024) e as despesas relacionadas com a habitação constituem, em média, 39% das despesas das famílias portuguesas (INE, 2023). Ao mesmo tempo, a habitação social em Portugal apresenta uma das taxas mais baixas da Europa, representando apenas 2% do parque habitacional.

Policrise e precariedade

A articulação entre o conceito de policrise, tal como proposto por Edgar Morin (1999), e precariedade desenvolvido por Judith Butler (2004) permite enquadrar teoricamente a confluência de crises contemporâneas, no caso deste artigo em torno da corrente ‘crise da habitação’. Enquanto Morin enfatiza a complexidade interdependente das crises globais, Butler foca-se na vulnerabilidade inerente à condição humana e nas formas como esta vulnerabilidade é distribuída de maneira desigual em sociedades marcadas por relações de poder assimétricas.

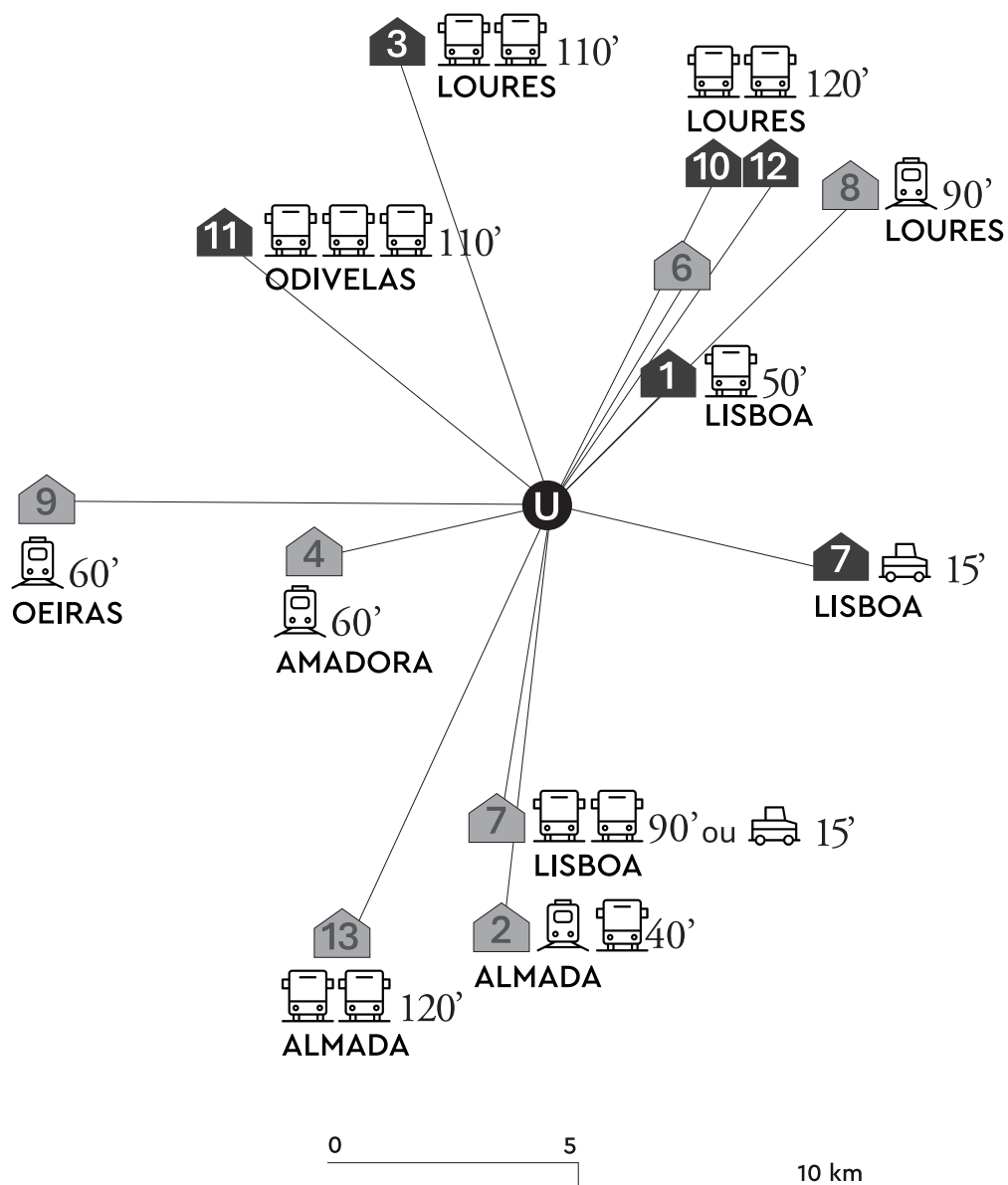
Para Morin, a policrise é mais do que uma justaposição de crises distintas, mas sim um fenómeno sistémico em que diferentes crises — climática, económica, política, social — se entrelaçam, formando uma teia complexa de interações. Este entrelaçamento produz efeitos que amplificam as dificuldades de resolução, dada a sua natureza não linear e o impacto em múltiplas escalas. A policrise não é apenas uma acumulação de problemas, mas sim uma manifestação de um sistema em profunda desordem, onde respostas isoladas a crises específicas tendem a ser insuficientes ou até contraproducentes. Judith Butler, por sua vez, aborda a precariedade como uma condição humana universal, inerente à nossa dependência uns dos outros e à vulnerabilidade dos corpos. Contudo, Butler argumenta que a precariedade é distribuída de forma desigual, com certos grupos sociais — frequentemente aqueles marcados por desigualdades de género, raça, classe ou cidadania — a serem deliberadamente colocados em situações de maior exposição a riscos sociais e económicos. Esta precariedade diferencial é o produto de estruturas de poder que operam para tornar certas vidas mais ‘vivíveis’ do que outras, ou, como Butler formula, para decidir que vidas importam e quais são relegadas à abjeção. Ao cruzar os dois conceitos, podemos compreender a policrise como um contexto que exacerba a precariedade diferencial descrita por Butler.

O trabalho de Butler acrescenta ainda uma dimensão ética à análise da policrise de Morin. Enquanto Morin enfatiza a necessidade de um pensamento sistémico para enfrentar a complexidade das crises, Butler chama a atenção para a responsabilidade de reconhecer e valorizar a interdependência humana, particularmente em tempos de crise, próxima a uma noção de cuidado. O trabalho empírico, apresentado no ponto seguinte, segue uma abordagem que combina estas perspetivas e às suas implicações sobre os corpos e as vidas mais vulneráveis.

Experiências múltiplas de precariedade

A compreensão de fenómenos como a precariedade laboral de mulheres migrantes no setor da limpeza e a sua interseção com a crise habitacional, observada a partir da universidade, acompanha o crescimento do sector da limpeza institucional tem sido condicionado por categorias étnicas, cidadania, emprego, regulação do mercado, políticas migratórias, qualificações, associações profissionais e o tipo de tarefas realizadas (Suleman & Suleman, 2019). A banalização da prática de subcontratação dos serviços de limpeza representa a ambiguidade máxima da presença física permanente e fundamental de um grupo profissional indispensável para manter a habitabilidade exigida aos edifícios que representam a vanguarda dos sistemas educativos. Tão indispensável quanto alheia à vida regular da instituição, a lógica do sector da limpeza nas universidades tem acompanhado as dinâmicas identificadas no sector mais vasto da limpeza e dos cuidados, particularmente como um local onde se acentua a tendência para uma ‘divisão internacional do trabalho reprodutivo’ (Lutz, 2017). A invisibilização do trabalho de limpeza é simultaneamente causa e consequência do baixo valor social que lhe é atribuído e a quem o executa, e cumpre a importante função económica de sustentar um sector de trabalho intensivo e o seu crescimento num regime de baixos salários e desregulamentado.

As formas intrincadas de precariedade na habitação e no trabalho são claramente evidentes nas experiências das mulheres que entrevistámos. Com exceção de uma entrevistada, todas as mulheres com quem falámos nasceram fora da cidade de Lisboa. Oito mulheres nasceram em Cabo Verde — refletindo o forte papel que a mão de obra cabo-verdiana tem na economia portuguesa, principalmente neste sector -, uma mulher é natural de São Tomé e Príncipe, outra do Brasil, uma de Angola e duas nasceram em Portugal. Os motivos da vinda para Lisboa, ou para Portugal, são variados: alguns vieram por razões médicas, sem intenção inicial de ficar, enquanto outras chegaram diretamente à procura de trabalho. As ligações familiares ajudaram na fase inicial e, mais tarde, contribuíram frequentemente para a criação de uma comunidade transnacional. No entanto, esta fluidez tem consequências concretas para a habitação, com os familiares a ir e vir constantemente (Lobo, 2020). Construir uma casa - tanto a infraestrutura física como um lugar onde a família possa ‘sentir-se em casa’ - torna-se uma tarefa infinitamente mais desafiadora quando há uma necessidade constante de se mudar. Para além disso, não existem políticas públicas em Portugal que tenham em consideração esta população móvel e que prevejam soluções de habitação desenhadas para esta situação.



ARRENDAMENTO
 HABITAÇÃO SOCIAL
 UNIVERSIDADE
 autocarro
 comboio
 automóvel

As entrevistadas apresentam uma grande variedade de condições de habitação: as duas mulheres nascidas em Portugal, ambas brancas, viveram com a família em bairros precários auto-construídos, mas foram realojadas ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER), durante a década de 1990 e o início da década de 2000. Desde então, o acesso à habitação social tornou-se cada vez mais difícil, uma vez que poucas unidades foram disponibilizadas após a primeira década dos anos 2000. Outras quatro entrevistadas com um percurso migratório de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe também viveram inicialmente em bairros precários auto-construídos, chegando a Portugal para viver com familiares. Foram realojadas em habitações sociais em Sintra, Amadora e Loures, concelhos limítrofes de Lisboa, onde algumas residem há mais de 20 anos. Uma das nossas entrevistadas refere a fraca qualidade da sua habitação, no concelho de Loures. Vivendo num apartamento alto, o elevador está frequentemente avariado e a manutenção dos espaços exteriores não é a melhor. No entanto, não deixou de investir na sua casa, onde vive com a filha, uma jovem adulta.

Chegar mais tarde, particularmente na última década, representou uma dificuldade crescente, nomeadamente para quem arrenda. A precariedade habitacional não é apenas um subproduto dos seus empregos e baixos rendimentos e deve ser vista à luz da mercantilização e financeirização da habitação, com os preços das rendas em aumento generalizado, e relações marcadas pela informalidade (ausência de contratos formais e grande desconhecimento das leis que as podem proteger e apoiar, foram os relatos ouvidos das mulheres que vieram do continente africano). À pertença a determinados grupos sociais racializados, por norma com baixas condições socioeconómicas, acresce ainda uma discriminação racista em termos de acesso à habitação, documentada pelo Comité para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD, 2017) e pelo Relator Especial das Nações Unidas para a Habitação (Farha, 2017). 21% dos inquiridos afrodescendentes em Portugal declararam, num inquérito do Eurostat, que sofriam de uma ou mais das quatro privações de habitação, em comparação com 5% do resto da população, e 48% viviam em condições de sobrelotação, em comparação com 10% da população em geral (FRA, 2018). Uma das nossas entrevistadas refere que o senhorio arrendou o apartamento apenas com fiador português dado que o casal, sendo brasileiro, não seria 'fiável'.

Para além do trabalho assalariado, as participantes na investigação mostraram ser também responsáveis pelo trabalho reprodutivo não remunerado, o que diminuía a sua disponibilidade para procurar empregos mais bem remunerados para poderem pagar os preços cada vez mais elevados da habitação para arrendamento privado (condição de seis das entrevistadas). O diagrama na página anterior sintetiza visualmente a localização da universidade e os bairros a partir dos quais as trabalhadoras de limpeza se deslocam. A maioria das trabalhadoras vive fora dos limites do município de Lisboa e das suas áreas centrais, onde a universidade está localizada. A indicação dos tempos e meios de chegada à universidade, para os turnos que se iniciam às seis da manhã, é um reflexo da luta permanente para encontrar um equilíbrio entre a proximidade e a acessibilidade económica.

Nota Conclusiva

A inversão do tradicional estudo de caso etnográfico, permitiu confrontar, de perto, a dimensão de reflexão crítica e analítica das instituições académicas sobre as relações de produção nas sociedades em que se inserem, com aquelas que protagonizam essas relações no interior dessas mesmas instituições. Estas mulheres estão na confluência de uma policrise que amplifica a precariedade das suas vidas, tornando visível a interdependência entre diferentes sistemas de opressão e vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, colocar em diálogo Morin e e Butler convida a uma abordagem ética e sistémica, que reconheça tanto a complexidade das crises como a urgência de proteger as vidas precarizadas que estão mais expostas aos seus impactos.

Financiamento

Este artigo foi realizado no âmbito do projeto ‘Care(4)Housing. A care through design approach to address housing precarity’ [PTDC/ART-DAQ/0181/2021], financiado pela FCT. Joana Pestana Lages tem financiamento da FCT através do contrato CEECIND/00473/2018 e Salla-Maria Saaristo através do contrato 2023.07870.CEECIND.

Referências bibliográficas

Butler, J. (2004). Precarious life: The powers of mourning and violence. Verso.
Cachado, R. Á. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, XLVIII(206), 134–152. http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_206_d03.pdf

Catarino, C., & Oso, L. (2000). La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: Hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza. *Papers* 60, 183–207.
CERD. (2017). International Convention on the Elimination of all Forms of Racial Discrimination. Concluding observations on the fifteenth to seventeenth periodic reports of Portugal*. In Concluding observation on the fifteenth to seventeenth periodic reports of Portugal: Vol. CERD/C/PRT. United Nations Committee on the Elimination of Racial Discrimination. https://doi.org/10.1163/9789004279926_019
Dias, N. (2013). A colónia, a metrópole e o que veio depois dela: Para uma história da construção política do trabalho doméstico em Portugal. In N. Domingos & E. Peralta (Eds.), *Cidade e império: Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Edições 70.
Farha, L. (2017). Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context. Mission to Portugal. In Human Rights Council, 34th Session: Vol. A/HRC/34/5. United Nations Human Right Council. https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session34/Documents/A_HRC_34_51_Add.2_EN.docx
Ferreira, J. P., Silva, N. B., & Costa, J. F. (2019). O preço da habitação: As determinantes do valor na área metropolitana de Lisboa. In A. C. Santos (Ed.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política* (pp. 171–197). Actual.
FRA. (2018). Second European Union Minorities and Discrimination Survey Being Black in the EU (EU-MIDIS II). European Union Agency for Fundamental Rights (FRA). <https://doi.org/10.2811/51938>
Horta, A. P. B. (2006). Places of resistance: Power, spatial discourses and migrant grassroots organizing in the periphery of Lisbon. *City*, 10(3), 269–285. <https://doi.org/10.1080/13604810600980580>
INE. (2023). A HABITAÇÃO CONCENTROU CERCA DE 39% DA DESPESA MÉDIA DAS FAMÍLIAS EM 2022. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=598753053&DESTAQUESmodo=2
Jorge, S., Oro, A. V., & Roseta, H. (2024, May 15). 4. Preço das casas e rendimento das famílias – evolução no século XXI. O Contador. <https://www.ocontador.pt/direito-a-habitacao/historico/00000063,00000016/index.htm?4-preco-das-casas-e-rendimento-das-familias-evolucao-no-seculo-xxi>

Lobo, A. de S. (2020). The challenges of making family at a distance. Some reflections on migrations and family dynamics in Cape Verde. *Análise Social*, 55(237), 840–866. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2020237.07>
Lutz, H. (2017). Care as a fictitious commodity: Reflections on the intersections of migration, gender and care regimes. *Migration Studies*, 5(3), 356–368. <https://doi.org/10.1093/migration/mnx046>
Morin, E., & Kern, A. B. (1999). *Homeland earth: A manifesto for the new millennium*. Hampton Press.
Pereira, S. (2013). Replacement Migration and Changing Preferences: Immigrant Workers in Cleaning and Domestic Service in Portugal. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(7), 1141–1158. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.778039>
Pestana Lages, J. (2022). Habitação em pandemia: Os desafios da COVID-19 a partir da experiência de mulheres em situação de precariedade habitacional. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 45. <https://doi.org/10.15847/cct.26604>
Pestana Lages, J. (2024). Spatial practices of care among women facing housing precarity: A study in greater Lisbon during the pandemic. *Gender, Place & Culture*, 0(0), 1–21. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2024.2312362>
Pestana Lages, J., & Jorge, S. (2023). A gendered taxonomy on housing precarity: Challenges from Lisbon metropolitan area during the covid-19 pandemic. *Sociedade e Território*, 35(1), 51–72. <https://doi.org/10.21680/2177-8396.2023v35n1D32254>
Saaristo, S.-M. (2022). Transgressive Participation: Housing struggles, occupations and evictions in the Lisbon Metropolitan Area [University of Helsinki]. <http://urn.fi/URN:ISBN:978-951-51-7046-0>
Saaristo, S.-M. (2023). Gendered and classed homelessness: A life-history analysis on displaced survival in Lisbon. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, au23. <https://doi.org/10.15847/cct.29261>
Santos, A. C. (2019). Habitação em tempos financeiros em Portugal. In A. C. Santos (Ed.), *A nova questão da habitação em Portugal. Uma abordagem da economia política* (pp. 15–52). Conjuntura Actual.
Suleman, F., & Suleman, A. (2019). How Do Household Tasks Shape Employment Contracts? The Provision of Care in Portugal. *Feminist Economics*, 25(1), 174–203. <https://doi.org/10.1080/13545701.2018.1532594>

O trabalho projetificado

Luísa Veloso, Professora Associada do Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa. Cies-Iscte-Instituto Universitário
de Lisboa. luisa.veloso@iscte-iul.pt

1. A investigação: de projeto em projeto

A investigação em curso – *PROWORK: Projetificação do trabalho: modelos de organização em rede nas sociedades capitalistas contemporâneas*¹ – resulta de algumas das inquietações que têm percorrido a minha carreira como investigadora.

Desde a minha licenciatura em sociologia que os mundos do trabalho têm sido o campo privilegiado da minha investigação. Debrucei-me sobre as transformações da classe operária em Portugal, a análise das mudanças nos modelos de organização do trabalho, etc. Recentemente, emergiu a importância e urgência, no quadro da análise de variadas e novas formas de proletarianização e precarização do trabalho, de me deter sobre a projetificação do trabalho, isto é, a generalização crescente do trabalho por projeto, entendido como uma atividade com um período temporalmente delimitado e em função do qual se estruturam dimensões várias, tais como a divisão do trabalho, a estrutura hierárquica, os espaços e tempos de trabalho, etc.

Mais ainda quando, como investigador, vivencio desde sempre a configuração projetual do trabalho científico, e, logo, a dificuldade em assegurar programas de investigação dilatados no tempo e, consequentemente, a impossibilidade de assegurar a continuidade de uma equipa de cientistas focados na construção de conhecimento científico alimentado por cumplicidades teóricas, metodológicas, mas, também, por afinidades eletivas, brilhantemente romaneadas por Goethe.²

A minha experiência da projetificação na investigação, ainda assim, assenta numa carreira académica pautada pela estabilidade, mas acompanho trajetórias de jovens investigadores e investigadoras instáveis e incertas.

Estas são algumas das sementes desta investigação (e não do projeto de investigação, assumindo uma atitude intencional de crítica à projectificação do trabalho).

Acresce ainda, uma nota relativa uma investigação anterior, dedicada às relações ciência-indústria,³ em que o trabalho, nas atividades de investigação e desenvolvimento das empresas, se configura por projeto, porque sujeitas, nomeadamente, a financiamentos externos às empresas, à apresentação de *deliverables*, ao cumprimento de *milestones* e à assunção de responsabilidades pela coordenação de *work-packages*. E esta evidência plasmou-se na estratégia metodológica, assente no acompanhamento de projetos e não de atividades de empresas ou instituições de investigação.

O PROWORK configura-se, deste modo, como uma investigação que procura analisar e refletir sobre configurações do trabalho nas economias e sociedades contemporâneas.

2. Projetificação do trabalho: uma análise premente

As sociedades e economias capitalistas contemporâneas têm sofrido importantes e significativas transformações e crises nas últimas décadas, com diferentes consequências para os mercados de trabalho e para a organização do trabalho em vários países do mundo. Enquanto a literatura científica sobre o mercado de trabalho, nomeadamente sobre os processos de precarização e de flexibilização é extensa (Castel, 2009; Kalleberg, 2009), as análises centradas nos modelos de gestão e organização do trabalho e das relações laborais é mais escassa (Lundin et al., 2015). Entre estes modelos, destaca-se o trabalho por projeto.

Por trabalho por projeto entende-se uma estrutura temporária de organização do trabalho que tem impactos específicos nas relações de trabalho e nos desempenhos individuais. Em alguns sectores económicos e profissões, como a arquitetura e a investigação científica, constitui o principal modo histórico de organização do trabalho (Boutinet, 1990; Greer et al., 2019), mas noutras áreas tem sido cada vez mais adotado como um mecanismo para promover modalidades de trabalho, relações e espaços de trabalho, considerados mais flexíveis (Eftaxiopoulou, 2020), ainda que possam ser rígidos e fortemente hierarquizados, no quadro de um “capitalismo corporativo”, em que a “produção é amplamente desenvolvida em empresas organizadas de forma “burocrática” (Graeber, 2018, p. 190).

Esta investigação detém-se sobre os modos de projetificação (Kuura, 2020; Lundin et al., 2015) e a forma como estes se inserem em modalidades renovadas de organização das sociedades capitalistas contemporâneas e se têm vindo a disseminar por um vasto conjunto de sectores de atividade económica e das profissões.

A disseminação dos projetos como forma de organização do trabalho tem revelado a sua eficácia económica e gestonária por diversas razões, tais como: o desenvolvimento e a implementação de modelos de organização do trabalho que associam lógicas de gestão, estilos de liderança, procedimentos e estruturas de relações de trabalho especificamente concebidos para tornar o trabalho por projeto eficaz; a disponibilidade de recursos digitais e tecnológicos, que permitem uma comunicação contínua em linha, independentemente da definição normativa do espaço e do tempo (Jensen et al., 2016); a disseminação de um discurso sobre os benefícios do trabalho flexível e da disponibilidade permanente para colaborar (Cicmil et al., 2016); o desenvolvimento de atividades profissionais especificamente dedicadas à gestão e organização de projetos, tais como *project managers*, *project owners* ou *project designers*. Em Portugal, nomeadamente, foi criada, em 1994, a *Associação Portuguesa de Gestão de Projetos* (APOGEP)⁴,

1 <https://prowork.iscte-iul.pt/>

2 Johann Wolfgang von Goethe, 2007 [1809]. *As Afinidades Electivas*, Relógio de Água.

3 “Desenvolvimento Científico e Inovação Empresarial”. Financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Referência PTDC/CS-SOC/114152/2009.

4 <https://www.apogep.pt/>

5 <https://ipma.world/>

que se encontra ligada à *International Project Management Association* (IPMA)⁵, o que, na linha da abordagem da sociologia das profissões, evidencia um processo de institucionalização e delimitação de um domínio profissional e/ou em profissionalização. Tal profissionalização, ao invés de assentar num domínio de *expertise*, assenta num conjunto de *skills* de cariz gestório que podem contribuir, para a desprofissionalização de domínios exigentes em conhecimentos específicos e claramente delimitados.

O PROWORK está focado num tipo específico de projeto: os projetos em rede (Lundin et al., 2015), que são, por definição, interorganizacionais, em setores de atividade económica e/ou profissões em que a lógica da projetificação se tem vindo a intensificar, a saber: empresas de consultoria e gestão, atividades de investigação e desenvolvimento realizadas em parceria entre universidades e empresas, atividades de criação artística e atividades realizadas no quadro da economia social e solidária. A sua seleção radica, igualmente, na preocupação em abranger os três pilares de sustentação das sociedades e economias capitalistas contemporâneas – Estado, sector privado e terceiro sector – e as áreas de fronteira entre eles.

A investigação encontra-se, neste momento, a finalizar o trabalho empírico. Destaca-se, desde já, que definir o que se entende por projeto é bastante variável em cada um dos estudos de caso e coloca desafios vários em termos da sua circunscrição teórica e metodológica.

3. O projeto como unidade de análise

O projeto é, assim, a unidade de análise do PROWORK, definindo como objeto principal uma forma de organização específica: os projetos em rede.

A proliferação de modos de organização do trabalho baseados em projetos e as respetivas redes de colaboração interorganizacional transformam as organizações não só internamente, mas também externamente. Por isso, tem-se argumentado que “nenhum projeto é uma ilha”, mas é, pelo contrário, influenciado pelo seu contexto histórico e organizacional (Engwall, 2003). Por conseguinte, tornou-se particularmente relevante considerar a “rede interorganizacional” como a unidade básica de análise (Powell, 2001).

Assim, os projetos em rede assentam, nesta investigação, nos seguintes pressupostos:

a) os projetos são desenvolvidos em rede e geralmente incluem equipas internas às organizações e equipas ou membros de outras organizações – públicas, e organizações do terceiro sector – condição frequentemente imposta pelos programas e critérios de financiamento;

b) o projeto é uma ferramenta metodológica, porque é teórica, epistemológica e empiricamente relevante; o estudo dos projetos permite um acompanhamento temporalmente delimitado (sincrónico) e a compreensão das razões da sua estruturação, a montante e da sua continuidade (ou não), a jusante (diacrónico) e a análise dos usos dos seus resultados (conhecimentos, tecnologias, obras de arte, etc.);

c) as organizações organizam as suas atividades, os seus recursos materiais e humanos em função dos projetos que desenvolvem; as trajetórias das redes de projetos são, portanto, paralelas às trajetórias das instituições e das pessoas (Veloso et al., 2014).

Tais pressupostos exigem, por sua vez, considerar e assumir a fluidez do conceito de projeto, assumindo o trabalho por projeto como uma construção social em curso (Cicmil et al., 2016). Estes autores defendem que o trabalho por projeto e a projectificação devem ser vistos como fenómenos multifacetados e como fenómenos culturais e discursivos. Defendem uma noção ampla de projetificação e uma abordagem alargada que tem em conta aspetos como a racionalidade limitada, o poder e a política, as normas e construções culturais, seguindo o trabalho de Boltanski e Chiapello (1999) sobre “O novo espírito do capitalismo”. Esta visão alargada considera as unidades organizacionais como construções sociais institucionalizadas e não como entidades estáveis. Esta visão alarga a noção de projetificação à vida social e individual, adotando perspetivas teóricas culturais e sociológicas críticas na análise dos processos e das suas consequências (Cicmil et al., 2016).

⁵<https://ipma.world/>

4. Eixos analíticos

A investigação ancora-se numa matriz constituída por um conjunto de eixos de análise, a saber:

- a) divisão do trabalho: o trabalho baseado em projetos distingue-se do trabalho em organizações funcionais clássicas no que diz respeito à atribuição de responsabilidades, tanto no que concerne aos gestores como aos trabalhadores operacionais; nos projetos em rede o trabalho tem lugar no quadro de organizações temporárias ou permanentes, podendo ser integrado nas estruturas de divisão do trabalho de cada organização;
- b) relações de emprego: a organização do trabalho depende também de normas e regulamentações, tais como o tipo e duração dos vínculos contratuais;
- c) modalidades de coordenação e de comunicação e o papel desempenhado pelas Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC), o que inclui o mapeamento das rotinas de trabalho, a sua natureza presencial e não presencial, a planificação e gestão dos projetos, etc.;
- d) mecanismos de controlo do trabalho, focando a atenção nas regras, nas políticas de incentivos e nas sanções, nas principais características dos espaços de trabalho (Efaxiopoulou, 2018);
- e) domínios de *expertise* e competências gestionárias de projetos, tanto na perspetiva das trajetórias individuais como de competências coletivas, considerando a partilha de conhecimento na rede;
- f) equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, o que pressupõe considerar, por exemplo, os horários e as rotinas de trabalho e a sua articulação com a vida pessoal;

5. O método

De acordo com a definição de Yin (2018), um estudo de caso é um método que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e no seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto podem não ser totalmente claros.

Uma vez que o fenómeno da projeção se estende, com dinâmicas e especificidades próprias, a um vasto leque de atividades económicas e profissões, a estratégia de investigação assenta em estudos de caso múltiplos, com recurso à etnografia. A investigação segue uma abordagem intensiva e etnográfica, com o objetivo de gerar novas perceções sobre as formas como o trabalho por projeto é configurado (Brannan et al., 2007), tomando a rede como ponto de observação. Implica “seguir o projeto” através dos locais – presenciais, virtuais – onde se encontram os vários atores sociais coletivos e individuais que participam na rede, assim como todo o conjunto de artefactos não humanos (software, espaços de trabalho, tecnologias digitais, etc.). Como tal, os campos de observação *offline* e *online* interpenetram-se de diferentes formas (Simões, 2012). Os atores sociais em geral, e nas redes, em particular, transpõem uma parte significativa da sua atividade para o mundo virtual (páginas web profissionais, canais de comunicação, ferramentas digitais, redes sociais, etc.), e, desta forma, o mundo virtual intervém, de múltiplas formas, no desenvolvimento das atividades *offline*. Este facto conduziu a equipa de investigação a acionar uma etnografia multi-situada.

g) impactos na saúde, nomeadamente a dois níveis: como estas formas de organização do trabalho, (e.g. a irregularidade das cargas e ritmos de trabalho, a disponibilidade quase permanente para as exigências do trabalho ou a incerteza financeira) condicionam as condições sociais dos indivíduos para avaliarem e atuarem sobre as suas necessidades ao nível da saúde, seja em termos de autocuidados (como os hábitos alimentares), seja de recurso a cuidados de saúde especializados; a forma como as exigências específicas de trabalho inerentes a esses modelos podem, elas próprias, colocar ou potenciar desafios de saúde específicos, com impactos na saúde como o consumo de drogas potenciadoras de desempenho (Lopes, et al., 2014);

h) fontes, mecanismos e calendários de financiamento, estudando, nomeadamente, os recursos financeiros disponíveis em cada fase do projeto, o seu carácter público e privado e os constrangimentos – substantivos e de forma – que colocam ao desenvolvimento das atividades.

Há já algumas décadas que a etnografia multi-situada tem vindo a ser desenvolvida como uma metodologia para responder à necessidade de seguir objetos de estudo complexos através de múltiplos locais de observação (Hannerz, 2003; Marcus, 1995). Os modos de construção desta etnografia multi-situada envolvem a observação dos vários agentes humanos e não-humanos (Callon, 1986; Latour, 1988). Assim, a observação presencial e virtual de reuniões, eventos, os contactos com diversos atores sociais, em diferentes ocasiões e em múltiplos locais é complementada com entrevistas e com a recolha e análise de diversos documentos e materiais.

6. A investigação prossegue

Esta investigação entrou, no início de 2025, na fase de análise da informação. O facto de se tratar de estudos de caso, dificulta uma abordagem antecipada dos principais resultados, na medida em que só uma análise holística da informação recolhida e sistematizada – observação direta, entrevistas, documentação, registos fotográficos – permite responder às questões de partida.

A autora adota o novo acordo ortográfico.

Projeto financiado pela FCT –
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
Ref.: 2022.04212.PTDC
DOI: 10.54499/2022.04212.PTDC

Instituições de investigação
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
CIUHCT-Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia- NOVA.ID.FCT
CRIA-Centro em Rede de Investigação em Antropologia-Polo Iscte

Equipa de investigação
Alexandre Silva, Clara Pelote, Filipe Reis, Joana Marques, João Lopes, José Soeiro, Luísa Veloso, Patrícia Santos, Paula Urze e Telmo Clamote.

Consultores
Arvi Kuura, Georgios Eftaxiopoulos e Peter Oeij.

Referências bibliográficas
Boltanski, L. e Chiapello, È. (1999). Le nouvel esprit du capitalism. Paris: Gallimard.
Boutinet, J.-P. (1990). Anthropologie du projet. Paris: PUF.
Brannan, M., Pearson G. e Worthington, F. (2007). Ethnographies of work and the work of ethnography. *Ethnography*, 8(4), 395-402.
Callon, M. (1986). The Sociology of an Actor-Network: The Case of the Electric Vehicle. In: Callon, M., Law, J. & Rip, A. (Eds.), *Mapping the Dynamics of Science and Technology* (pp.19-34). London: Palgrave Macmillan.
Castel, R. (2009). La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l’individu. Paris: Seuil.
Cicmil, S., Lindgren, M. & Packendorff, J. (2016). The project (management) discourse and its consequences: on vulnerability and unsustainability in project-based work. *New Technology, Work and Employment*, 31, 58-76.
Lopes, N., Clamote, T., Raposo, H., Pegado, E. e Rodrigues, C. (2014). Medications, youth therapeutic cultures and performance consumptions: a sociological approach, *Health*, 19(4), 430-448.
Efaxiopoulos, G. (2020). The largest room in the world: MPK20 and hyper-flexibility. *AA Files*, 77, 89-101.
Efaxiopoulos, G. (2018). No-Fun: Fun Palace and the Cult of Flexibility. *Perspecta*, 51, 255-261.
Engwall, M. (2003). No project is an island: linking projects to history and context. *Research Policy*, 32(5), 789-808.
Graeber, D. (2018). Bullshit jobs: the rise of pointless work and what we can do about it. Great Britain: Penguin Books.
Greer, I., Samaluk, B., e Umney, C. (2019). Toward a Precarious Projectariat? Project dynamics in Slovenian and French social services. *Organization Studies*, 40(12), 1873-1895.
Hannerz, U. (2003). Being there... and there... and there! Reflections on Multi-Site Ethnography. *Ethnography*, 4(2), 201-216.

Jensen, A. F., Thuesen, C. e Gerdaldi, J. (2016). The projectification of everything: Projects as a human condition. *Project Management Journal*, 47(3), 21-34.
Kalleberg, A. (2009). Precarious Work, Insecure Workers: Employment Relations in Transition. *American Sociological Review*, 74(1), 1-22.
Kuura, A. (2020). 25 Years of Projectification Research. *Project Management World Journal*, 9(8), 1-20.
Latour, B. (1988). *Science in Action - How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Harvard: Harvard University Press.
Lundin, R., Arvidsson, N., Brady, T., Ekstedt, E., Midler, C. e Sydow, J. (2015). *Managing and working in project society: institutional challenges of temporary organizations*. Cambridge: Cambridge University Press.
Marcus, G. E. (1995). *Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography*. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.
Powell, W. W. (2001). The capitalist firm in the twenty-first century: Emerging patterns in western enterprise. In P. DiMaggio (Ed.), *The Twenty-First-Century Firm: Changing Economic Organization in International Perspective* (pp. 33-68). Princeton: Princeton University Press.
Simões, J. A. (2012). Investigando a rua através da internet (e vice-versa): considerações teórico-metodológicas sobre um itinerário etnográfico. *Análise Social*, 205(XLVII), 792-817.
Veloso, L. (coord.), Couto, A. I., Conceição, C. P., Carvalho, H., Coelho, J. V., Peralta, J., Oliveira, L., Rodrigues, N., Lopes, N. M., Duarte, T., Gonçalves, C. M., Reis, F., Vidal, F., Feio, J. A., Lucas, J., Rocha, P., Cardoso, S., Amândio, S., & Cardoso, T. (2014). *Desenvolvimento científico e inovação empresarial - SDEI. Relatório Final*. Lisboa: CIES.
Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: Design and methods* (6th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

**ASSIMETRIAS
SOCIAIS**
Fragmentos
de uma peça
teatral



A BELEZA DAS EMPRE- GADAS DOMES- TICAS

Manuel Jerónimo, 2024
Encenador

“Lu – Mas dinheiro
é só uma forma de falar.
Não temos de estar sempre
a falar de dinheiro.
Isso é só uma forma,
uma roupagem, digamos.
Há muitos géneros
de riqueza.
Marta – Claro, mas o dinheiro
compra-as todas.
Lu – Golo! Dito como
uma verdadeira capitalista.
Marta – Não me diga
que é comunista?
Lu – Eu sou o que for
preciso ser.”

A ideia inicial do espetáculo era simples e talvez um pouco antiquada: como entender a relação entre trabalhadores e patronato; o que é, claro, um problema velho e fora de moda, mas suportado por um princípio elementar. Num mundo de trocas monetárias, as relações laborais são, na sua base mais elementar e por mais complexidade que lhes seja colocada em cima, uma relação entre aquele que trabalha e aquele que paga para que o trabalho seja feito. E essa relação elementar foi a primeira pedra do drama que levámos a cena.

Posto isto, o contexto começou a ganhar forma: queria explorar o trabalho e o modo como estas duas posições olham para ele; ou seja, como é olhar para o Trabalho (assim mesmo, com letra maiúscula) do ponto de vista do trabalhador e como é olhar para ele do ponto de vista do patrão. Deste lugar, surgiu o primeiro rascunho da história – uma entrevista de emprego. Esta situação invulgar, pareceu-me suficientemente dramática para que pudesse explorar estas diferentes perspetivas e perceber como é que na forma como estas duas personagens se preparam para esta situação poderia falar sobre o que sentem, pensam e desejam do Trabalho. Por isso, as primeiras versões da peça, tomaram a forma de um ciclo de entrevistas de trabalho, cada vez mais próximas do sucesso que exporiam as personagens a situações de maior tensão, nas quais os seus valores e princípios eram colocados à prova e desafiados. E aqui encontrei o primeiro problema da peça.

Sabia que o próprio binómio trabalhar/patronato seria, para muitos, um obstáculo a ultrapassar, porque me parece que nos coloca em dilemas laborais do século passado. Hoje em dia, um jovem engenheiro de 23 anos talvez tenha dificuldade em reconhecer a sua entrevista de trabalho na Apple como referente ao mesmo binómio de um mineiro do princípio do século XX. Por isso, pareceu-me claro que queria que estas duas personagens não se inserissem no tecido laboral mais baixo, mas fossem, sobre todos os aspetos, personagens no topo da sua carreira a concorrer pelo mais elevado grau de reconhecimento – tinham de ter sucesso e estar a concorrer à mais alta posição possível no mundo empresarial. E, portanto, empreendedores com uma ideia genial nas mãos. Ora, o problema estava em como graduar o ciclo das três entrevistas neste sentido. Porque o CEO de uma empresa não teria de passar pelas mesmas barreiras que um programador. E quem é que pode ter ascendente sobre um CEO de topo num mundo empresarial? Entra em cena – o Diabo.

No texto do espetáculo, embora o personagem se assumia como Lúcifer, fiz sempre questão de que não se tornasse claro se tudo aquilo é verdade ou apenas uma brincadeira. E parece-me que é fundamental que assim seja, precisamente, porque a personagem Lu não representa mais do que a mera ideia de sucesso máximo em troca de um princípio fundamental. E chegado aqui, todos os dominós tomaram o seu lugar sem dificuldade. O trabalhador e o patrão são sócios de uma empresa unicórnio de sucesso, que acabou de inventar uma tecnologia revolucionária na área de I.A. e receberam uma proposta para vender a empresa a um gigante tecnológico. A entrevista de trabalho, tornou-se uma proposta de fusão e, diante do cheque multimilionário que lhes é colocado à frente, o patrão e o trabalhador lutam contra os seus princípios e perspetivas sobre o Trabalho (novamente a letra maiúscula).

Posto isto, tornou-se também fundamental que a relação destes dois sócios fosse firme, estável e fiável; caso contrário, a tentativa em cena seria mais frágil e as defesas mais fáceis de destruir. Entram em cena, Marta e Maria, duas irmãs em referência às personagens bíblicas, que até aos olhos de Jesus olhavam para o serviço de formas diferentes. Por isso, Marta tornou-se a CEO – a cara e a marca desta empresa, e a Maria tornou-se CTO – o cérebro e o braço por detrás da invenção. E estas duas pessoas, claro, olham para o trabalho de forma muito diferente.

“Maria – E é para isso que fizemos isto? Todo este trabalho?

Marta – Sim. Claro.

Maria – Ai é para isso que trabalhamos? Para nunca mais termos de trabalhar? Isso faz todo o sentido. Trabalhar para não trabalhar!

Marta – Oh Maria...”

Com todas estas peças em jogo e entrando o ambiente alegórico/parabólico em cena, senti que faltava uma última âncora ao espetáculo. Se por um lado tinha alguém que olhava para o trabalho como um meio para um fim, e, por outro, tinha alguém que olhava para o trabalho como um fim em si mesmo, parecia-me que me faltava alguém que olhasse para o trabalho como serviço, uma missão, que não se esgota em si mesmo, nem é um degrau para algo mais, mas alguém que encontra na realização de um trabalho, um dever e um sentido existencial – entra em cena a Dona Ana. Deste modo, durante toda a peça, saltamos continuamente entre estes dois planos: uma sala de reuniões de topo, onde os grandes cérebros tecnológicos discutem um negócio de milhões de euros, para uma casa que precisa ser limpa, por uma mulher que passa os dias sozinhas a fazer sempre o mesmo trabalho. E cada plano serve para iluminar melhor o outro.



Resta notar um último ponto. Pela própria dimensão alegórica que a história ganhou, também se tornou claro que não queria que o espetáculo fosse propagandista; quero dizer, não queria que a dimensão alegórica se perdesse numa mera mensagem que há a transmitir. Nesse sentido, a ideia de capitalismo surge também ela apenas como um elemento a discutir,



como uma força que entra em ação e que é preciso reconhecer, mas tentando não a tratar como um mal ou como um bem. E essa parece-me a força do espetáculo – pôr em cena uma série de forças em ação que lutam pela sobrevivência e que, espero, nos façam pensar no nosso trabalho e na forma como olhamos para ele. Dona Ana - Morrer? Não tenho medo nenhum. Às vezes, elas perguntavam-me, elas sabem que eu vou à igreja. E então metem-se comigo. Oh Dona Ana e depois no céu o que é que faz? Nas nuvens com os anjinhos. Vai-se aborrecer. E eu. Não senhora. Que Nosso Senhor também há-de ter cuecas para lavar ou não? Ai e dá-me muita graça. Eu a lavar as cuecas do Senhor, a fazer-lhe a cama. Ai que disparate. Mas era muito engraçado ou não? Eu a limpar o céu. Ai que graça. Deus queira.





Ensaio Fotográfico

The We in the I

Miguel Santos, 2021, Artista e investigador no Laboratório de Investigação em Design e Artes, ESAD.CR
– IPLeiria, miguel@miguelsantos.org,
miguel.f.santos@ipleiria.pt

The We in the I propõe uma reflexão sobre a subjetividade humana enquanto expressão de relações multiespécies, enfatizando o seu carácter simultaneamente singular, relacional e dinâmico, em permanente transformação e cocriação. Através de uma prática fotográfica baseada em exposições prolongadas (aproximadamente 30 minutos), o projeto explora estas interações complexas, questionando perspetivas antropocêtricas ao evidenciar a interdependência, a influência recíproca e a vulnerabilidade partilhada como condições fundamentais da existência. As imagens registam subtis acumulações de movimentos, interações e transformações ao longo do tempo, destacando processos lentos e silenciosos, que valorizam a escuta atenta e a quietude, criando e integrando o tempo como elemento da imagem e da subjetividade em formação.

Neste processo, a câmara atua como uma testemunha sensível e paciente da respiração do ambiente, trazendo à luz dimensões biológicas e ecológicas frequentemente desequilibradas ou negligenciadas pela percepção humana. O projeto sublinha também a importância da ignorância consciente enquanto atitude aberta e receptiva ao desconhecido, um aspeto essencial no desenvolvimento do relacionamento humano com o mundo mais que humano.

Ao revelar as interdependências multiespécies, o projeto promove uma ética do cuidado, da reciprocidade e do respeito, convidando a uma reimaginação crítica e criativa do papel humano numa rede de vida partilhada. Desta forma, procura incentivar uma consciência sensível e atenta às relações complexas que nos constituem, contribuindo para a construção de uma sociedade multiespécies.











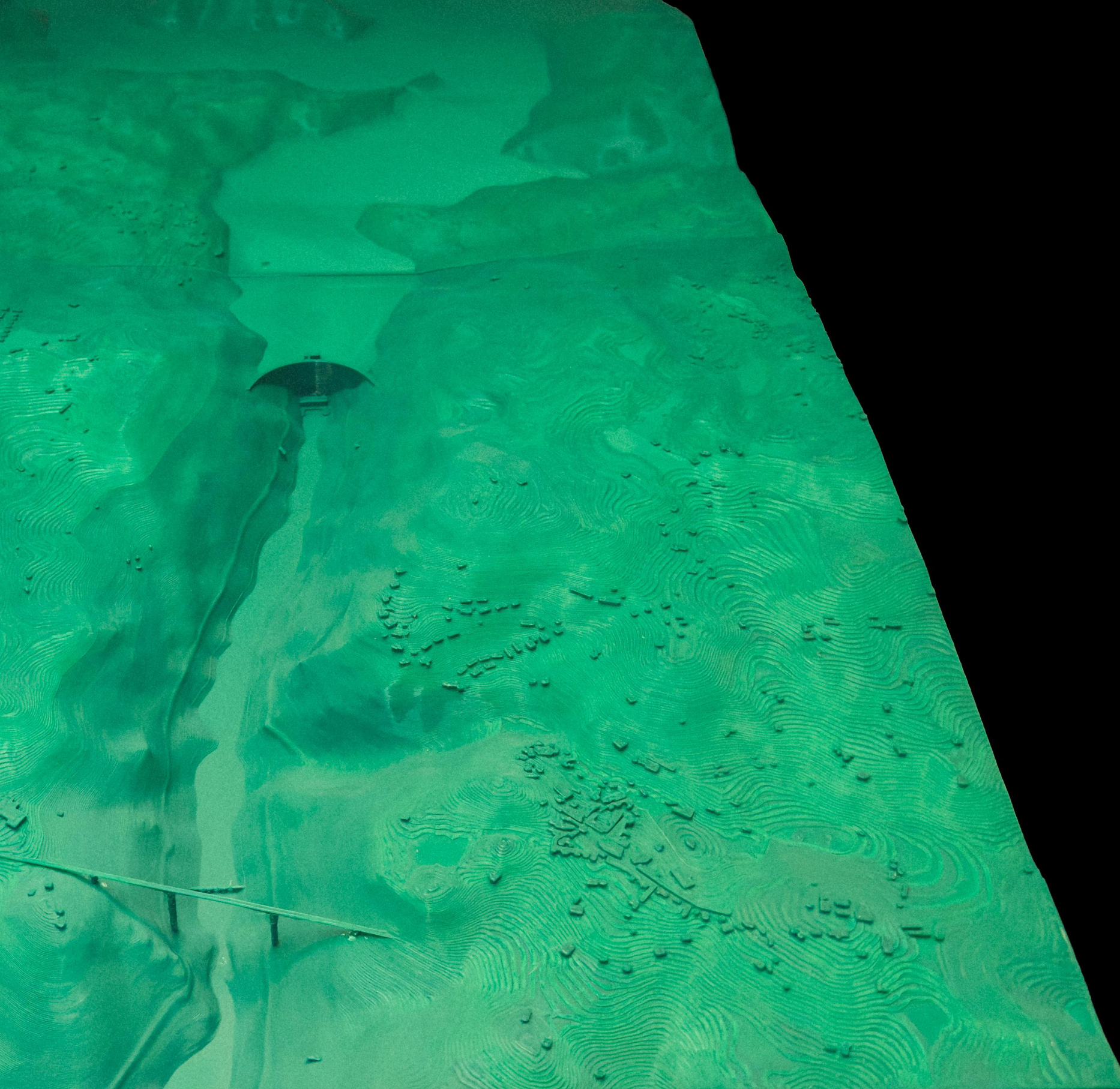




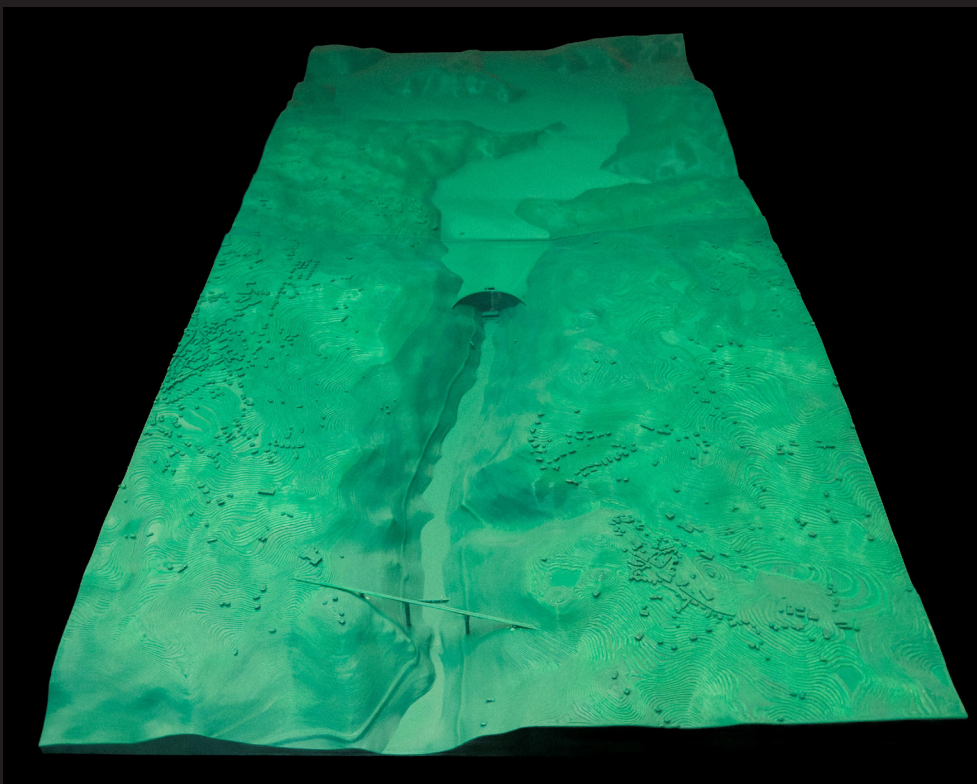


INVESTIGAÇÕES II

ARQUI-
TEC-
TURAS
NA
MAR-
GEM:
O que te
faz feliz?



Beatriz Duarte
Beatriz Ribeiro
Carolina Künster
Cláudia Costa
Davi Souza
Diogo Vitorino
Flávio Ferreira
Inês Silva
Irina Bencheci
Matilde Monteiro
Miguel Matos
Patrícia Barbas



(PFA 2023-2024)

Arquiteturas na Margem: o que te faz feliz? foi um meio para repensar a realidade. Propôs-se uma reflexão sobre o papel e a responsabilidade da arquitetura na transformação do território, considerando grandes questões contemporâneas: as consequências da ação humana, o turismo em massa, a indústria da felicidade, a crise climática, a necessidade de reduzir a extração de recursos e o impacto das infraestruturas no ecossistema. Desta vez, e na sequência de Architecturas na Cidade: O que te faz feliz? (PFA 2019-2020), o olhar voltou-se para a barragem do Cabril, situada entre Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, e Pedrógão Pequeno, no distrito de Castelo Branco.

Arquiteturas na Margem: o que te faz feliz?

Patrícia Barbas

Construída como parte do grande projeto de barragens em Portugal e inaugurada em meados dos anos 50, essa infraestrutura interrompe o percurso do rio Zêzere, cuja geografia singular abriga a jusante outras duas barragens hidroelétricas: a da Bouça e a de Castelo de Bode. Esse contexto incentivou a investigação da relação entre arquitetura, energia e ecologia, explorando cenários alternativos para o futuro da barragem. Partindo de um exercício de imaginação—o cenário ficcionado de desativação da exploração hidroelétrica da barragem do Cabril—, propôs-se uma reflexão crítica sobre os paradigmas da arquitetura e da gestão dos recursos hídricos. O desafio não foi apenas projetar, mas transformar, repensando os modos de intervenção e investigando alternativas de reuso e regeneração. A questão que guiou este percurso permaneceu a mesma: O que te faz feliz?, mas desta vez, deslocada para a margem, para um território em transição e para um ecossistema em constante negociação. Ao longo do percurso, a análise da área de estudo serviu como ponto de partida, envolvendo investigação, levantamento e documentação de fontes e trabalho de campo. A estratégia de intervenção foi definida coletivamente e resultou na articulação entre teoria e prática, concretizando-se em investigações/projetos individuais. Compreender, documentar, registrar e intervir com precisão foram etapas fundamentais do processo. Essa jornada foi acompanhada por visitas de estudo, acesso a arquivos, exposições e um ciclo de conversas com especialistas de diferentes áreas, ampliando as perspectivas sobre o tema. O percurso foi documentado em ensaios visuais e escritos, culminando em uma publicação e um registo digital, reforçando a importância do olhar crítico e coletivo sobre o território. Assim, Arquiteturas na Margem afirmaram-se como um espaço de questionamento e experimentação, onde a arquitetura se tornou um meio de reflexão sobre o tempo, a paisagem e a nossa relação com a água.



No Dorso da albufeira



2. Ilustração da Barragem do Cabril em "O lodo e as estrelas", 1960, Chichorro Rodrigues.

A barragem do Cabril está uma maravilha!
Os visitantes ficam entusiasmados!
Que técnica! Que harmonia de linhas, e a albufeira tão azul,
a refletir nas margens as casas, as árvores e as flores!
Encanto!
Pois nela o Ramalho
apanhou uma silicose quando marteleiro e capataz nos túneis.
Está quase no último grau.
Um dia vem-lhe a ideia de se matar.
Noutro, fica meio louco.
Noutro, conforta a mulher e os filhos.
Noutro estende-se na pobre cama e chora.
Noutro sai da barraca, tira a boina e... pede esmola.
Que vergonha para nós!
Quando, em nossa terra, a reforma e a assistência
a que o Ramalho tem direito?
Que linda está a barragem do Cabril!
Em dias claros, podemos vê-la
reflectida nas águas.
Quando lá passo, vejo sempre a boiar, no dorso da albufeira,
os pulmões do Ramalho

5 de Abril de 1957.
(Ferraz, 1960, pp. 63-64)

As consequências agregadas à construção de uma barragem não estão à vista de todos. “No dorso da Albufeira” revela os vários pontos de vista sobre a construção de uma obra de tal dimensão, desde os trabalhadores e as suas condições de vida, à opinião exterior de quem passa e vê o novo plano de água a surgir. O livro de “O lodo e as estrelas” da autoria de Telmo Ferraz contém poemas que retratam factos e histórias do quotidiano do povo, no processo de construção da barragem do Cabril, bem como noutras obras da mesma dimensão, o que levou este livro a ser censurado pelo regime.



Para onde foram as cabras?: Diagnóstico de um território

Inspirados no capítulo “Where did the cows go?” de Countryside, A Report¹, o atelier Na Margem põe em cima da mesa as questões que foram sendo lançadas ao longo da investigação e é certo que, foram elas que conduziram e alimentaram o processo e o diagnóstico deste território. O diagnóstico é apresentado através de fotografias, cartografias e desenhos originais, entre outros elementos que nos ajudam na aproximação a este lugar.

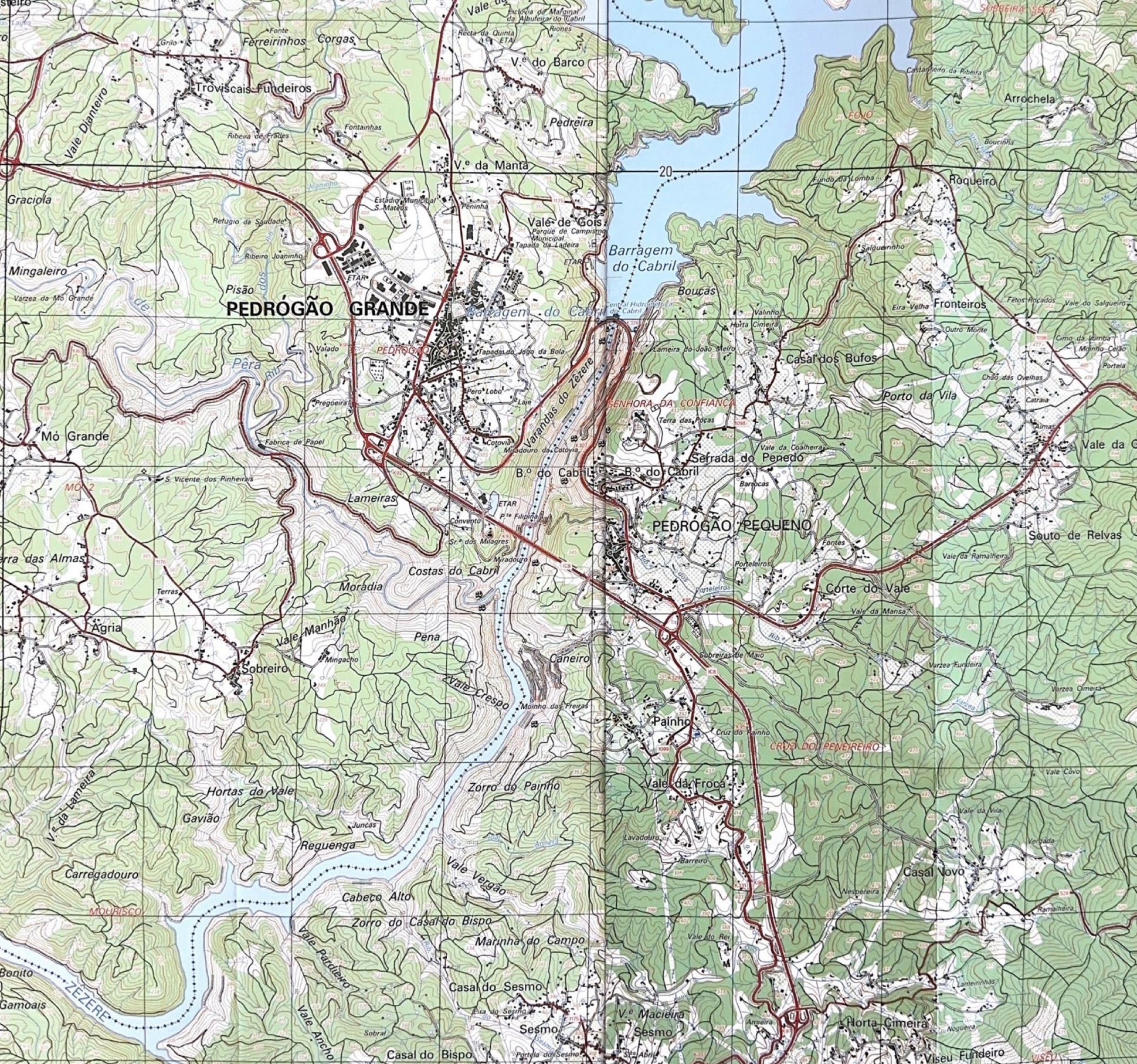
3. © <http://medavia.co.uk/>

¹. Koolhaas, R. (2020), “Where did the cows go?”, “Countryside, A Report” (pp.324- 351)

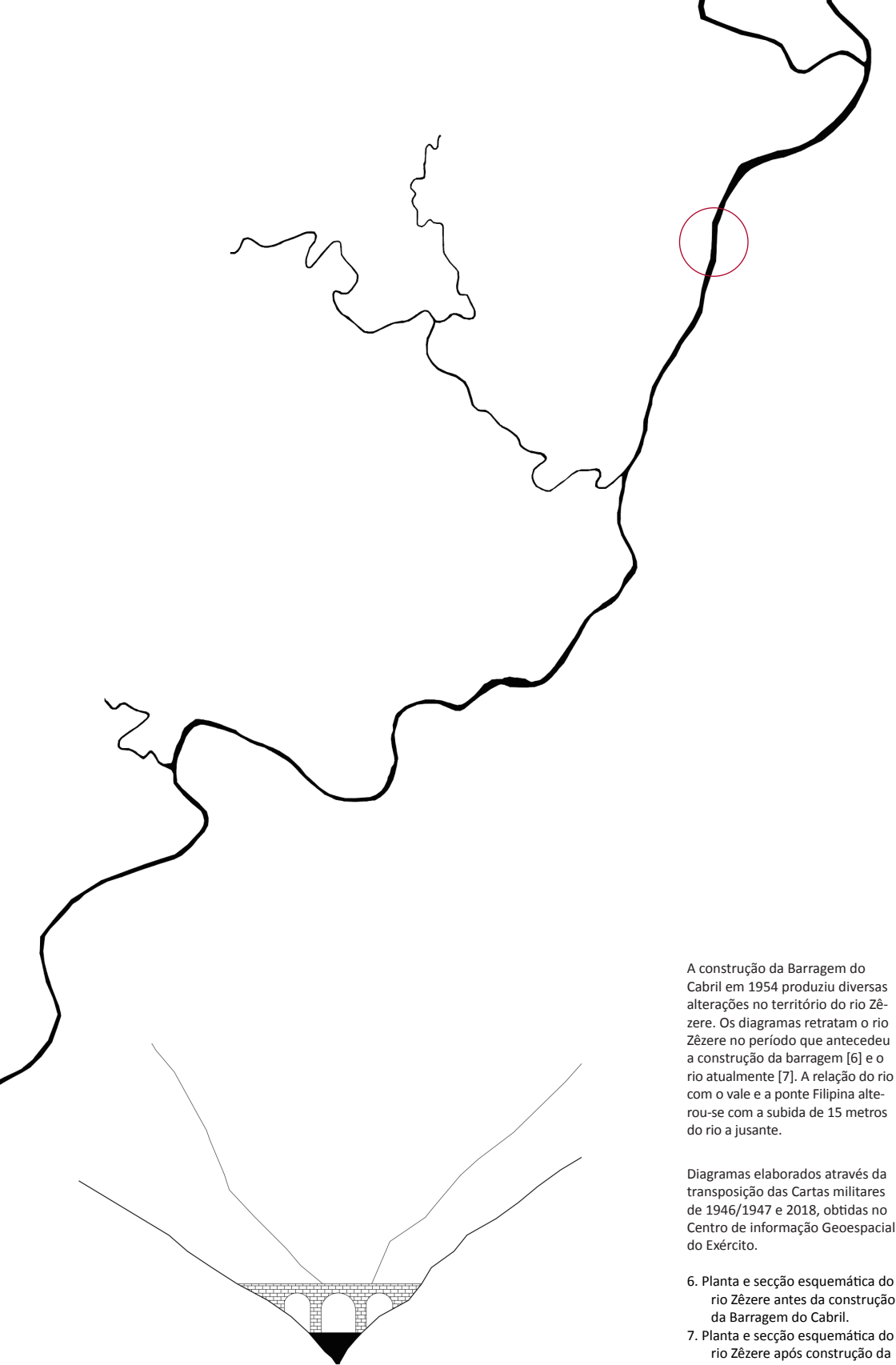
Quem é o dono da margem?	Só existe quietude no meio rural?	O que é que desapareceu com a barragem?
A margem é propriedade pública ou privada?	A natureza é silenciosa?	O que é que apareceu com a albufeira?
Quem vive nas povoações?	O que é um território?	Reparar ou reparar?
Que relações existem entre povoações?	Para quem é a arquitetura?	O que queremos para o futuro? E o que devemos fazer? Temos consciência dos nossos atos?
A que distância se encontram os equipamentos públicos?	O que é que acontece se houver uma seca extrema no território?	Power: poder ou energia?
O que é suficiente para a felicidade?	O que é harmonia? Qual é a escala? E qual a proporção?	Estamos a apropriar-nos de algo que não é nosso?
O que precisamos para ser felizes depende do lugar onde nos encontramos?	Como se dá o ato criativo?	Existe arte para não humanos?
A felicidade depende do lugar?	Como se compõe o espaço?	Porque é o Homem o centro de tudo? E se não for?
O que é o campo?	Qual é a nossa hipótese de escolha?	Quando começa o consumo excessivo?
De que forma o tempo alterou o local?	O que é que o mundo nos diz sobre os recursos hídricos?	Qual é a medida das nossas ações para salvar o planeta?
Qual é o percurso do rio Zêzere?	Como viver e deixar viver a água?	É preciso repensar as relações com a natureza?
O que é local e o que é global?	O que te faz feliz no campo?	Pertencemos a algum lado?
O que determina uma comunidade?	O que distingue um contexto rural de um urbano?	
O que é que nos faz feliz? Será a industrialização, a solução?	O que é que o campo tem, que a cidade não tem?	
	A felicidade está na simplicidade?	
	O meio rural só é relevante se estiver afastado da urbanização?	
	O que é o êxodo rural?	
	Justifica-se a construção de mais barragens?	



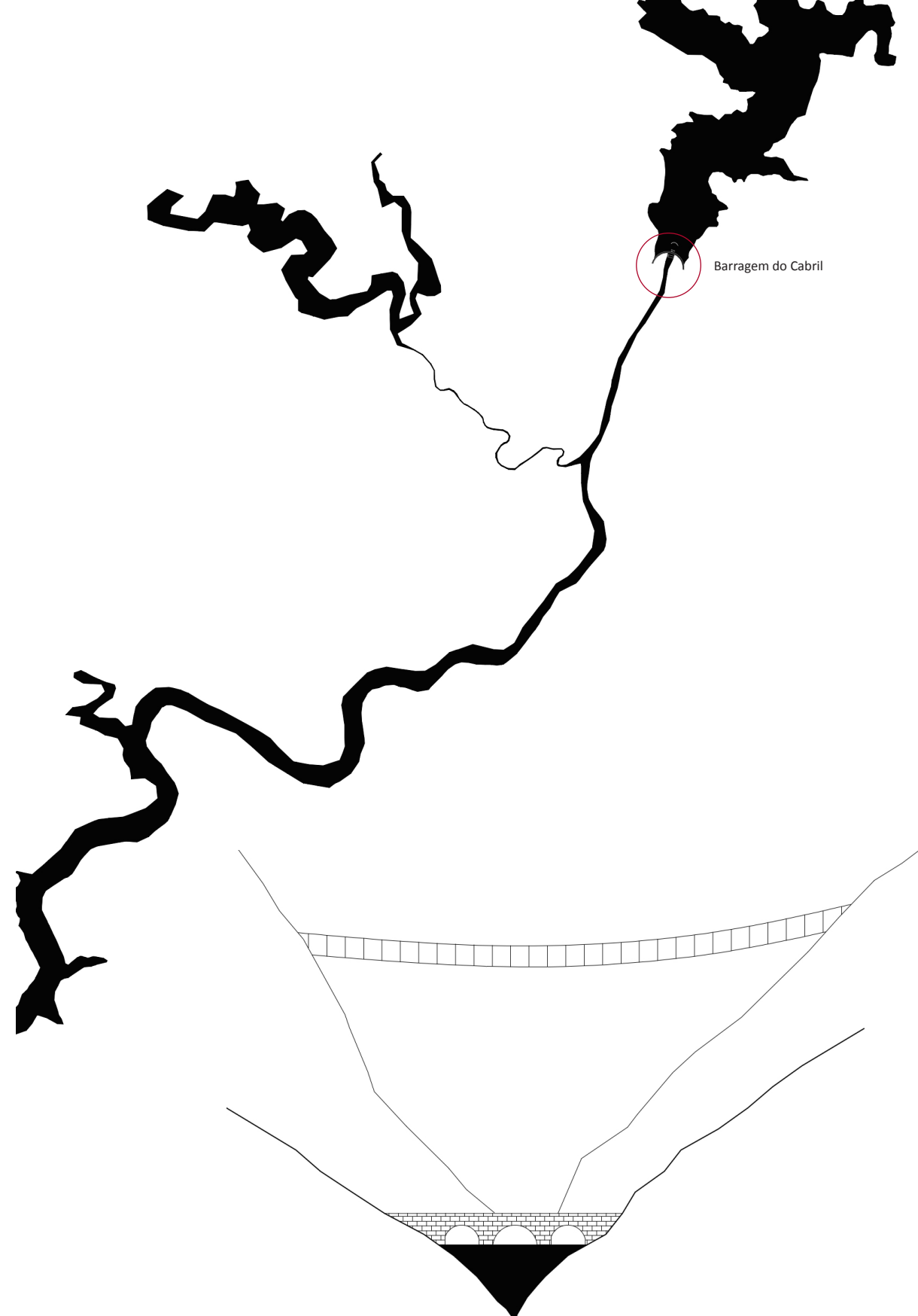
4. Carta Militar de Portugal de 1946 / 1947. Fonte: Centro de informação Geoespacial do Exército.



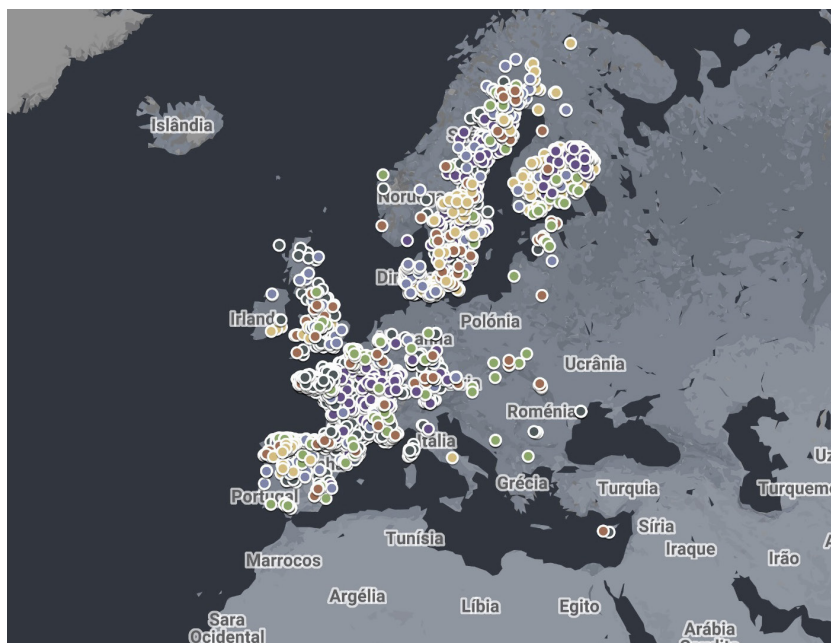
5. Carta Militar de Portugal de 2018. Fonte: Centro de informação Geoespacial do Exército.



7. Planta e secção esquemática do rio Zêzere após construção da Barragem do Cabril.



“487 barragens removidas em 2023.”

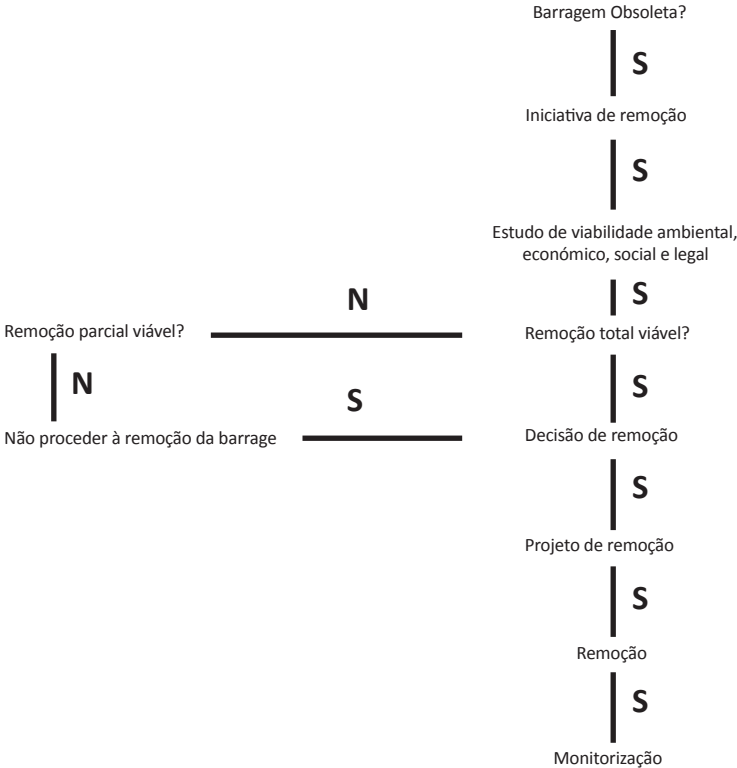


8. Mapa da Europa com as barragens que foram demolidas até 2023. Fonte: Dam Removal Europe.

A construção de uma barragem cuja função é a produção hidroelétrica, como é o caso da barragem do Cabril, tem grandes questões inerentes à sua construção e às consequências no território. O que à partida se considera uma fonte de energia renovável, hoje é claramente algo que não podemos tomar por garantido face à problemática do clima. O novo paradigma exige um repensar deste tipo de infraestruturas. No caso da barragem do Cabril, que constitui uma parede de betão de 132m de altura, como em tantas outras no mundo, a sua construção deu origem a uma albufeira que por um lado permite a prática de desportos náuticos por outro, deixa aldeias submersas e exige o deslocamento de populações em questão.

“A construção da barragem do Cabril provocou um verdadeiro êxodo no Vilar e outros lugares, que a albufeira consequentemente tornou inabitáveis.”

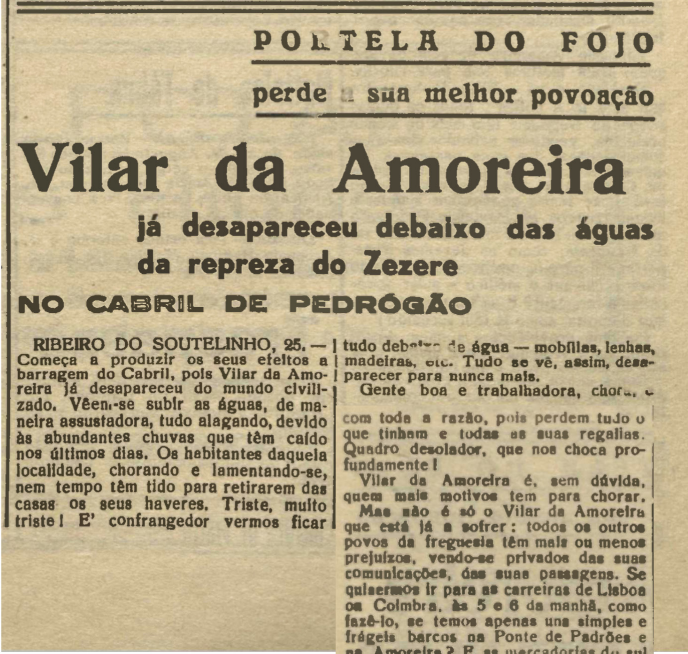
A margem do rio caracterizava-se por terrenos agrícolas em socalcos, minas e aldeamentos que ficaram submersos, como é o caso da Aldeia de Vilar de Amoreira. Em momentos de seca extrema como sucedeu em 2022 foi possível ver as ruínas desta aldeia.



9. Esquema sobre a remoção de barragens. Baseado em esquema de Francisco Godinho.



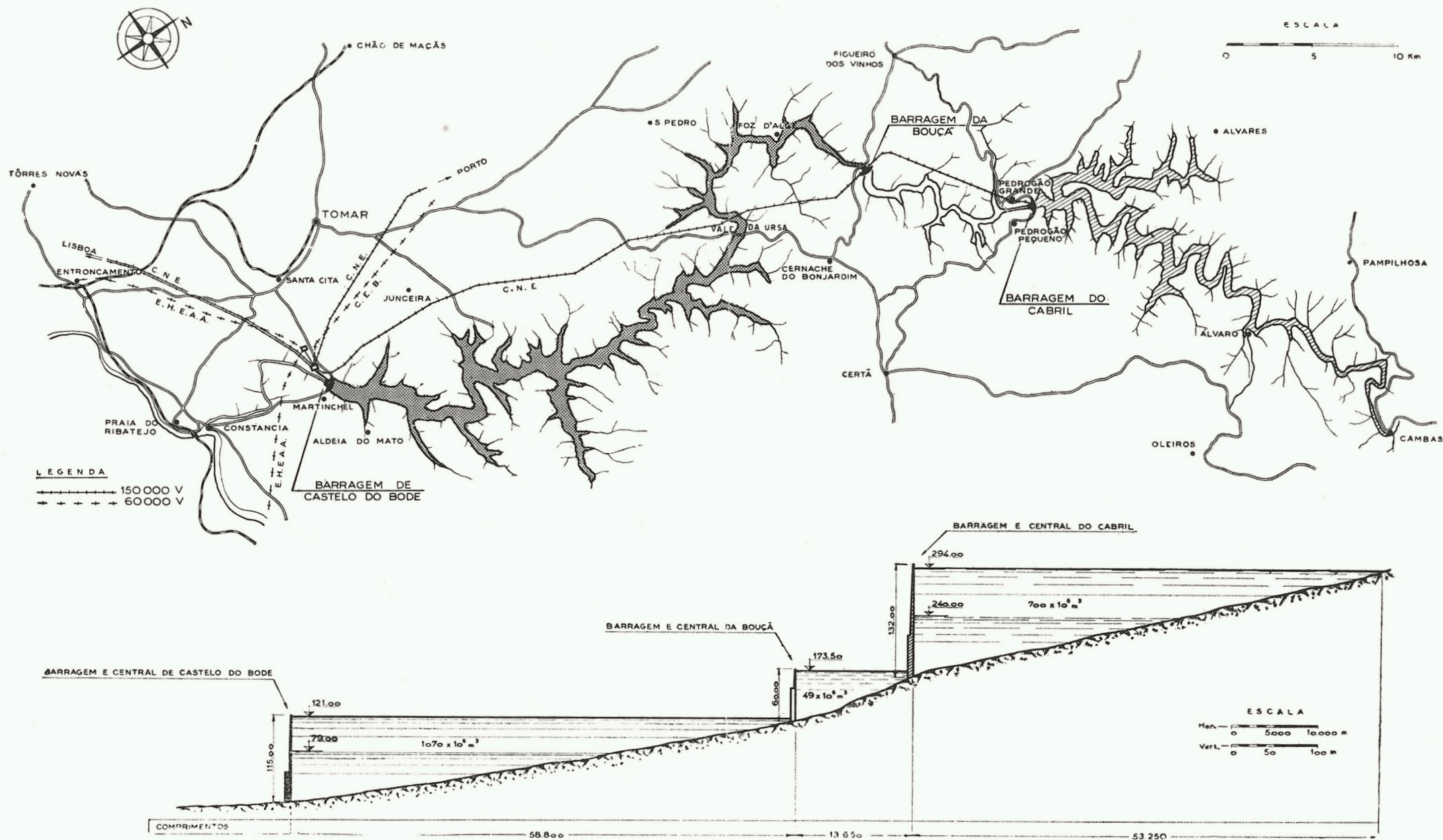
10. Testemunhos, Barragem do Cabril, Arquivo Municipal de Pedrógão Grande.5. Imagem de satélite de 1985. Fonte: Arquivo do IGOT.



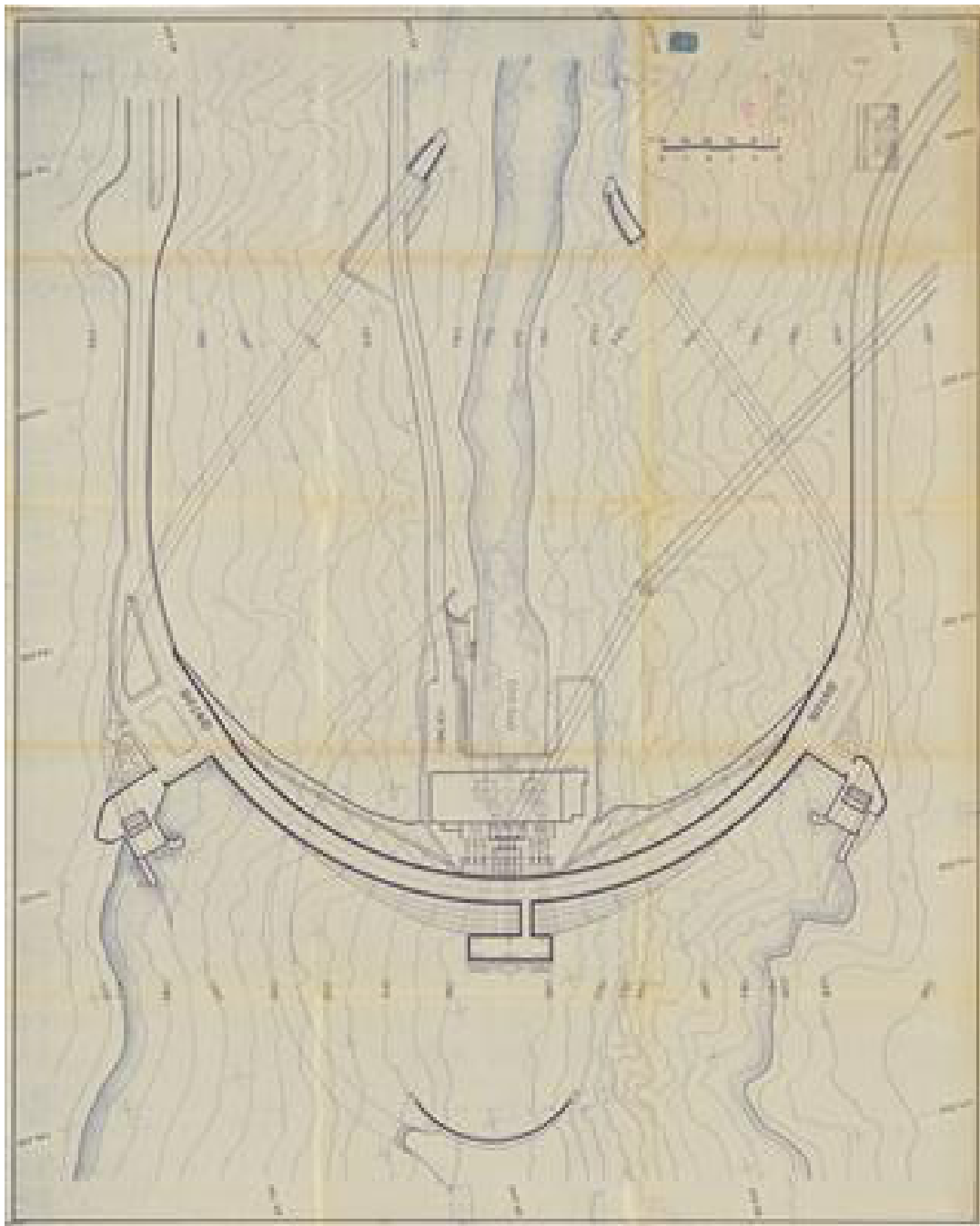
11. Recorte do Jornal “A Comarca de Arganil” de 27 de Março de 1954 – Ano da inauguração da barragem do Cabril. Fonte: Arquivo Municipal de Pedrógão Grande.
12. Fotografia da Aldeia de Vilar da Amoreira, 2022. Fonte: Arquivo Municipal de Pedrógão Grande



ESQUEMA DO APROVEITAMENTO DO RIO ZÊZERE



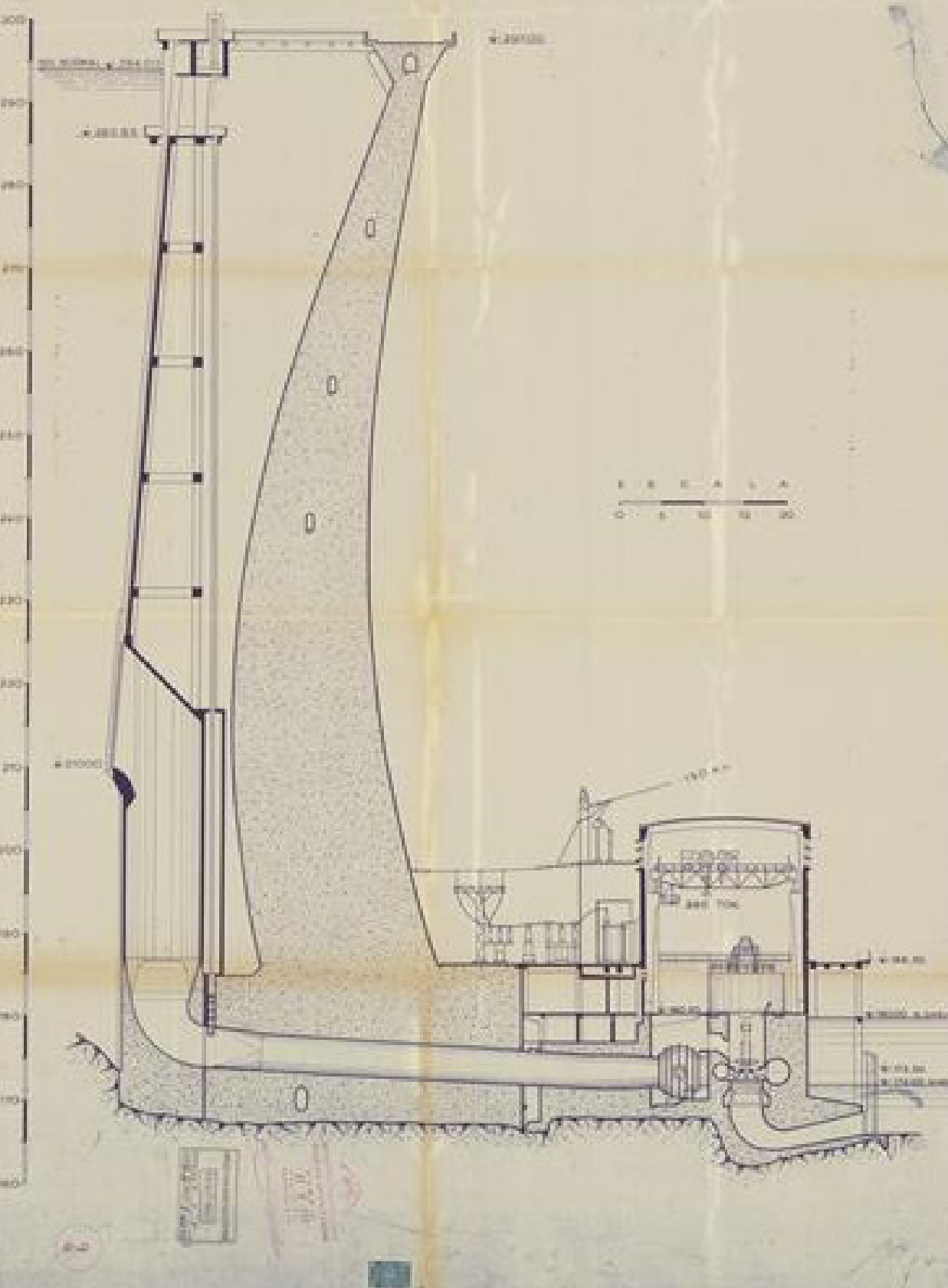
14. Esquema do aproveitamento do rio Zêzere. 1954. Hidro-elétrica do Zêzere. Fonte: Arquivo Municipal de Pedrógão Grande.



No que toca às florestas, o acesso das populações à água em caso de incêndio é mais fácil, mas as margens que outrora eram escarpas íngremes e zonas de pinhal agora encontram-se descaracterizados e assoreadas tendo perdido grande parte da sua biodiversidade. Até a possibilidade de irrigação dos territórios envolventes poderia ser uma mais valia se esta não fosse utilizada de uma forma excessiva na agricultura, cujo retorno à albufeira trás consigo contaminação derivada de pesticidas. Visto que se trata de um grande volume de água estagnada, a albufeira torna-se num local de decomposição de seres vivos, que constituem uma elevada libertação de metano para a atmosfera.

Para além da grande alteração no ecossistema e no clima, a barragem constitui desde logo uma barreira no fluxo natural do rio, que altera por completo o processo de migração, reprodução e sobrevivência de espécies aquáticas. O estado dos solos, tendo em conta a sua hidrografia superficial e subterrânea deixa de ser natural com a criação destas barreiras, e por isso, a sua remoção já é posta em causa. No caso da barragem do Cabril, a sua dimensão e a ligação que estabelecem entre concelhos são dois fatores que tornam a presença desta infraestrutura uma mais valia, contudo não invalida que a sua permanência no território não seja avaliada, por questões de segurança e objetivos ambientais.

Devemos deixar os rios correr?



Durante a construção surgem vários edifícios temporários, novas acessibilidades são criadas e paisagens são alteradas. No caso da barragem do Cabril, a sua construção resultou numa marca de subtração no terreno, a pedreira, de onde foi extraída a pedra para a estrutura. Após ser extraída, era transportada para uma cota inferior, para os estaleiros da barragem, que se localizavam na encosta do vale. Neste local, a pedra era transformada em brita para a produção do betão.

Os desenhos técnicos da barragem cedidos pela EDP, nomeadamente a planta que secciona uma cota ligeiramente acima da estrada nacional 2 e a secção vertical sobre a estrutura e edifício da barragem, permitem-nos perceber a escala e imponência desta obra. A planta demonstra a vista superior da parede da barragem que permite ao longo de 290m de estrada -EN2- a comunicação e acesso a ambos os sentidos, o pequeno dique usado para retenção das águas do rio durante a construção, os túneis de descarga e respetivas bocas e ainda a estação de transformação para a rede elétrica distribuída pelos cabos de alta tensão. A secção por sua vez, mostra-nos a parede abobadada da estrutura em betão com uma altura de 136m, o túnel de entrada de água com as suas turbinas subterrâneas debaixo da sala dos geradores e em vista a estação de transformação de energia hidroelétrica entre a parede da barragem e o edifício de controlo.

16. Desenhos Técnicos da Barragem do Cabril - corte Transversal.
Fonte: Arquivo EDP



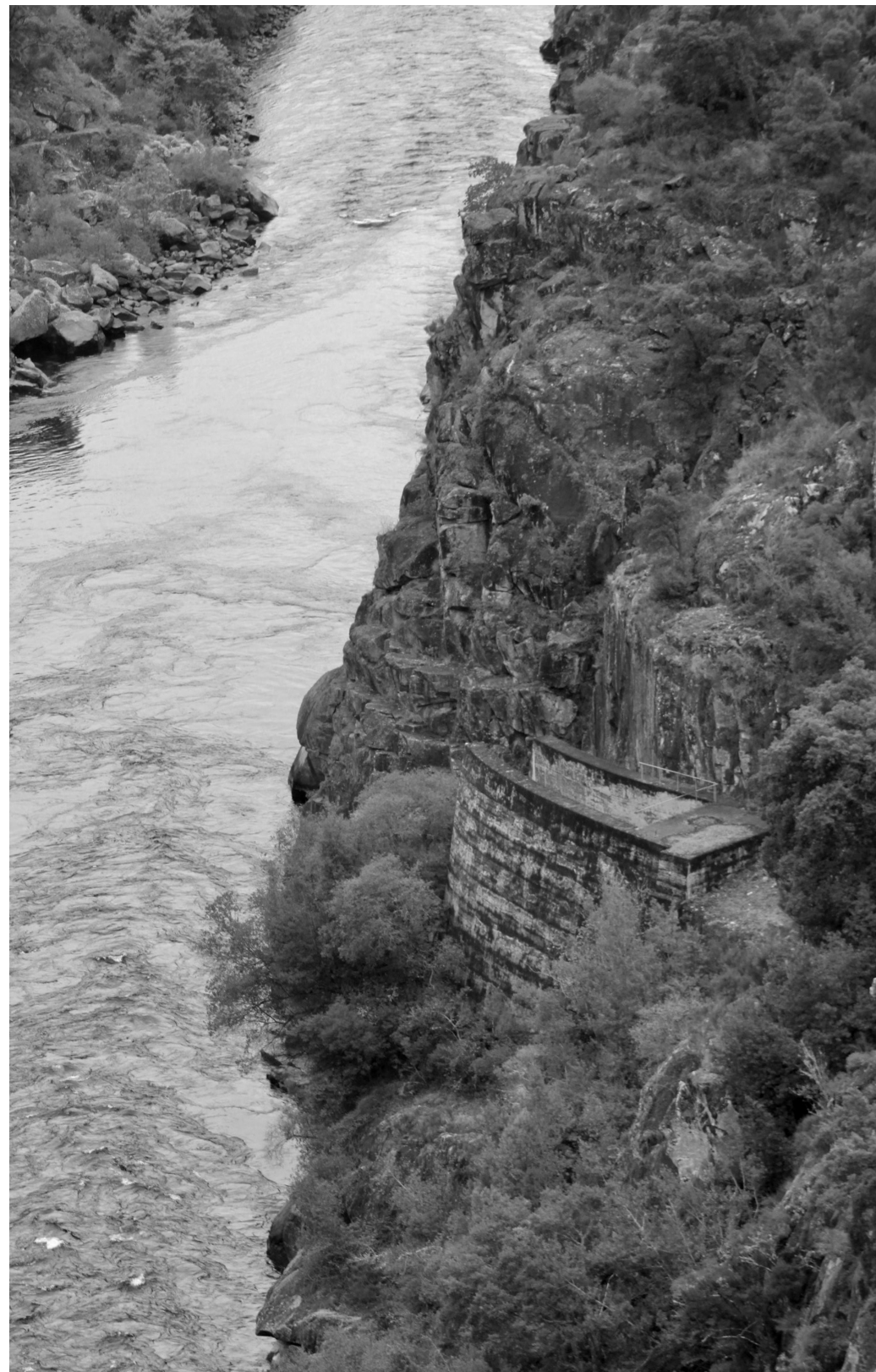


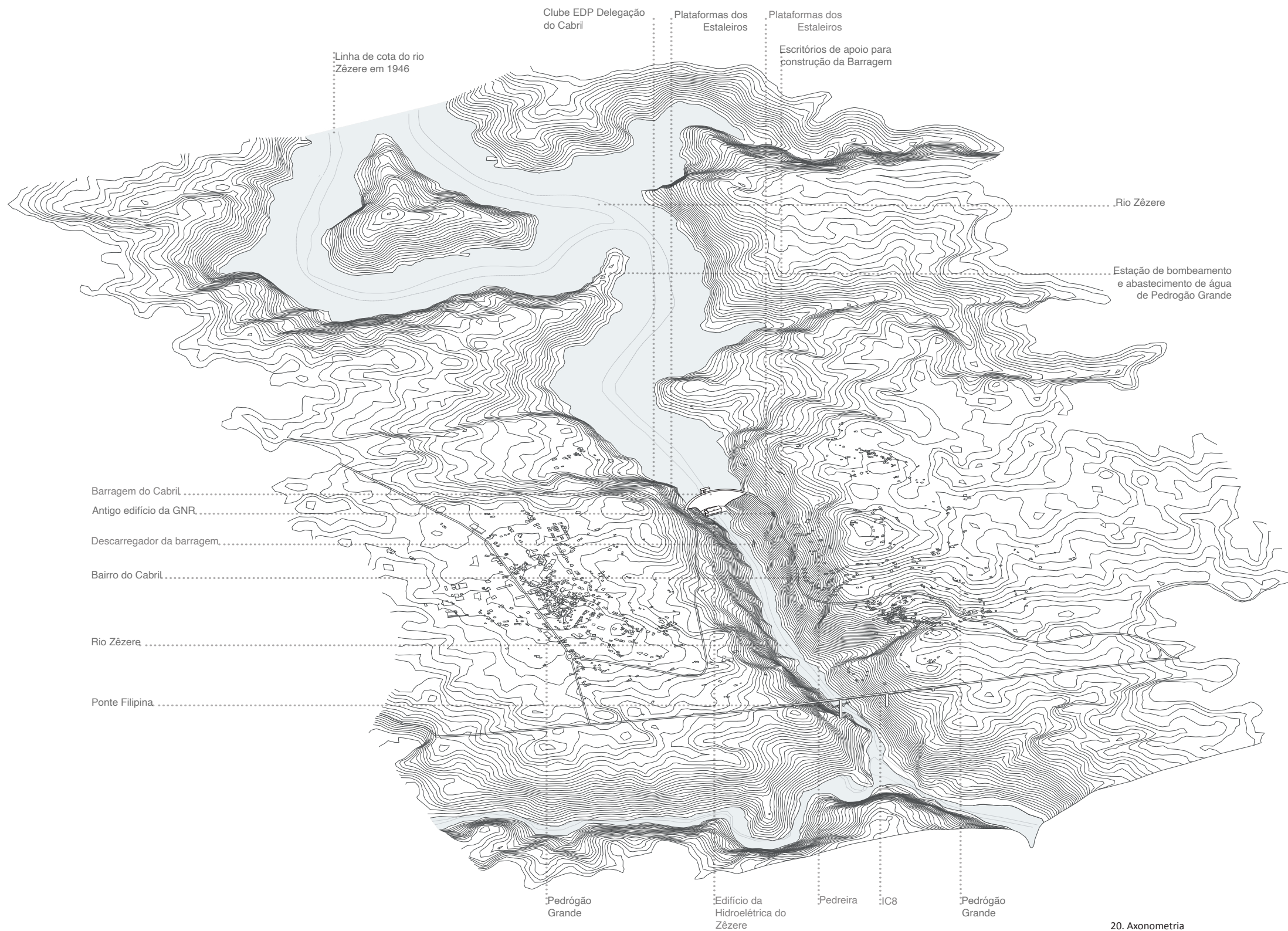
© Atelier Na Margem

Uma infraestrutura como uma barragem, reúne um elevado número de trabalhadores, como tal foi desenhado um alojamento em Pedrógão Pequeno, o bairro do Cabril. Ao lado da barragem foi construído um edifício usado para controlo da albufeira do Cabril, o edifício da GNR.

A barragem redesenhou o vale e a forma como este era atravessado. Anteriormente à sua construção, a única forma de o fazer era através da Ponte Filipina. Atualmente, o atravessamento também é possível ser feito pelo IC8, uma via que veio aproximar os municípios. Desta forma, a N2 tornou-se numa via mais calma e com menos tráfego.

- 17. Edifício da GNR
- 18. Bairro do Cabril
- 19. Descarregadores



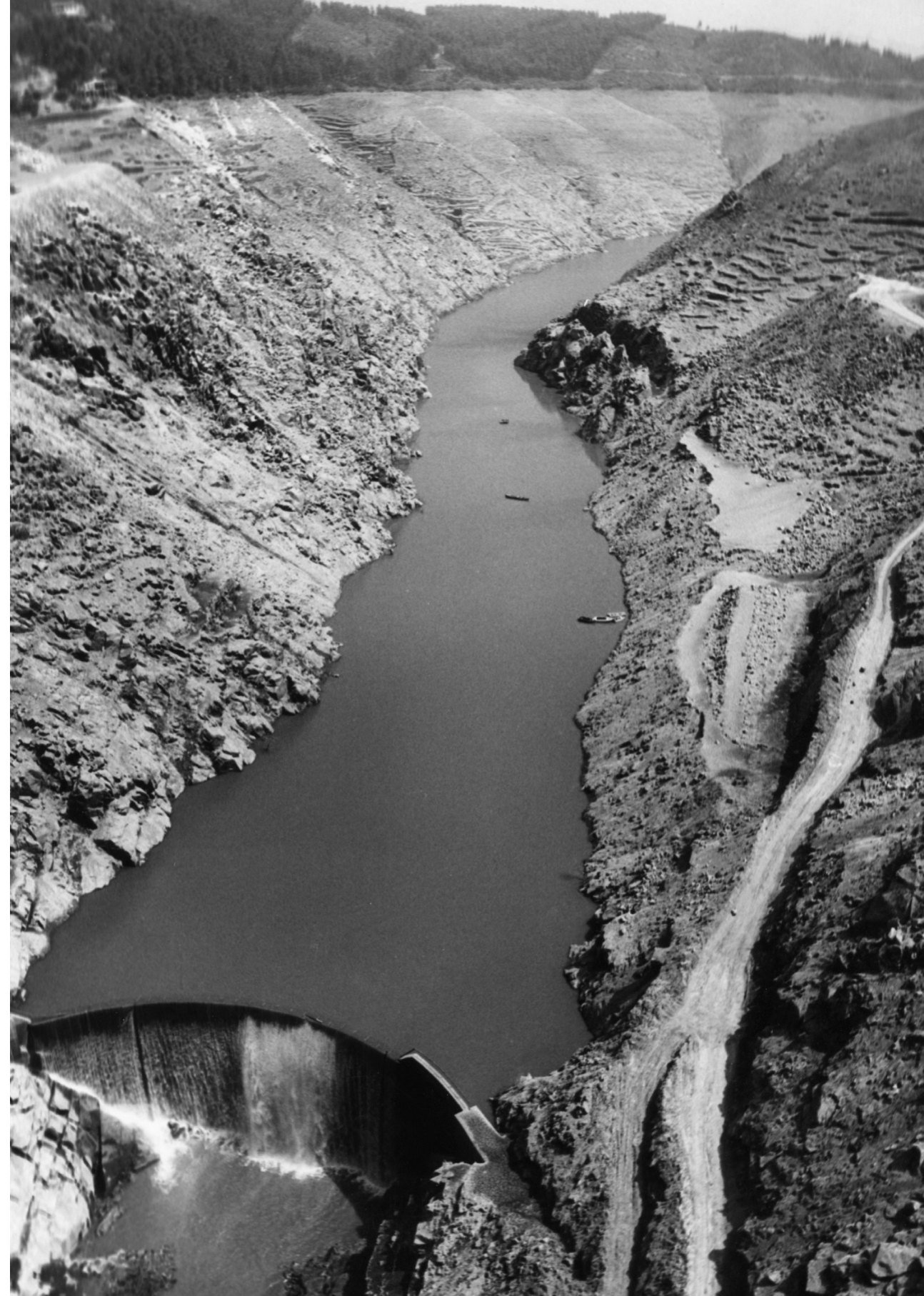


20. Axonometria da área de estudo.



21. Vale do Zêzere antes de construção da Barragem do Cabril. Panorâmica a jusante. Revista Hidroeléctrica do Zêzere de 1962. CMPG.
22. Rio Zêzere e construção do dique da Barragem do Cabril. Fonte: poster da Exposição da Barragem de 1960. Arquivo Municipal de Pedrógão Grande.





23. Rio Zêzere e construção do dique da Barragem do Cabril. Fonte: poster da Exposição da Barragem de 1960. Arquivo Municipal de Pedrógão Grande.





24. Rio Zêzere e construção dos túneis de evacuação de cheias da Barragem do Cabril. Fonte: Poster da Exposição da Barragem de 2014. Arquivo Municipal de Pedrógão Grande.
25. Barragem do Cabril- vista da margem esquerda. Observando-se os blocos mais altos da barragem estão já ao nível do coroamento. Fonte: Brochura da Barragem do Cabril de 1960. Arquivo Municipal de Pedrógão Grande.
26. Barragem do Cabril –montagem das condutas forçada. Fonte: Poster da Exposição da Barragem de 2014. Arquivo Municipal de Pedrógão Grande.
27. Na página seguinte: Trabalhadores da barragem.









HEZ.
CENTRAL
DO CABRIL
1954



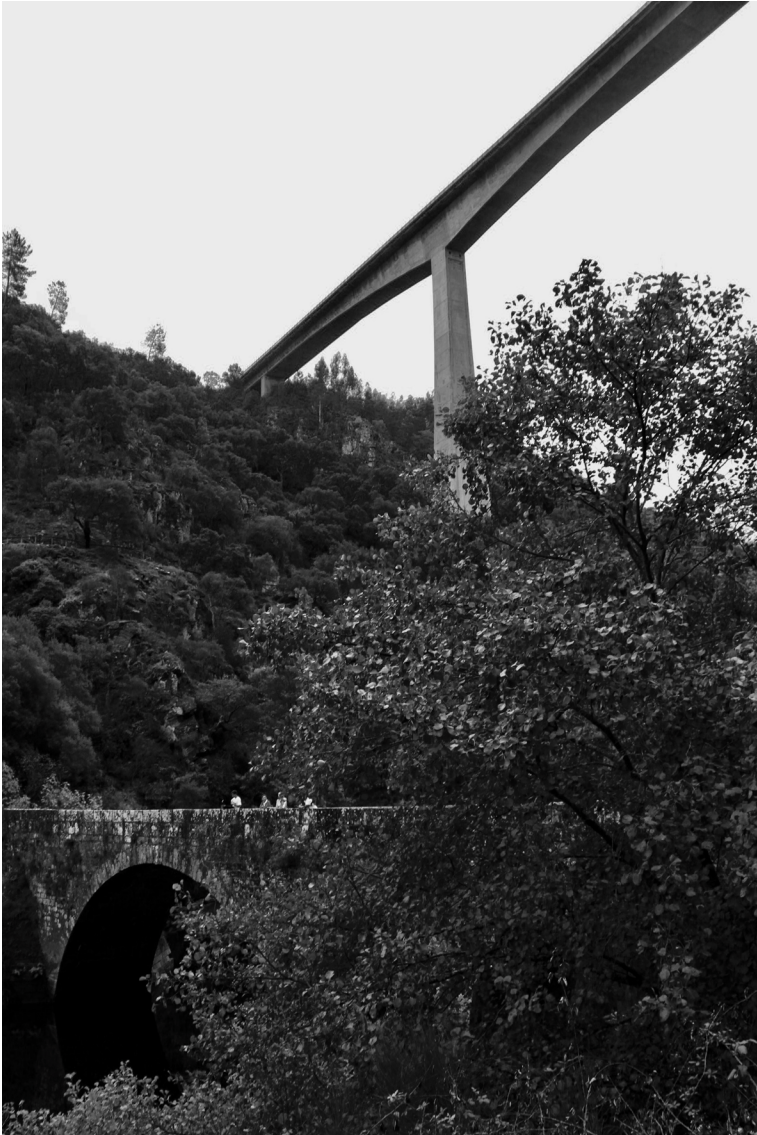
28. Guimarães Joaquim.
(31 de março de 2024).
Barragens e Albufeiras
de Portugal. Barragem de
Cabil. Anos 50. Facebook.
[https://www.facebook.com/
groups/386168711847871/
user/100000758828640/?lo-
cale=pt_PT](https://www.facebook.com/groups/386168711847871/user/100000758828640/?locale=pt_PT)

29. Guimarães Joaquim.
(31 de março de 2024).
Barragens e Albufeiras
de Portugal. Barragem de
Cabil. Anos 50. Facebook.
[https://www.facebook.com/
groups/386168711847871/
user/100000758828640/?lo-
cale=pt_PT](https://www.facebook.com/groups/386168711847871/user/100000758828640/?locale=pt_PT)

30. Bairro do Cabil- habita-
ções unifamiliares para os
trabalhadores com família,
Pedrógão Pequeno 1953.
Fonte: ACMGP.







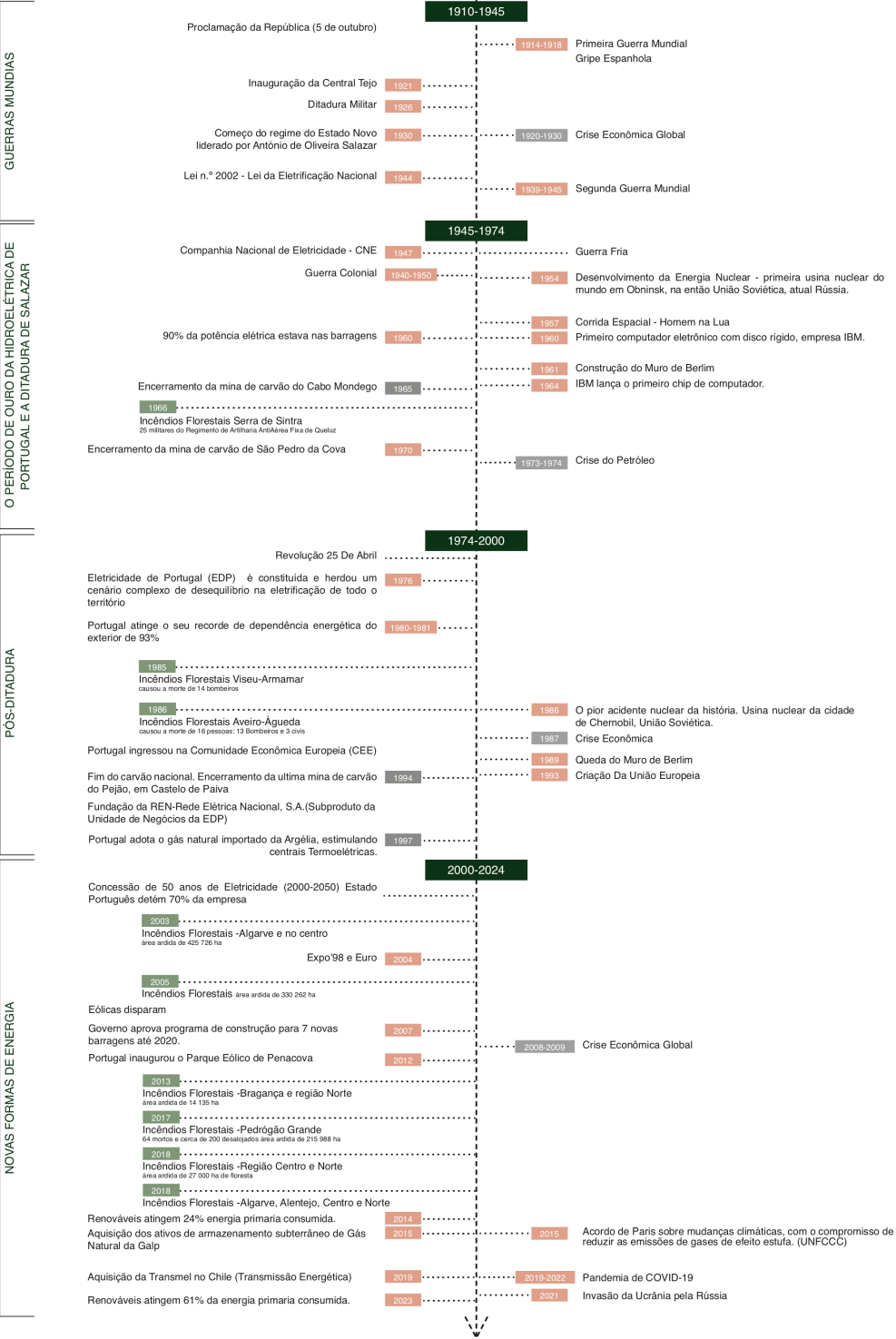






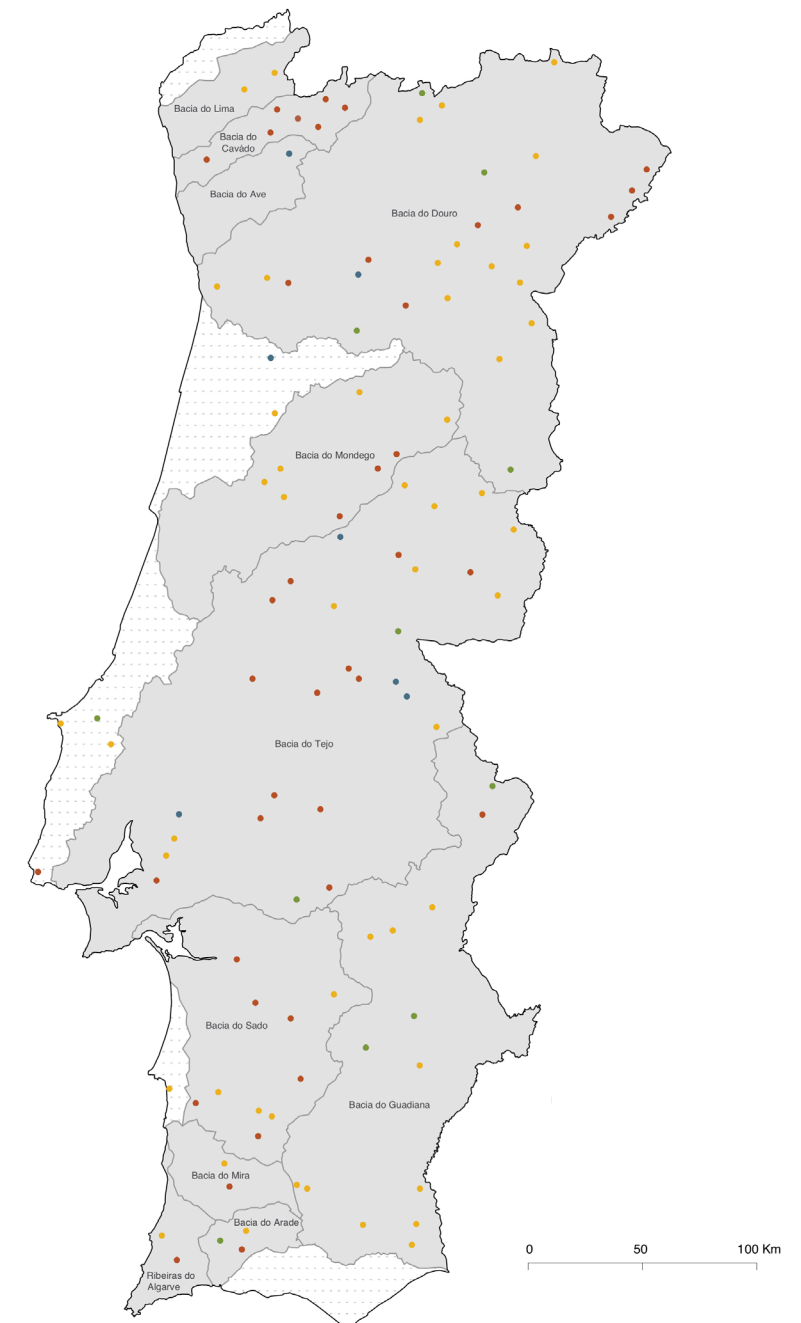


1.Cronologia Histórica



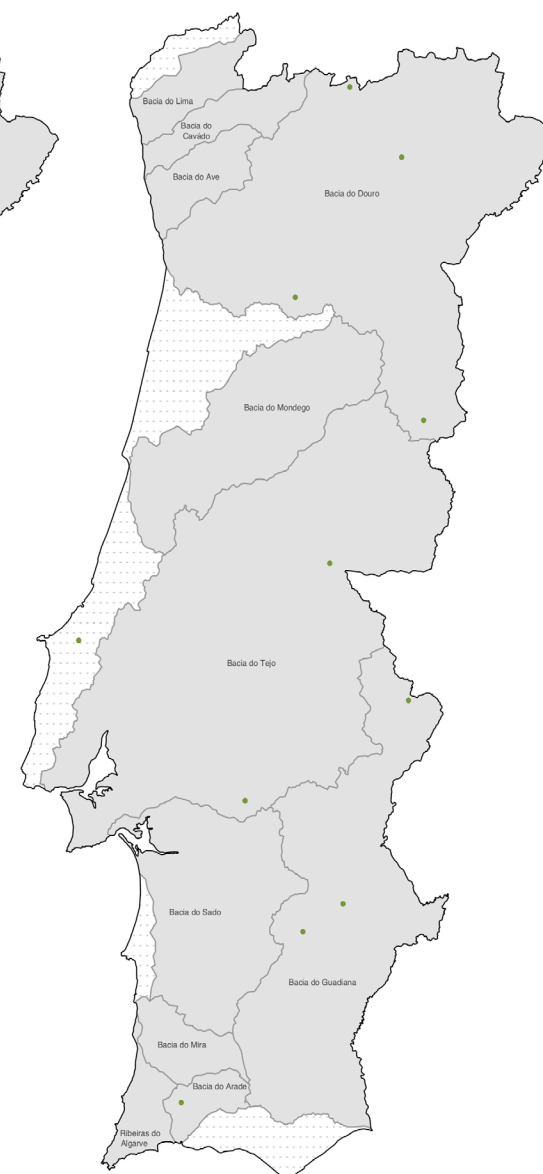
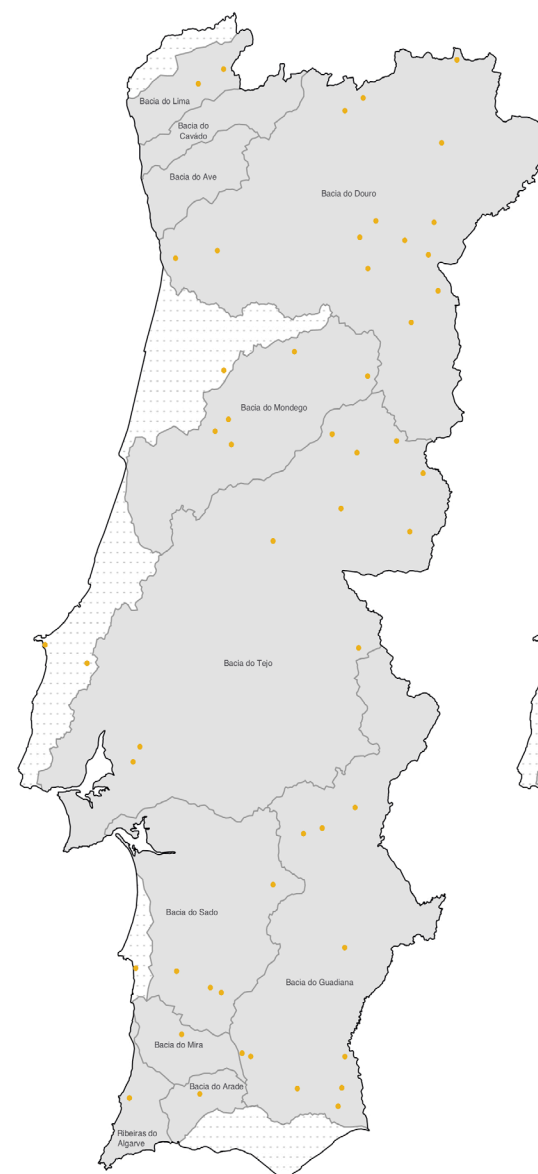
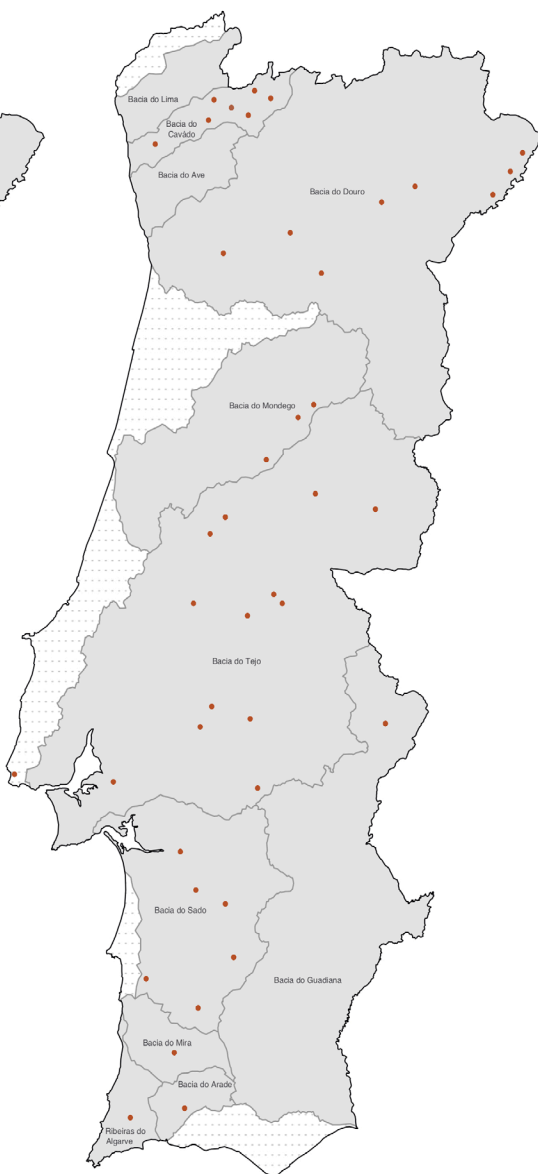
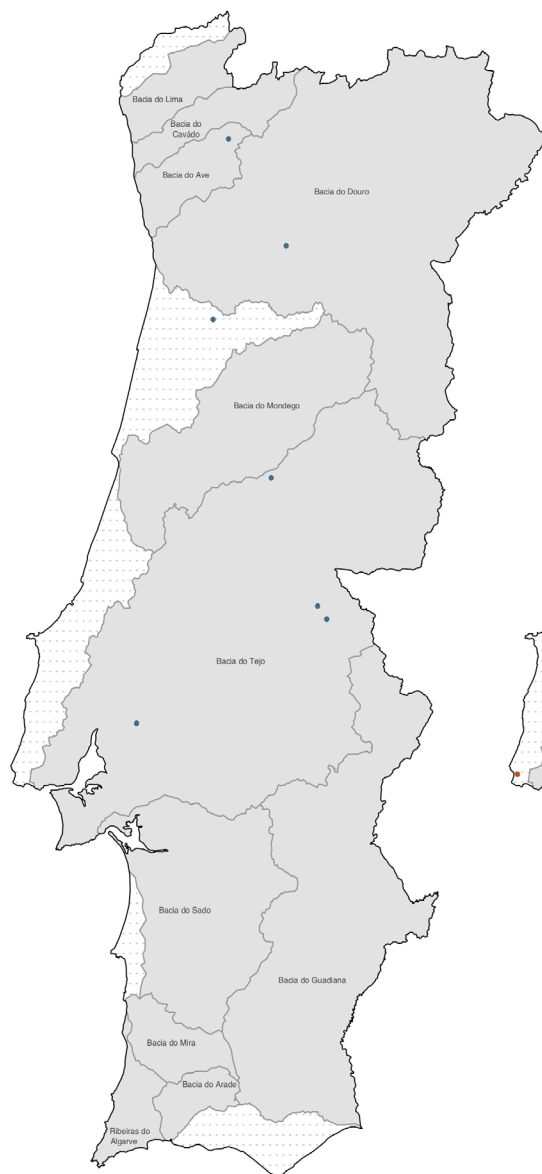
2. Mapeamento

A bacia hidrográfica do Tejo, da qual faz parte a barragem do Cabril, apresenta-se como a maior zona de exploração hidroelétrica no país, possuindo o maior número de barragens construídas. A grande maioria destas barragens foram construídas no período de ouro da hidroelétrica e da ditadura, em Portugal. Foi a partir do período da ditadura, que a política hidro-elétrica começou a tornar-se uma nova forma de demonstração de poder, através da implementação e do investimento em novas políticas da água.



- Período de Guerras Mundiais
- Período do ouro da hidroelétrica e da ditadura
- Período pós-ditadura
- Período das novas formas de energia

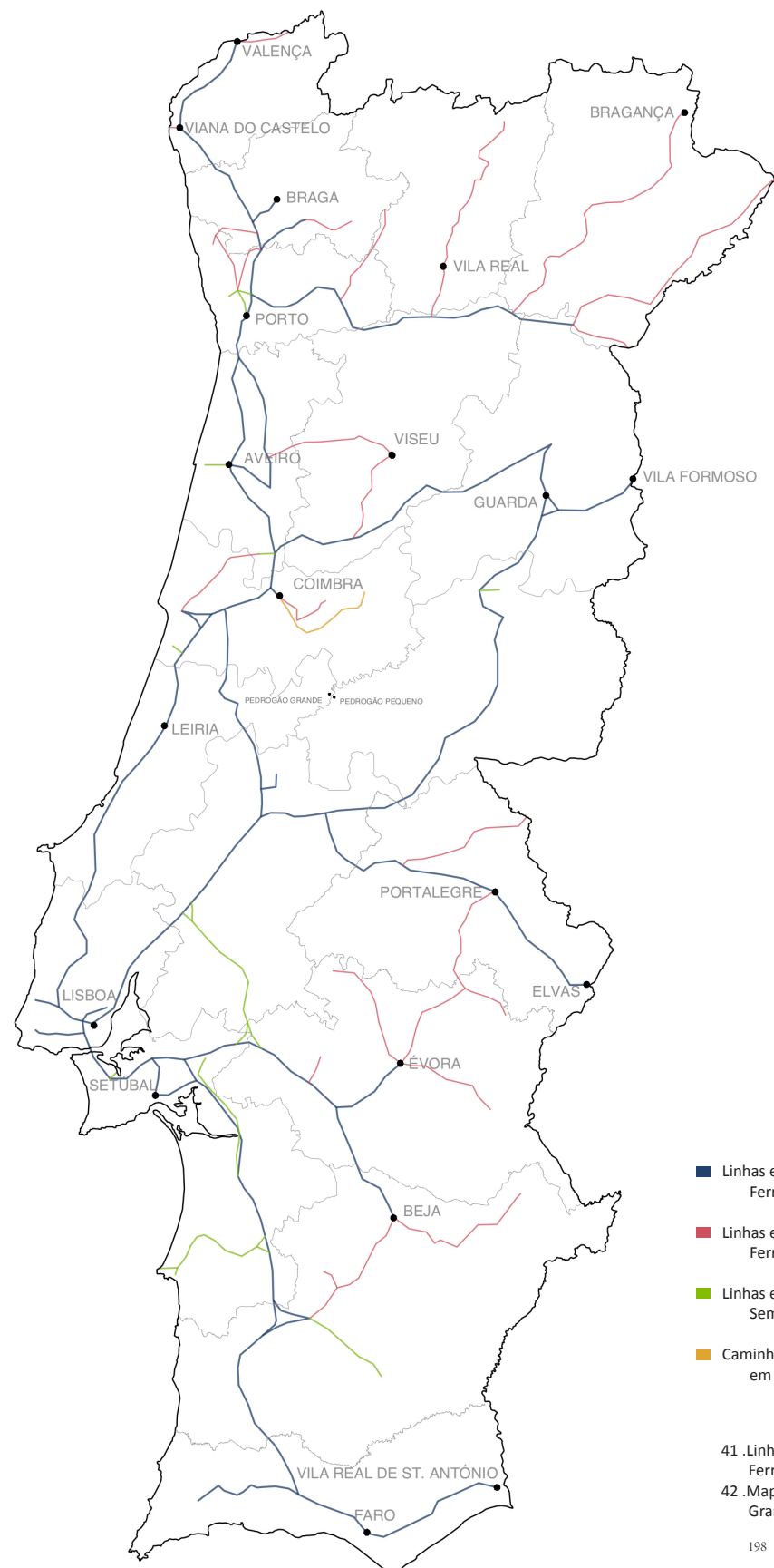
39. Mapeamento das barragens construídas



O território em análise, onde se encontra a barragem do Cabril encontra-se bastante isolado dos centros urbanos, estando apenas conectado aos mesmos, através de via automóvel. Apesar de ter sido planeado um ramal de linha férrea, que ligaria Arganil a Coimbra, este nunca foi construído. A sua existência iria potenciar a proximidade do Cabril ao centro urbano mais próximo, Coimbra, e assim encurtarva também as potenciais ligações a outros centros urbanos a partir da mesma.

- Período de Guerras Mundiais
- Período do ouro da hidroelétrica e da ditadura
- Período pós-ditadura
- Período das novas formas de energia

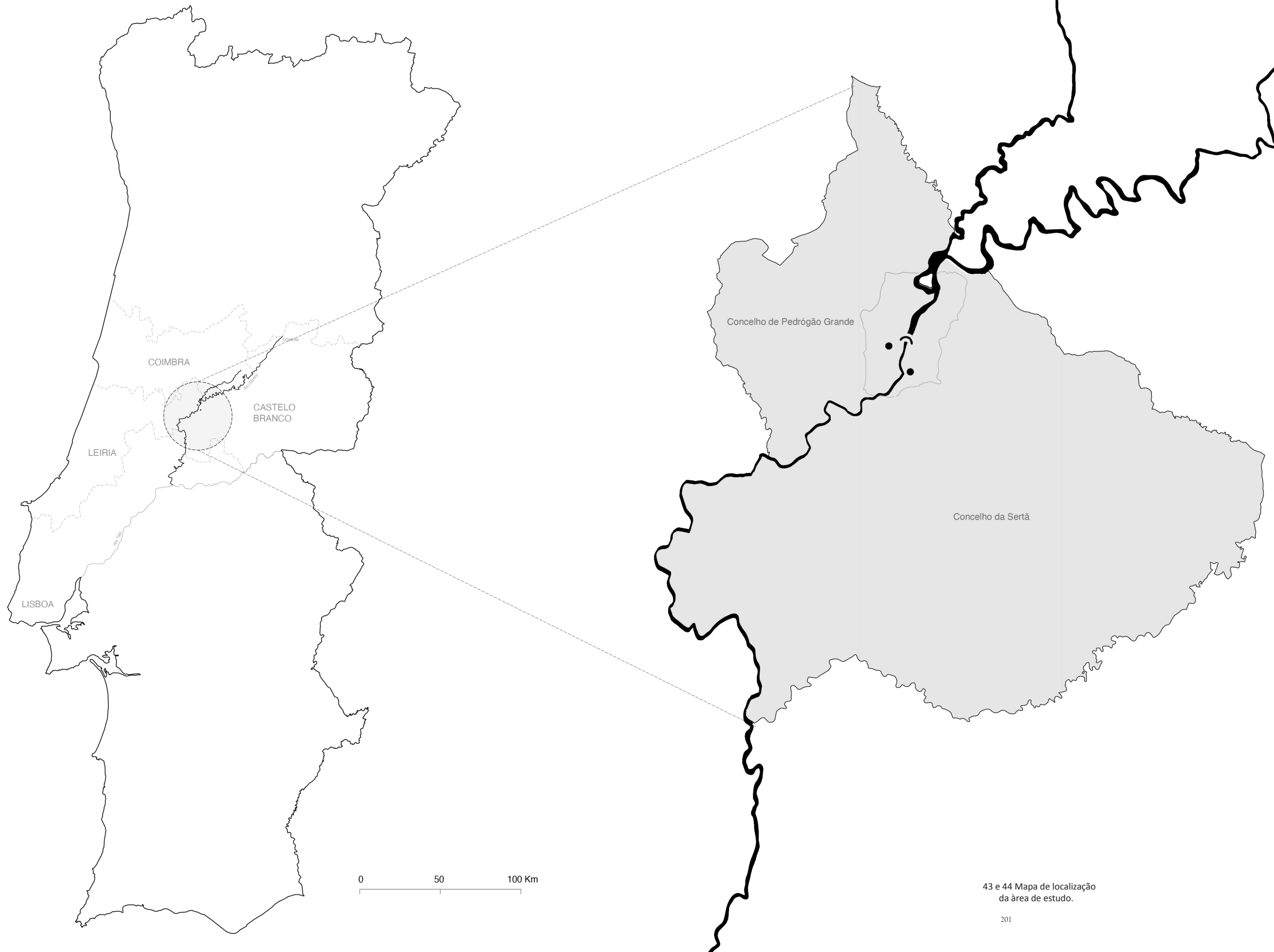
40. Mapeamento das barragens construídas em Portugal por período



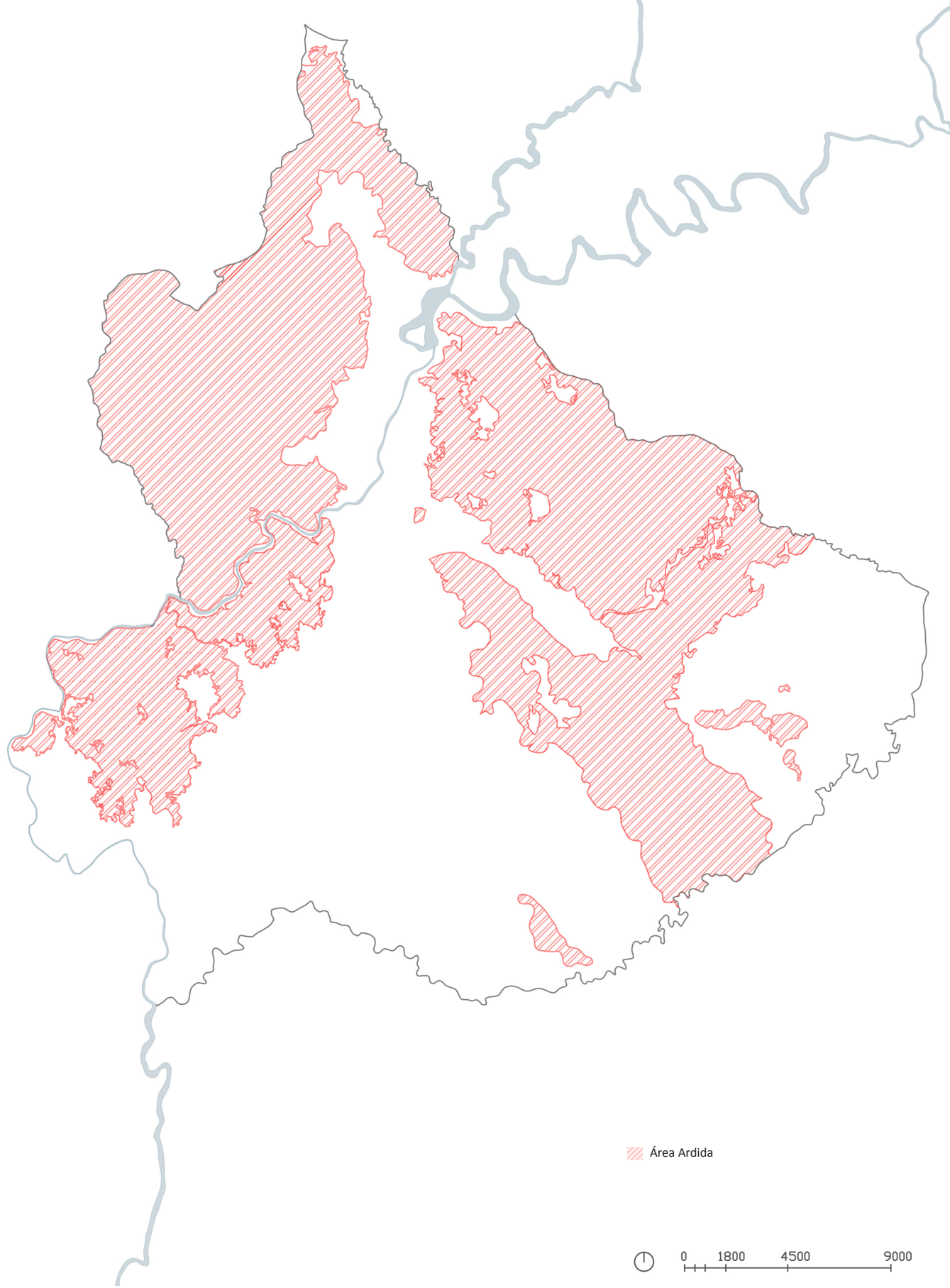
- Linhas e Ramais com Tráfego Ferroviário Ativo
- Linhas e Ramais com Tráfego Ferroviário Desativo
- Linhas e Ramais com Tráfego Sem Serviço Passageiros
- Caminhos de Ferro Planeados em 1895 - Não Construídos

41 .Linhas e Ramais de Tráfego Ferroviário em Portugal.
 42 .Mapa de Distâncias aos Grandes Centros Urbanos.





43 e 44 Mapa de localização da área de estudo.



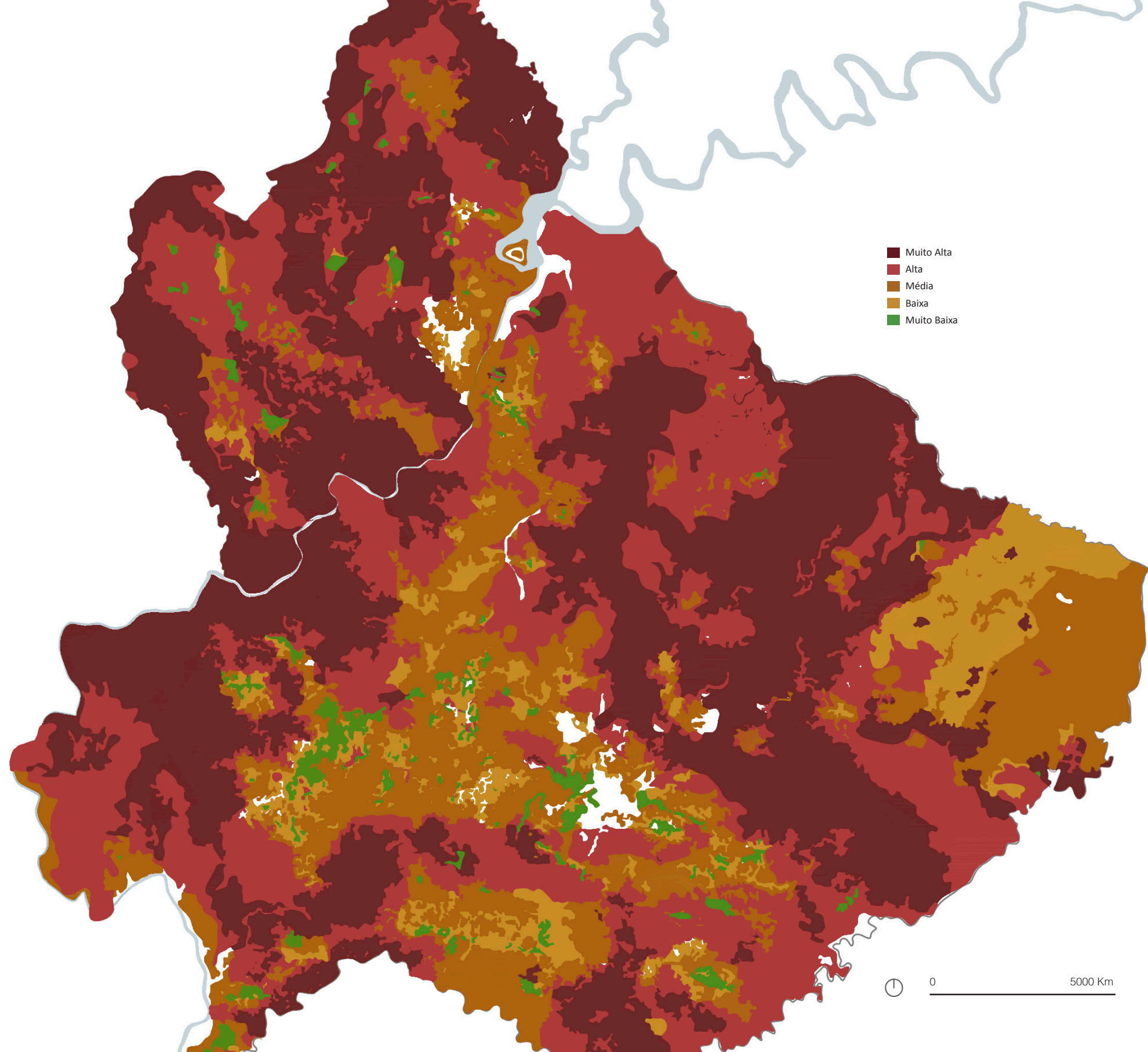
Área Ardida

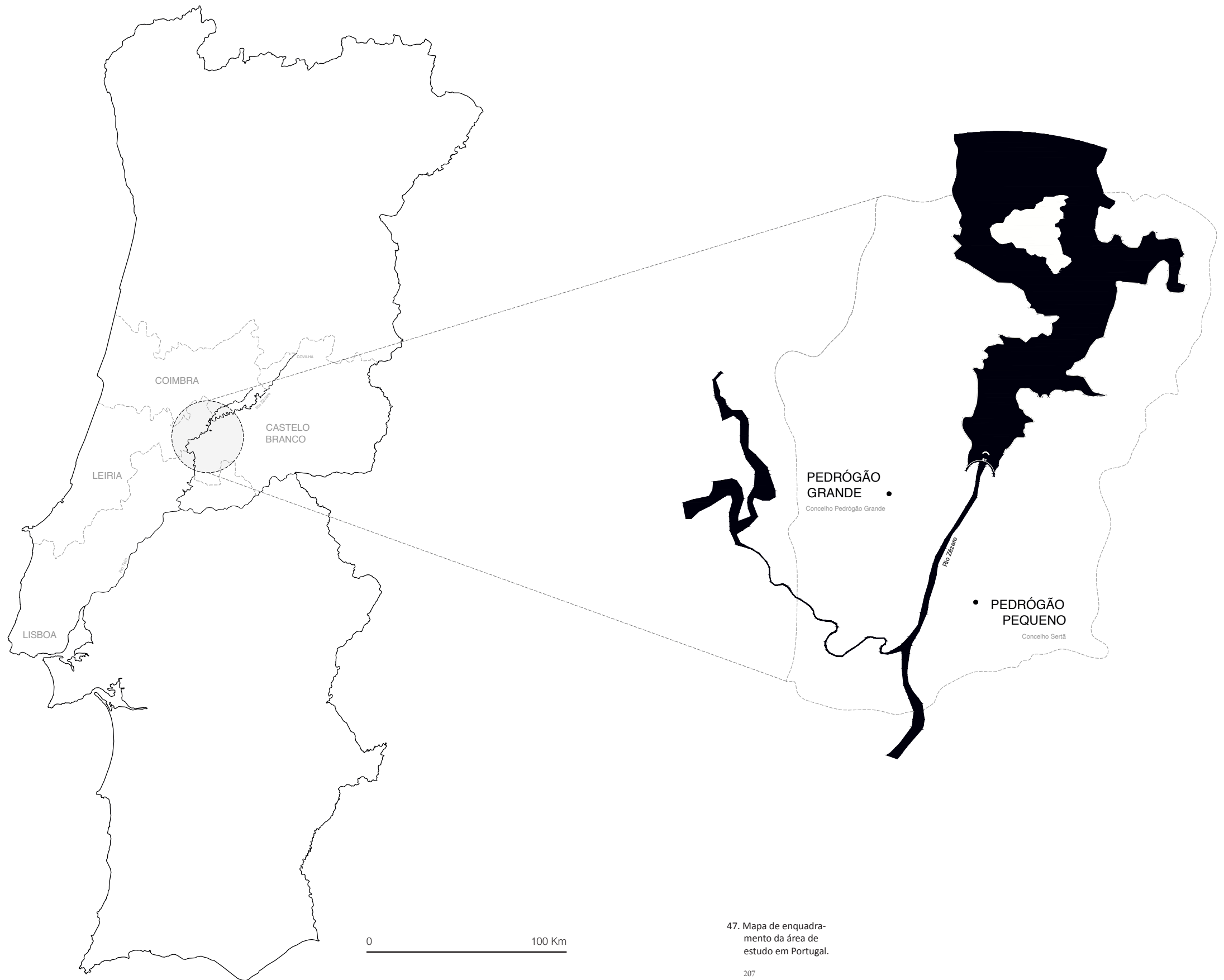
Em 2017, nos meses de Julho e Outubro, os maiores incêndios a que Portugal já assistiu devastaram uma grande parte dos municípios de Pedrógão Grande e Sertão, a que correspondem mais de 56 000 hectares ardidos e que provocaram mais de 100 mortos.

Passados 6 anos, o risco de incêndio em território rural mantém-se elevadíssimo e classificado como risco alto ou muito alto. Apenas em zonas junto a cursos de água ou localidades, com vasto edificado, observamos risco baixo ou muito baixo, atendendo ainda que estas áreas não representam nem um quinto do território. Não foram tomadas medidas preventivas significativas que possam evitar a repetição das catástrofes de 2017.

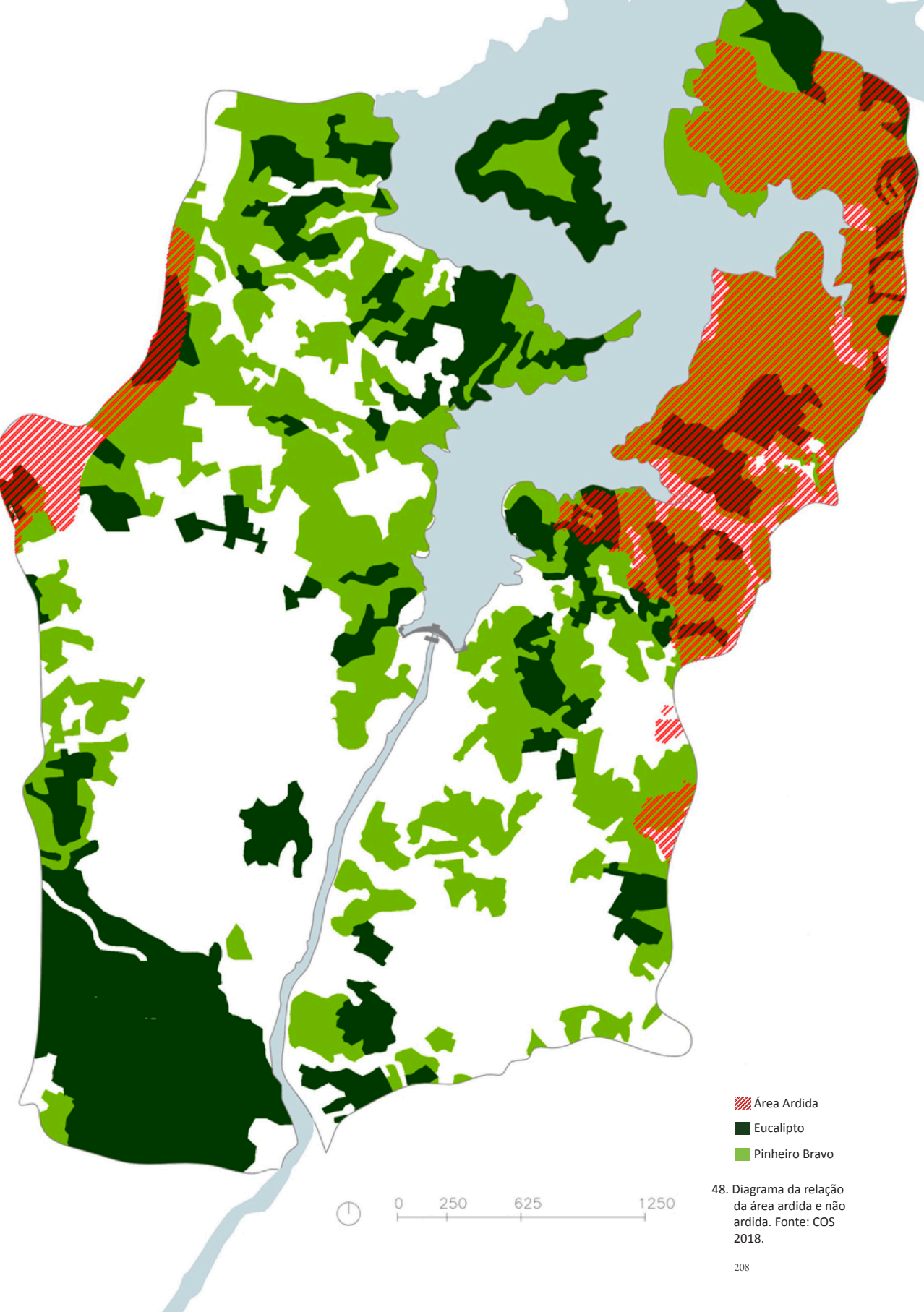
A proporção de área ardida é muito superior em comparação à do limite da área de estudo, correspondendo quase à totalidade da área do concelho de Pedrógão Grande, onde apenas o tecido de malha urbana foi poupado, e cerca de metade do concelho da Sertão.

45. Área Ardida Municipal, Pedrógão Grande e Sertão (2017). Fonte: COS2018.





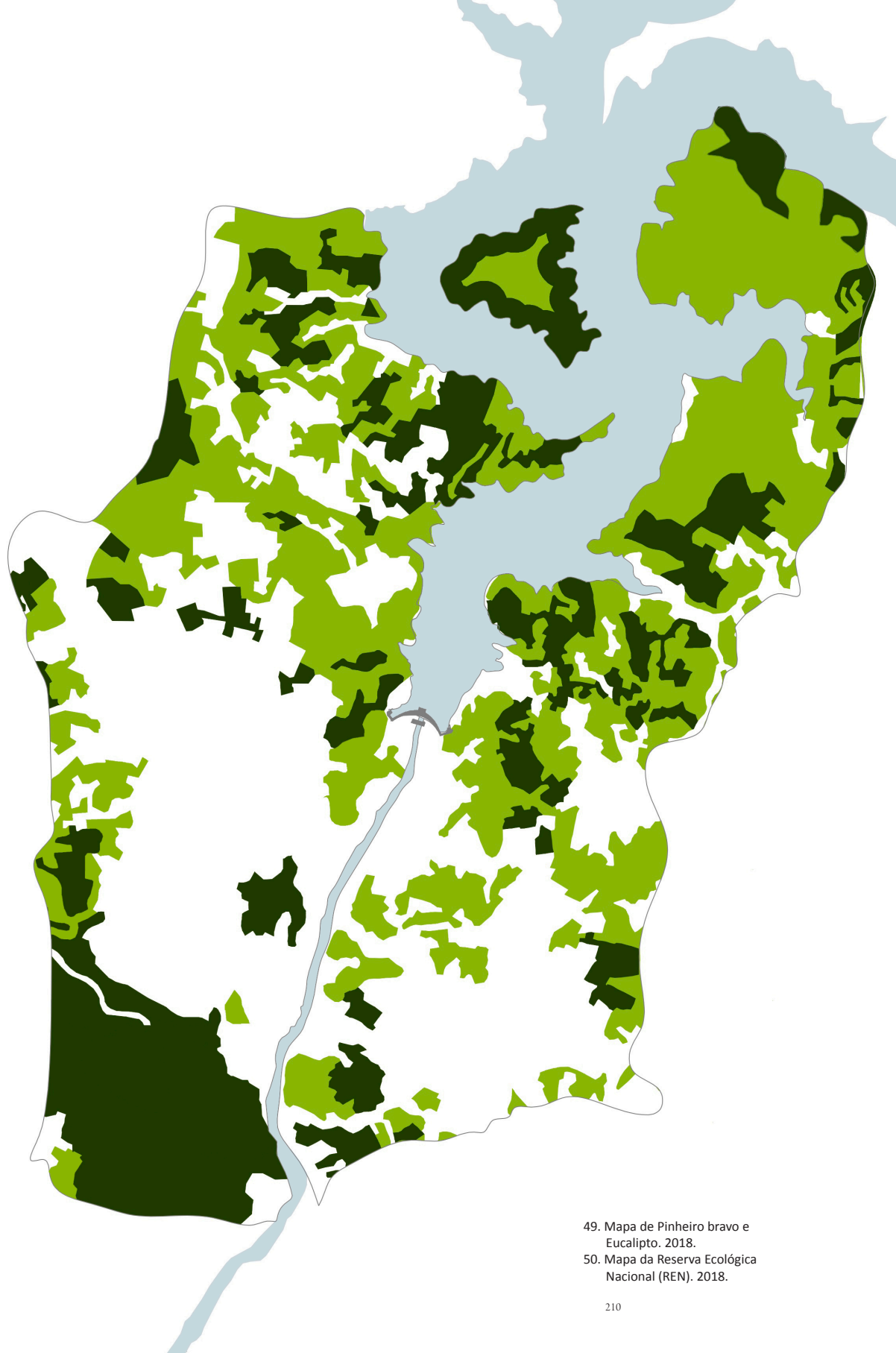
47. Mapa de enquadramento da área de estudo em Portugal.



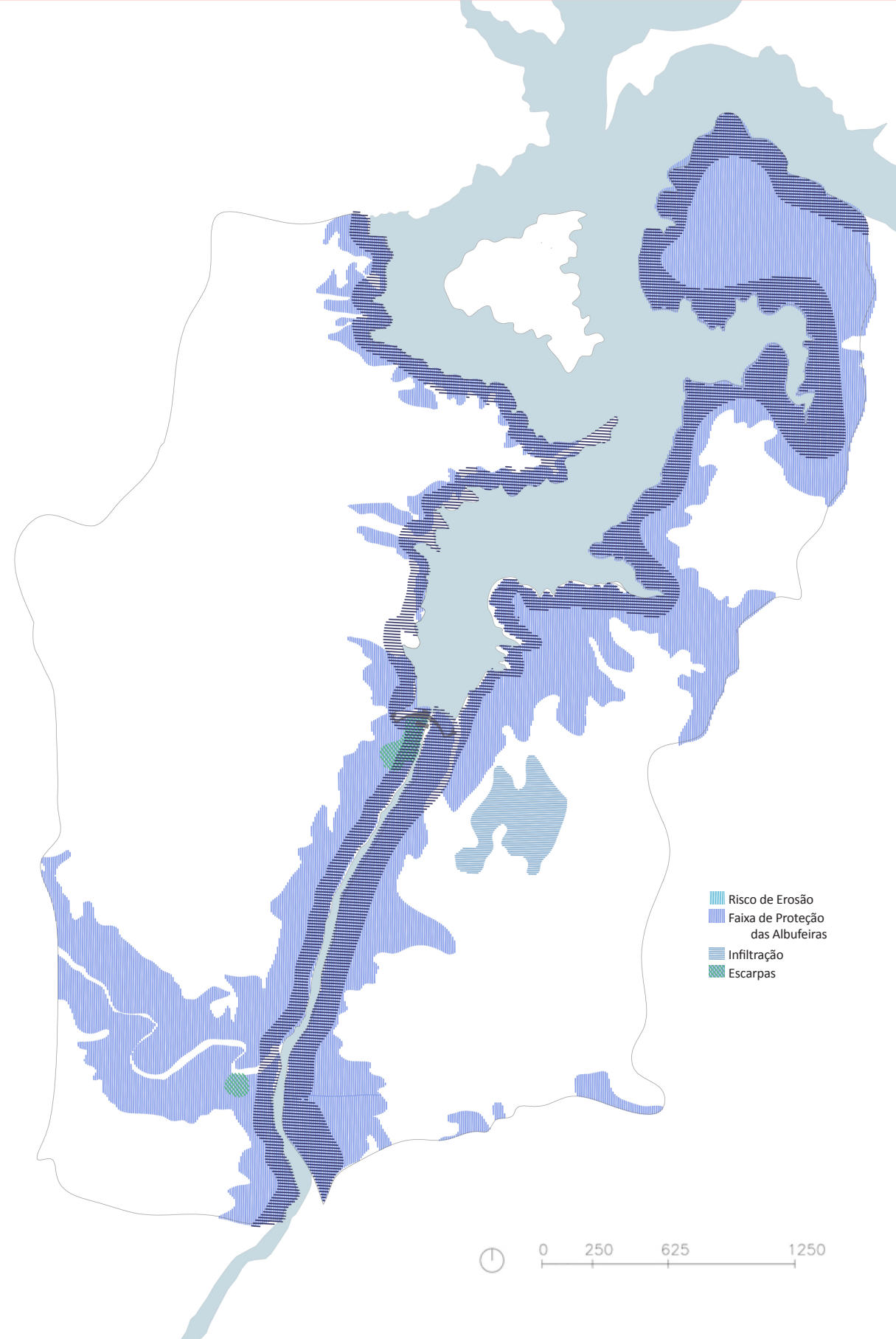
48. Diagrama da relação da área ardida e não ardida. Fonte: COS 2018.

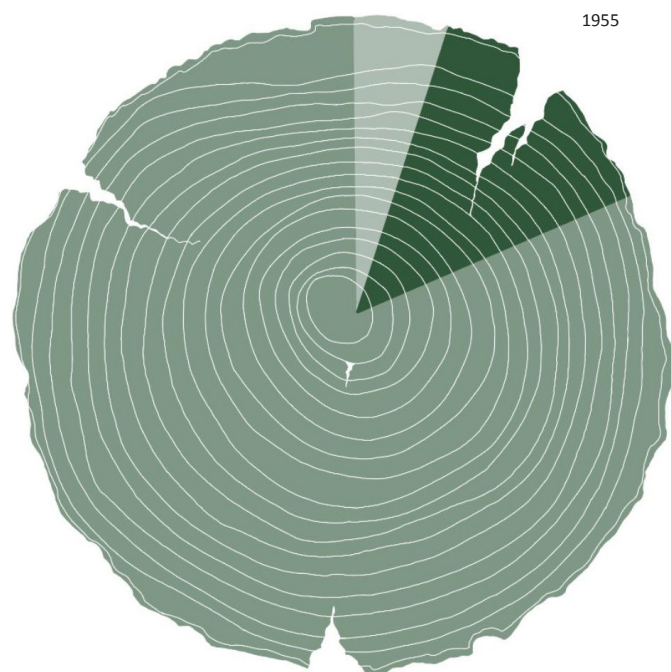
A ferocidade destes incêndios atingiu em grande parte os territórios nortes de ambas as freguesias. Uma vasta área classificada como Reserva Ecológica Nacional em Pedrógão Pequeno e uma área menor na freguesia de Pedrógão Grande. Em ambas, a área ardida corresponde predominantemente à área de plantação de eucaliptos e pinheiro-bravo. A propagação descontrolada destas espécies, proporciona um perigo iminente perante os incêndios, nomeadamente pelo seu fácil alastramento e pela libertação e projeção de fagulhas incandescentes que alcançam largas distâncias. O Eucalipto em específico, sendo considerado uma espécie invasora à escala nacional, é a maior ameaça atual para um ecocídio. Como é possível, tendo em conta os fogos de grande impacto de 2017, o risco de incêndio manter-se tão elevado? Após um dos incêndios mais mortíferos e destruidores do território nacional, não houve planeamento de território nem ações de prevenção.

É indignante um território que observámos ser queimado vivo há menos de uma década, hoje ter exatamente o mesmo descuido, os mesmos hábitos potencialmente perigosos e principalmente a mesma desvalorização alarmante por mudar o território do interior de Portugal. Um território que se continua a caracterizar pelas incessantes explorações e plantações de monoculturas que constantemente limitam a biodiversidade, secam terrenos e que em caso de incêndio atuam como proliferadores de fogo. Enquanto em sociedade o pensamento antropoceno se mantém e a natureza for escrava para todos os caprichos do Homem, não haverá mudança possível e continuaremos a potencializar um futuro perigoso para todos.



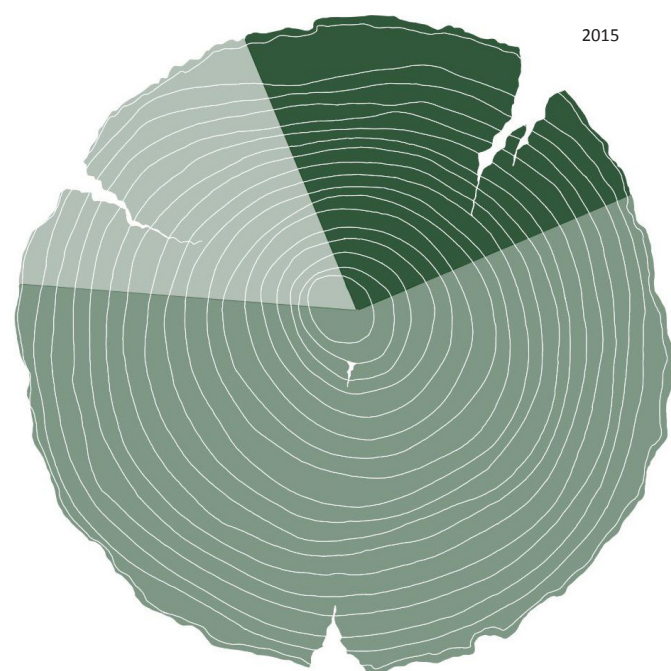
49. Mapa de Pinheiro bravo e Eucalipto. 2018.
50. Mapa da Reserva Ecológica Nacional (REN). 2018.





1955

- Área ardida nos municípios
- Área municipal não ardida
- Espécies invasoras
- Espécies autóctones
- Outras espécies



2015

51. Diagrama da relação da área ardida e não ardida. Fonte: COS 2018.w
52. Diagrama da relação da existência de espécies invasoras em relação às autóctones - 1955. Fonte: COS 1955.
53. Diagrama da relação da existência de espécies invasoras em relação às autóctones - 2015. Fonte: COS 2015.

4. O espaço florestal de produção corresponde a zonas, não inseridas na Reserva Ecológica Nacional, ocupadas por povoamentos florestais dominados por pinheiro-bravo ou eucalipto e com fins de exploração intensiva.

5. Portugal, R. e T. de. (2015, November 11). Eucalipto, a árvore que reina sobre a floresta nacional. Eucalipto, a Árvore Que Reina Sobre a Floresta Nacional. https://www.rtp.pt/noticias/incendios-2015/eucalipto-a-arvore-que-reina-sobre-a-floresta-nacional_es86992



Área ardida

A prática de agricultura, uma das atividades centrais e que faz parte da herança histórica e cultural deste território, está gradualmente, a ser abandonada, e os lugares que eram por ela ocupados, substituídos por grandes espaços florestais de produção⁴. A expansão em massa destes lugares, detidos por proprietários privados⁵ que muitas vezes, não efetuam uma boa gestão dos terrenos que possuem, contribui para a degradação da paisagem rural. Se for efetuado um rácio entre espécies invasoras e autóctones no território ao longo dos últimos 30 anos, conclui-se que o aumento do número das invasoras é irrefutável. Em 1995 havia 8594

hectares de espécies invasoras. Em 2015 esse número quase que duplicou, constituindo 15906 hectares de floresta. Em relação às espécies autóctones, existiam em 1995, 46220 hectares, sendo que em 2015 esta área reduziu para 38710 hectares.

Em 2017, nos grandes incêndios de Pedrógão Grande, a área ardida atingiu os 26827 hectares. Passados 7 anos este território ainda não se conseguiu reestruturar, mostrando ainda uma grande prevalência das espécies invasoras.



As plantações de Pinheiro-Bravo e Eucalipto ocupam uma grande mancha florestal no território destas freguesias e caracterizam fortemente a encosta do rio que os separa. A Reserva Ecológica Nacional, que pretende resguardar estas mesmas áreas envolventes do rio, para uma preservação e saúde eficaz do mesmo, acaba por ser comprometida negativamente quando estas espécies são plantadas ou invadem o seu território. O Pinheiro-Bravo e o Eucalipto cobrem densamente esta área, provocando um efeito tampão que impede a infiltração e propagação da água nos solos, limitando a biodiversidade na sua área de ocupação como nos restantes terrenos que as envolvem. O que é natural e desejável para qualquer faixa de proteção das albufeiras é a existência de galerias ripícolas, constituídas por espécies como freixos, amieiros e salgueiros. O descontrolo destas espécies perante o território é uma reflexão do abandono por parte da população nestas zonas do país. É a substituição alarmante e feroz de espécies autóctones ou plantações que demoram décadas a crescer, por produções de monoculturas para um lucro rápido.

54. Sobreposição dos dois mapas anteriores.

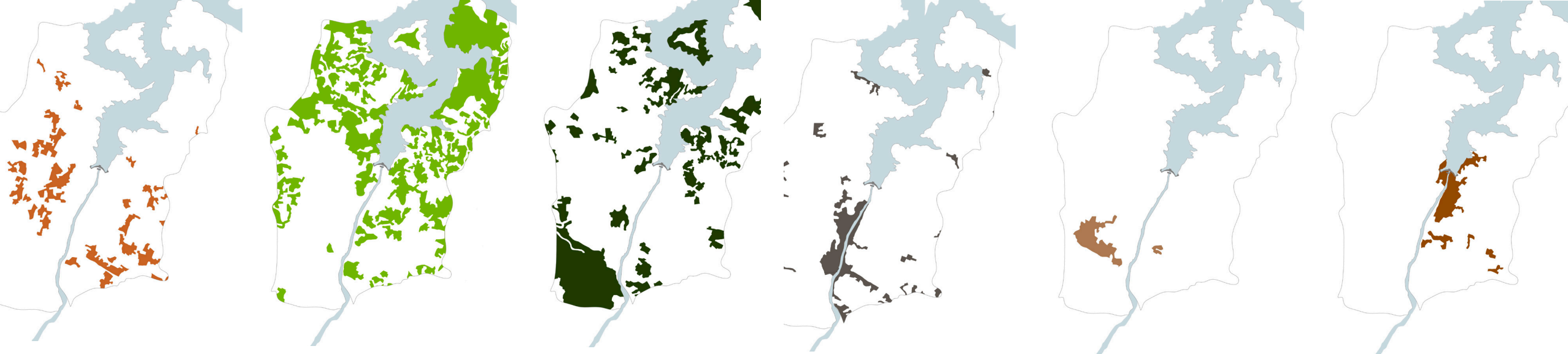


A presença destas espécies nesta área justifica-se pelo seu maior retorno financeiro. A plantação de um eucalipto em Portugal consegue gerar um pequeno rendimento aos proprietários ao fim de apenas 10 anos desde a primeira plantação, enquanto que a plantação de um sobreiro, por exemplo, apresenta um tempo de crescimento muito mais lento, que pode chegar aos 25 anos.

O progressivo despovoamento deste território leva a que haja, deste modo, uma mudança na mentalidade dos proprietários, que antes decidiam plantar uma árvore que apenas iria gerar rendimento aos seus filhos ou netos, mas que dada a situação de desertificação do território, optam antes por plantar espécies que lhes dêem um lucro mais rápido. Passamos então de uma cultura de plantação de árvores geracionais, para a plantação de meros espaços de produção.

- Olival
- Pinheiro Bravo
- Eucalipto
- Outras Folhosas
- Castanheiro
- Sobreiro

55. Mapa de ocupação do solo com espécies de vegetação. Dados do COS2018.

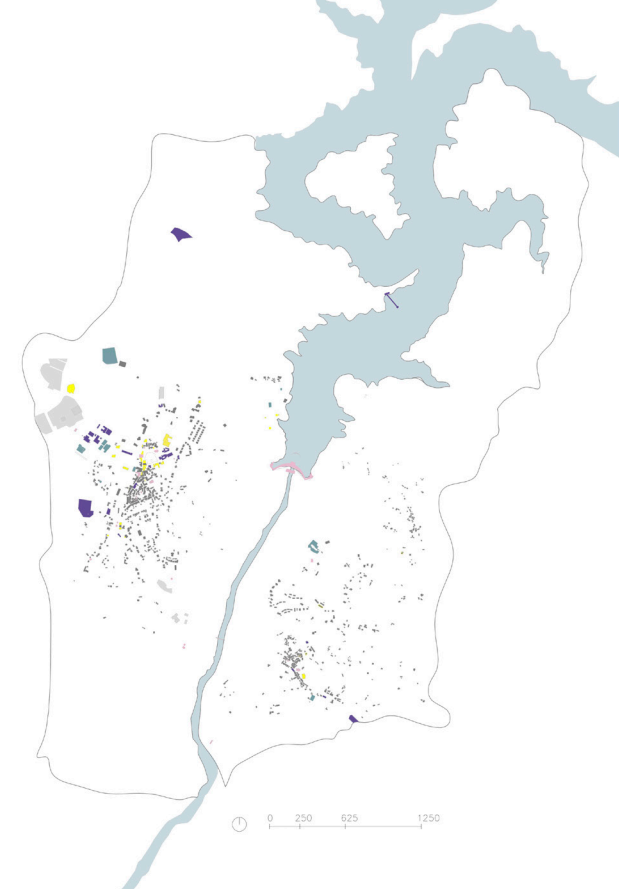
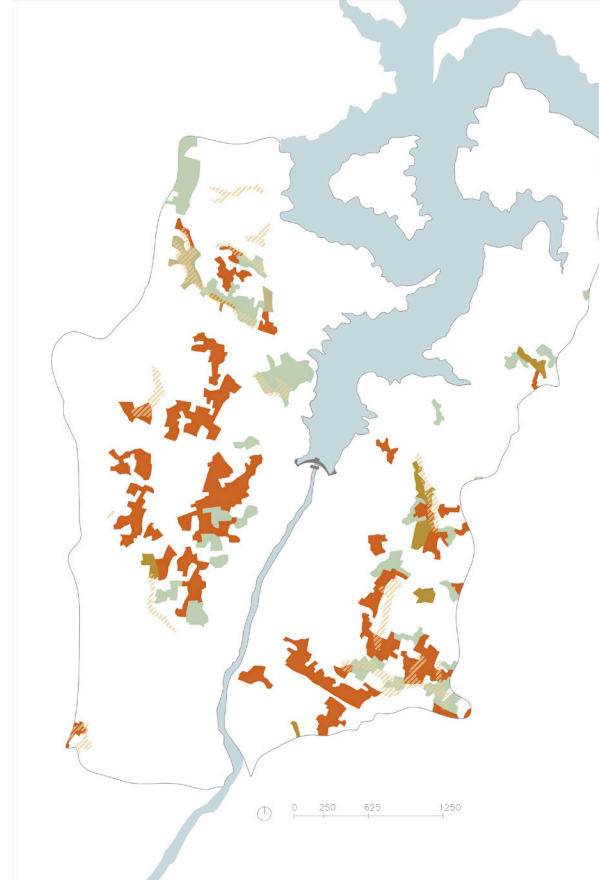
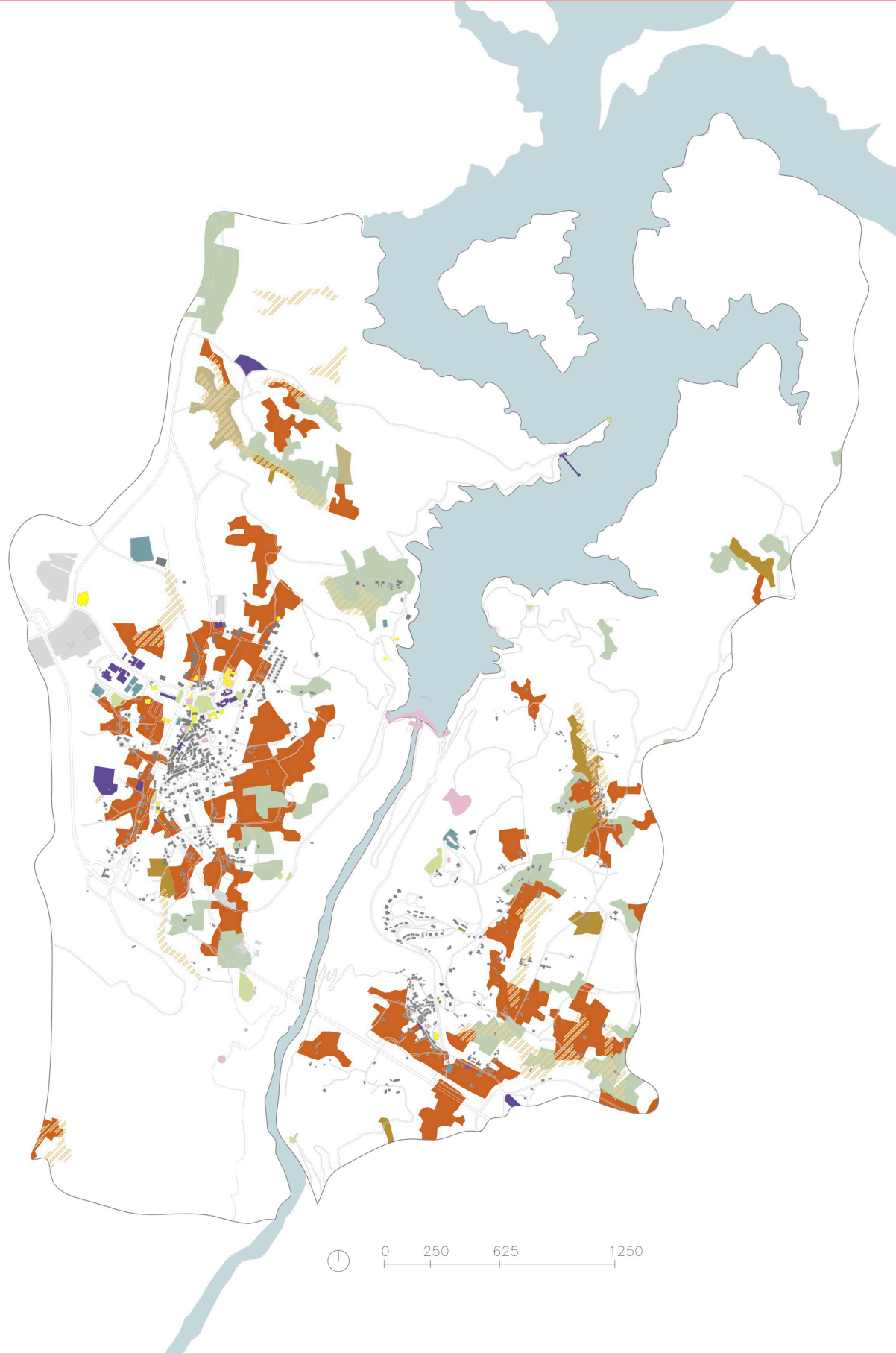


- 56. Olival
- 57. Pinheiro Bravo
- 58. Eucalipto
- 59. Outras Folhosas
- 60. Castanheiro
- 61. Sobreiro

O que acontece a longo prazo com a plantação de eucaliptos é que estes deixam de ser uma fonte de rendimento e passam a ser fonte de gasto em limpeza. “A cada 30 anos, após três cortes, os cepos tinham de ser arrancados e novos eucaliptos plantados⁶.”. Por isso é que os proprietários ao fim deste período, quando percebem que o arranque e replantação da espécie custa quase tanto como o lucro que tiveram nas três décadas anteriores decidem deixar os terrenos ao abandono e permitem que outras espécies invasoras, como as mimosas e acácias, também estas espécies de alta combustibilidade, se apoderem destes lugares.

A acrescentar, esta espécie é considerada “nociva” para os territórios onde são plantados, não só porque têm um impacto negativo na destruição dos solos, induzindo resistência à infiltração de água e risco de erosão nos solos, mas também pela pobreza na biodiversidade que gera nos territórios onde é plantada. Isto sucede-se “[...] devido à composição química das suas folhas, cascas e frutos não utilizáveis por outros seres vivos, nem consumíveis e inibidoras do desenvolvimento de outras espécies.”⁷

- ⁶. Jacinto Silva Duro. (2017, July 14). Portugal é o país com maior área de eucalipto. Jornal de Leiria; Jornal de Leiria. <https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/portugal-e-o-pais-com-maior-area-de-eucalipto-6816>
- ⁷. Marques, J. T. (2018, September 11). A expansão descontrolada do eucalipto em Portugal: “E pur si muove”, por José Trincão Marques. Médio Tejo. <https://mediotejo.net/a-expansao-descontrolada-do-eucalipto-em-portugal-e-pur-si-muove-por-jose-trincao-marques/>



A diminuição populacional exponencial desde o período de construção da Barragem do Cabril, até ao momento atual, traça em Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno um retrato equiparável a muitos outros territórios no centro de Portugal. Este é hoje um território envelhecido, com uma baixa densidade populacional, e com carácter socioeconómico cada vez mais frágil.

- Património Histórico/Cultural
- Desporto e Lazer
- Jardins
- Comércio e Serviços
- Infraestruturas e Serviços Públicos
- Indústria
- RAN
- Olival
- Parcelados
- Culturas de Sequeiro e Regadio

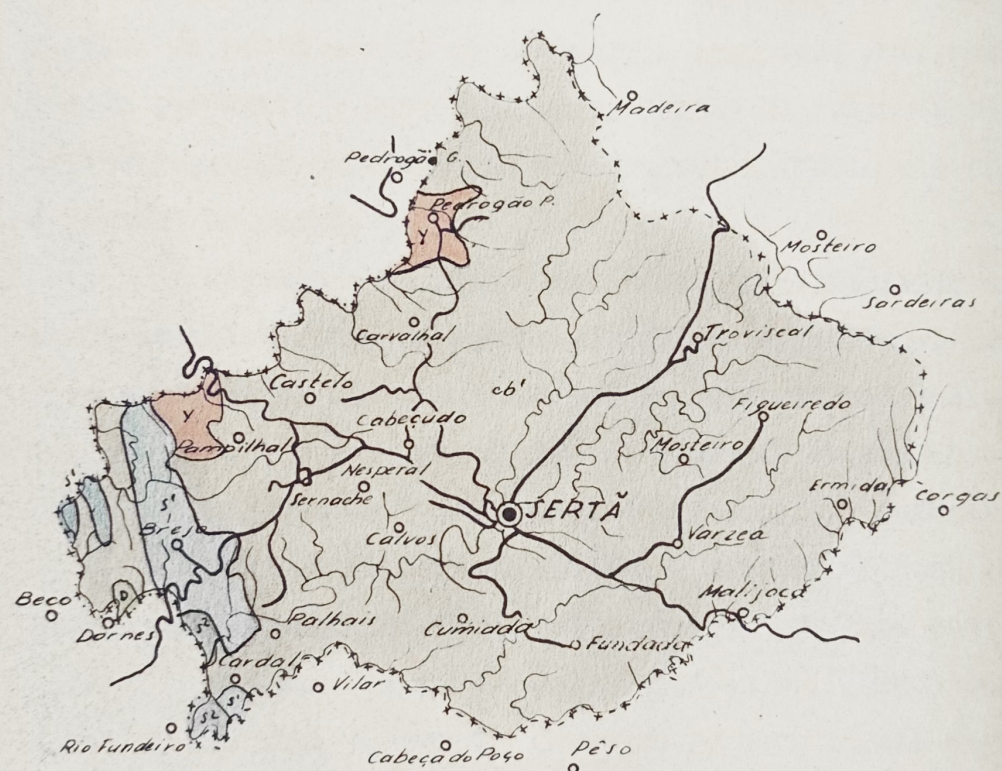
62. Mapa Reserva Agrícola Nacional (RAN).

63. Mapa de atividades.

64. Mapa de atividades, culturas agregadas e RAN.

CONCELHO DA SERTÃ

ZONAS GEOLÓGICAS



- Rochas Plutónicas - Granitos
- Devónico Inferior - Paleozóico
- Silúrico Superior - "
- Silúrico Inferior - "
- Paleozóico e Precâmbrico indiferenciados "complexo xisto-gresoso das Berras"

Escala, 1:250.000

A falta de uma política de partilha e gestão de recursos intermunicipais gera uma oferta excessiva de determinados equipamentos e uma carência muito grande noutros. A falta de habitação é uma das maiores problemáticas neste momento, não só em grandes cidades, mas também no centro deste território, seja para quem procura residir permanentemente, como para quem visita. Existe, para este último grupo, uma carência de alojamento local e de infraestruturas que sirvam de suporte a atividades relacionadas com o turismo. Como consequência da política de gestão de cada município há uma falta de qualidade dos equipamentos públicos existentes. Havendo uma partilha de recursos entre estes dois territórios, espaços públicos como escolas, mercados e unidades de saúde poderiam ser potenciados e oferecer um melhor apoio ao quotidiano desta população. Os proprietários privados, de uma grande parte do edificado presente nos centros destas localidades, optam por não vender a possíveis investidores o património que detêm, ou muitas vezes inflacionam os preços de venda, de tal modo que põe em causa o processo de regeneração deste tecido, necessário à potencialização e à regeneração dos concelhos. A acrescentar, as apertadas normas do PDM, dificultam a expansão da área urbanizável neste território, tornando ainda mais complexo a instalação e melhor gestão de equipamentos.

A prática da agricultura neste território, outrora um dos principais setores de atividade no território, ainda subsiste, e culturas como a do olival, presentes neste território desde a sua primeira ocupação pelos romanos, e da vinha, ainda são de algum modo visíveis e fazem parte da herança cultural deste local. No entanto, a mancha que esta atividade ocupa torna-se cada vez menor, em detrimento de uma paisagem silvícola homogênea, que ganha cada vez mais espaço no território

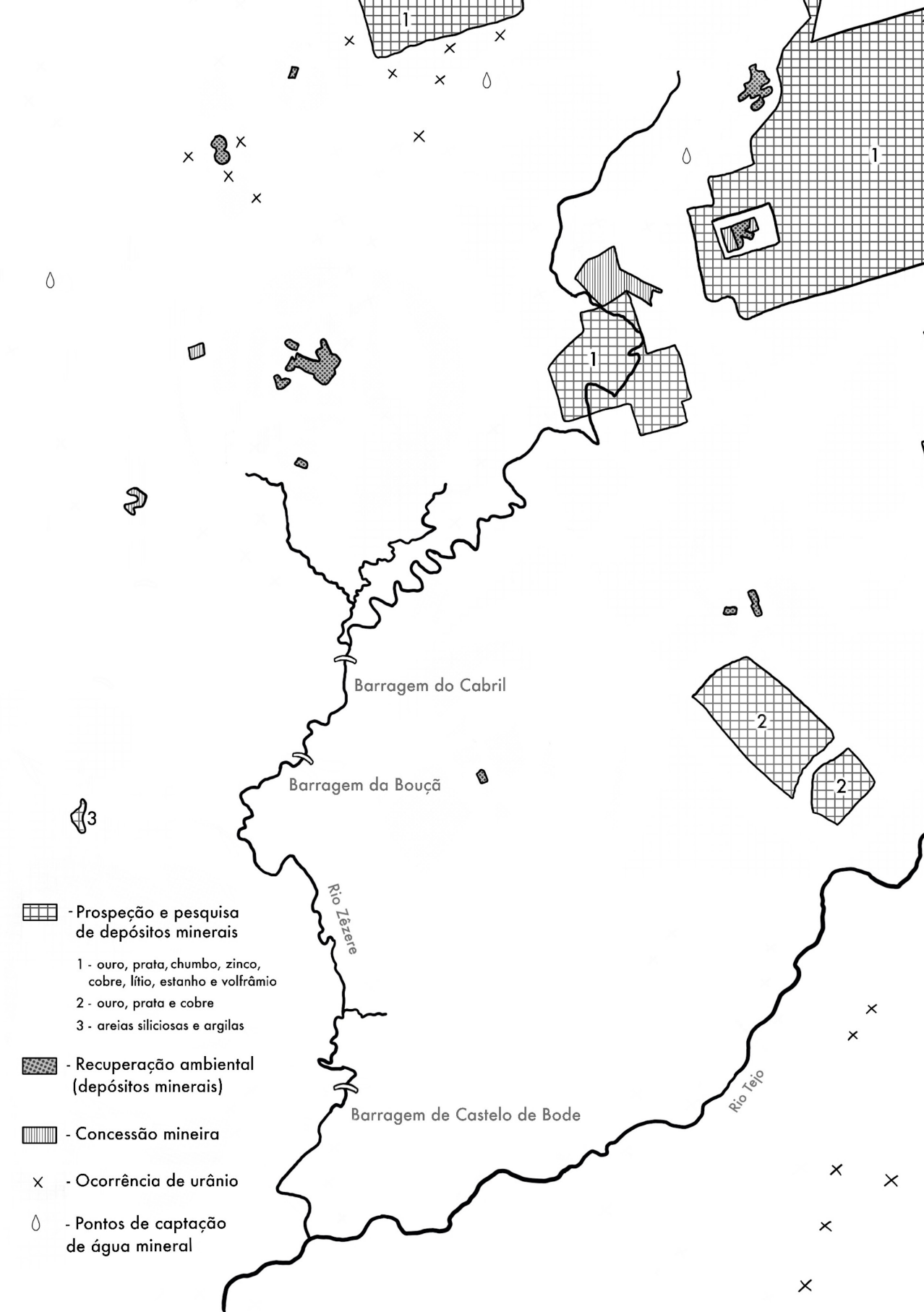
CONCELHO DE PEDRÓGÃO GRAN.

ZONAS GEOLÓGICAS



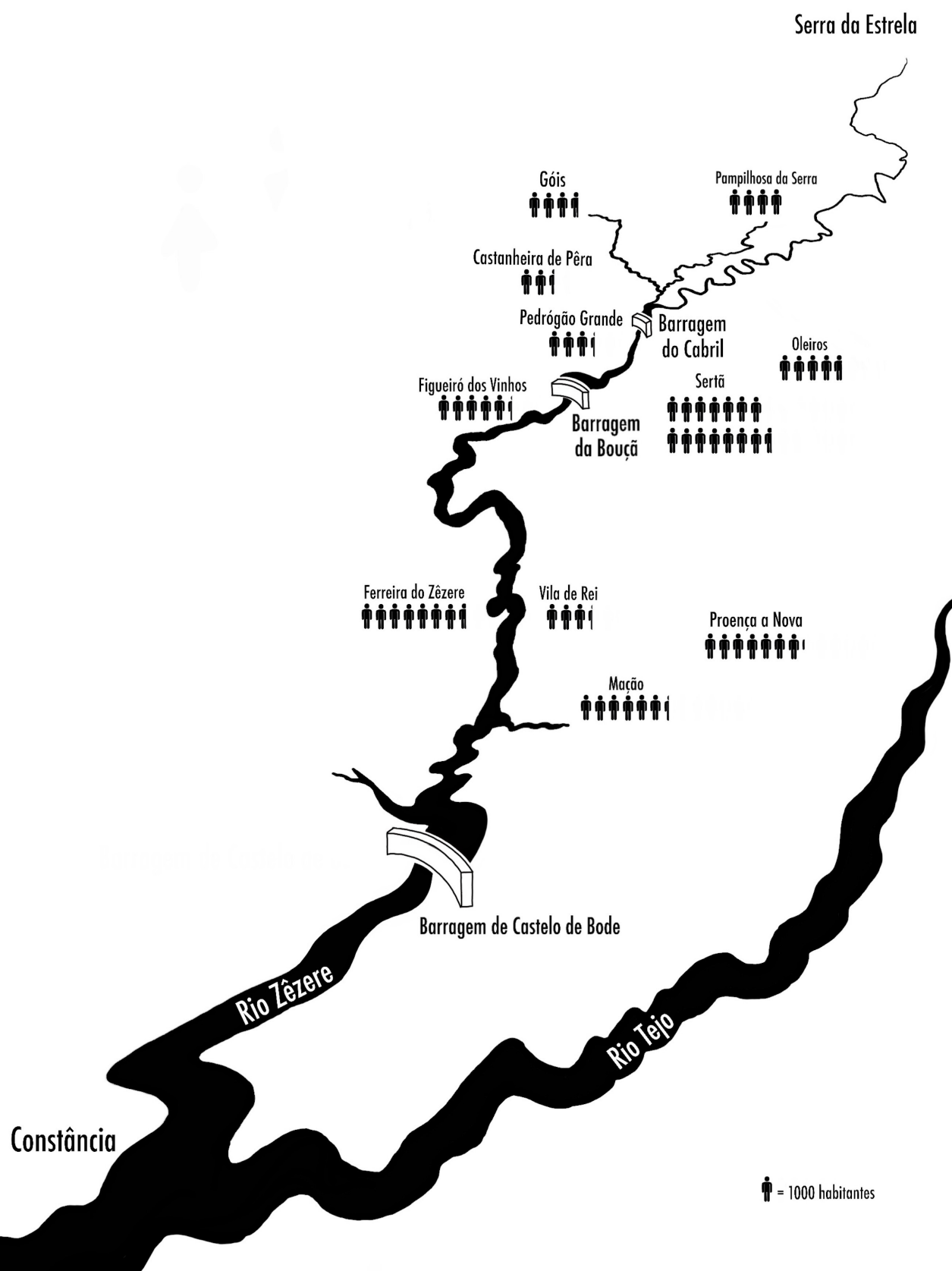
À escala distrital podemos considerar que Leiria e Castelo Branco são distritos ricos em diversos materiais que desempenham um papel importante na economia e no desenvolvimento regional. O distrito de Leiria possui extensas florestas, predominantemente compostas por pinheiro-bravo. Este é uma fonte de madeira e resina utilizados na indústria da construção e do mobiliário. É rico em fontes minerais, como o calcário, utilizado na produção de cimento e na indústria da cal; a argila, utilizada na cerâmica, produção de telhas, tijolos e louças; e ainda a extração de areia, crucial na indústria do vidro. O distrito de Castelo Branco possui uma área florestal rica em pinheiros-bravos, eucaliptos, carvalhos e sobreiros, cuja madeira, resina e cortiça são utilizados na indústria do mobiliário e da papelaria. Em termos geológicos predomina o xisto, utilizado na construção e produção de ardósias; o calcário utilizado na produção de cimento, cal e brita; e a argila utilizada na indústria cerâmica para a produção de telhas, tijolos e louçaria. À escala da Área de Intervenção, sobre o Concelho de Pedrógão Grande e a freguesia de Pedrógão Pequeno, a principal indústria foca-se área florestal, através da obtenção de madeira dos eucaliptos para a produção de celulose e pasta de papel e ainda a extração de madeira e resina dos pinheiros-bravos, utilizados para mobiliário. Estas duas localidades encontram-se numa zona de litossolos ácidos e de afloramento de rochas graníticas. Em termos de métodos construtivos locais, o uso da pedra granítica verifica-se predominante, assim como a madeira de pinheiro na conceção estrutural de telhados e de pisos superiores. Em alguns casos, o barro é usado como argamassa e também elemento impermeabilizante.

66. Mapa das Zonas Geológicas de Pedrógão Grande. Inquérito Agrícola e Florestal. Concelho de Pedrógão Pequeno, 1957.



A exploração de minerais tem sido uma atividade constante desde o tempo dos romanos, em Portugal. Como resultado da mineração, é possível encontrar vestígios desta atividade por todo o território nacional. O aumento significativo de unidades de exploração de minérios como lítio, volfrâmio, chumbo, entre outros, acabam por causar um grande impacto nos ecossistemas. A água, que funciona como principal veículo de propagação dos poluentes, distribui estes metais através dos seus cursos, com consequências devastadoras não só para o rio como também atingindo várias populações, incluindo a área metropolitana de Lisboa. Ultrapassando os focos de poluição superficiais, abrange não só áreas próximas do rio, como grandes focos populacionais que é o caso de Lisboa.

Ao entrarem em contacto com os cursos de água poluída, a flora acaba por se tornar igualmente corrompida. Ao entrar no sistema de outros seres, através da ingestão, doses elevadas de metais propagam-se na circulação sanguínea, criando assim um ciclo vicioso de contaminação, do qual se desconhece as consequências.



Tomando como base o diagrama à escala do rio Zêzere, é possível constatar que as principais áreas de prospeção e pesquisa de depósitos minerais e de concessão mineira se encontram maioritariamente a norte da barragem do Cabril. As minas de prospeção e pesquisa ocupam uma área extensa no território em análise. A nível dos concelhos, estão a ser exploradas no Fundão, Pampilhosa da Serra, Castelo Branco, Vila Velha de Rodão e Carregal do Sal. Para além das pré-existent minas de prospeção e pesquisa, existem também áreas de concessão admitidas para uma possível futura exploração em São Jorge da Beira, Fundão, Miranda do Corvo e Vila Nova de Ceira. Isto leva-nos a concluir que todo o curso de água, desde a nascente até à foz, se encontra contaminado. Algumas destas minas, apesar de ainda se apresentarem numa fase de concessão, continuam a libertar metais pesados que contribuem para a contaminação dos solos, e dos lençóis freáticos que se estendem ao longo do curso do rio Zêzere. Numa perspetiva de atenuar a problemática da contaminação das águas, foram instituídas algumas áreas de recuperação ambiental em Góis, no Fundão, em Sarzedas, em Condeixa-a-nova e na Sertã. Embora este seja um esforço positivo, a área ocupada pelas explorações mineiras excede exageradamente a área afeta à recuperação ambiental, tornando este esforço de reabilitação ingrato e irrisório.

Os pontos de captação de água mineral encontram-se surpreendentemente próximos das áreas de exploração mineira, o que acelera a cadeia de contaminação e a disseminação destes poluentes.

O rio Zêzere organiza-se em 3 níveis, marcados pelas barragens do Cabril, da Bouça e de Castelo de Bode. A implantação das barragens proporcionou um maior fluxo populacional para as áreas adjacentes às mesmas, criando uma relação direta entre a densidade populacional e as áreas contíguas às barragens. No entanto, com o passar dos anos, as indústrias destes locais foram estagnando, o que fez com que a população mais jovem se deslocasse em direção aos grandes polos urbanos, provocando um êxodo rural. Por exemplo, o município da Sertã, que em 1960 tinha uma população superior a 27 mil habitantes, passa a ter em 2021

68. Diagrama de distribuição e dimensão populacional do rio Zêzere.

FLORA E FAUNA

As florestas cobrem as paisagens de territórios rurais e são por isso, parte fundamental do ecossistema. Espécies de árvores autóctones como o sobreiro, o carvalho português e o pinheiro manso, são essenciais para preservar o ecossistema e o habitat selvagem. Por baixo da copa das árvores, existe um sub-estracto composto de arbustos, como a torga ordinária, a esteva, a maleiteira sarmenta e a tripa de ovelha. Por sua vez, a monocultura, quer de pinheiro-bravo, quer de eucalipto, conhecido por consumir grandes quantidades de água do solo, afeta os recursos hídricos disponíveis para outras espécies que tendem a existir junto da albufeira do Cabril em todo o território envolvente, deixando o sub-estracto pobre e impedindo o desenvolvimento de outras espécies como o cedro do Atlas.

Ao longo das margens do rio Zêzere, é revelada uma vegetação que inclui salgueiros, mimosas, sabugueiros, fetos que se vêem também afetadas pela existência de eucaliptos e pelas alterações climáticas extremas e repentinas. Estes habitats ribeirinhos são vitais para a estabilização das margens dos rios, para a prevenção da erosão e para o refúgio de uma multiplicidade de espécies, desde plantas aquáticas a anfíbios e aves, e são por isso, áreas que carecem de cuidado e de planeamento. Já as paisagens agrícolas de Pedrogão Grande e Pedrogão Pequeno caracterizam-se por práticas agrícolas tradicionais que moldaram a flora da região. Olivais, vinhas e pomares pontuam o campo, intercalados por manchas de flores silvestres como o rosmaninho, o alecrim e o tomilho. Estas paisagens cultivadas apoiam o ecossistema de espécies polinizadoras e insetos importantes para a biodiversidade.

Nos limites entre os distritos de Coimbra, Leiria e Castelo Branco, existe uma área que apresenta uma mistura única de caráter mediterrânico e atlântico, promovendo um habitat propício a uma variedade de espécies. As margens do rio Zêzere possuem uma rica diversidade de fauna, contribuindo para a vitalidade ecológica da região, no entanto, ameaçada pelos impactos das mudanças climáticas e pela má gestão do território. Ao longo das margens do rio Zêzere, podemos observar a pega-azul ou o esquivo guarda-rios a voar sobre o rio, margens estas que se adequam a uma grande diversidade de espécie de aves. Os habitats ribeirinhos fornecem recursos essenciais para os anfíbios, como o tritão-de-ventre-laranja e o sapo-par-teiro-comum, sublinhando a importância destes ecossistemas no suporte da biodiversidade.

A presença de mamíferos como a lontra e o lince ibérico, reflectem a interconexão da fauna com a paisagem circundante, e evidenciam o potencial de biodiversidade deste lugar, sublinhando a necessidade de esforços de conservação. A existência de seres-vivos como a lontra, são indicadores de recuperação do habitat face aos incêndios de 2017. Por outro lado, as paisagens agrícolas de Pedrogão Grande e Pedrogão Pequeno albergam espécies como o ouriço-cacheiro e o peneireiro-das-torres, que se adaptaram à coexistência com as actividades humanas. Fatores como a desflorestação, a monocultura do eucalipto que cria um manto tóxico para algumas espécies, a utilização de pesticidas, a poluição das águas com metais pesados no rio têm vindo a ameaçar o habitat das espécies em geral, levando a que algumas, tais como, a salamandra lusitânica, rã ibérica, cobra pentadáctila, lontra-europeia, vaca-loura e rola-brava fiquem em perigo de extinção. É por isso necessário e urgente compreender, preservar e reabilitar esta rica tapeçaria de biodiversidade para promover a coabitação harmoniosa entre os desenvolvimentos rurais e os ecossistemas naturais.



1. Azinheira *Quercus rotundifolia*
2. Trevo Branco *Trifolium repens*
3. Poejo *Mentha pulegium*
4. Violeta-de-Rivinius *Viola riviniana*
5. Miosótis-Dos-Bosques
Omphalodes nitida
6. Língua-de-Vaca *Echium plantagineum*
7. Sabugueiro *Sambucus nigra*
8. Avenca-Brava *Asplenium trichomanes*
9. Cardo-Roxo *Cirsium vulgare*
10. *Centaurium maritimum*
11. Oliveira *Olea europaea*
12. Norça-Preta *Dioscorea communis*
13. Alecrim *Salvia rosmarinus*
14. Azedinha-de-Flores-Vermelhas
Oxalis articulata
15. Feto-Do-Monte
Pteridium aquilinum
16. Tomate-de-Capucho *Physalis peruviana*
17. Funcho *Foeniculum vulgare*
18. Trevo-Dos-Prados
Trifolium pratense
19. Sobreiro *Quercus suber*
20. Azeda *Oxalis pes-caprae*
21. Maleiteira-Sarmenta
Euphorbia peplus
22. Medronheiro *Arbutus unedo*
23. Chicória *Cichorium intybus*
24. Ervas-Das-Sete-Sangrias
Glandora prostrata
25. Polígono-de-Jardim
Persicaria capitata
26. Mimosa *Acacia dealbata*
27. Agulha-de-Eva
Austrocylindropuntia subulata
28. Capuz-de-Frade
Arisarum simorhinum
29. Tripa-de-Ovelha
Andryala integrifolia
30. Eucalipto *Eucalyptus*
31. Erva-Carapau
Lythrum salicaria
32. Quelidónia-Maior
Chelidonium majus
33. Tintureira
Phytolacca americana
34. Tomate-de-capucho
Physalis peruviana
35. Catacuz *Rumex crispus*
36. Queiró *Erica umbellata*
37. Hakea *Hakea decurrens*
38. Perpétua-Das-Areias
Helichrysum stoechas
39. Conchelos *Umbilicus rupestris*
40. Feto-Real *Osmunda regalis*
41. Verrucária-Dos-Cultivos
Heliotropium europaeum
42. Trevo-Branco *Trifolium repens*
44. Esteval *Cistus ladanifer*



1. Sanguinho-Das-Sebes
Rhamnus alaternus
2. Trovisco *Daphne gnidium*
3. Hipericão-Do-Gerês
Hypericum androsaemum
4. Folhado *Viburnum tinus*
5. Dedaleira *Digitalis purpurea*
6. Cedro do atlas *Cedrus atlantica*
7. Morango *Fragaria vesca*
8. Castanheira
9. Padreiro *Acer pseudoplatanus*

10. Arvore-Do-Incenso
Pittosporum undulatum
11. Cimbalaria-Das-Ruínas
Cymbalaria muralis
12. Lâmio-Maculado
Lamium maculatum
13. Carqueja
Genista tridentata
14. Pinheiro Bravo
Pinus pinaster
15. Norça-Preta
Dioscorea communis
16. Tanchagem
Plantago major
17. Diospireiro
Diospyros kaki
18. *Delphinium ajacis*
19. Vitadínia-Das-Floristas
Erigeron karvinskianus
20. Gilbardeira *Ruscus aculeatus*
21. Rabo-de-Gato
Trifolium angustifolium
22. Maleiteira - Sarmenta
Euphorbia peplus
23. Alfaca-Brava-Âspera
Lactuca serriola
24. Corriola-Campestre
Convolvulus arvensis
25. Tabua-de-Folha-Larga
Typha latifolia
26. Torga-Ordinária
Calluna vulgaris
27. Jarro-Bravo
Arum italicum
28. Bole-Bole-Maior
Briza maxima
29. Mentastro
Mentha suaveolens
30. Tuberaria-Mosqueada
Tuberaria guttata
31. Norça - Preta
Dioscorea communis
32. Cachapeiro
Verbascum thapsus



Peixes

1. Enguia *Anguilla Anguilla*
2. Boga *Chondrostoma polylepis Steindachner*
3. Sável *Alosa Alosa*
4. Truta do Rio *Salmo Trutta Trutta*

5. Carpa *Cyprinus Carpio*
6. Achigã *Micropterus Salmoides*
7. Barbo *Barbus Bocage*
8. Perca-Sol *Lepomis gibbosus*

Anfíbios e répteis

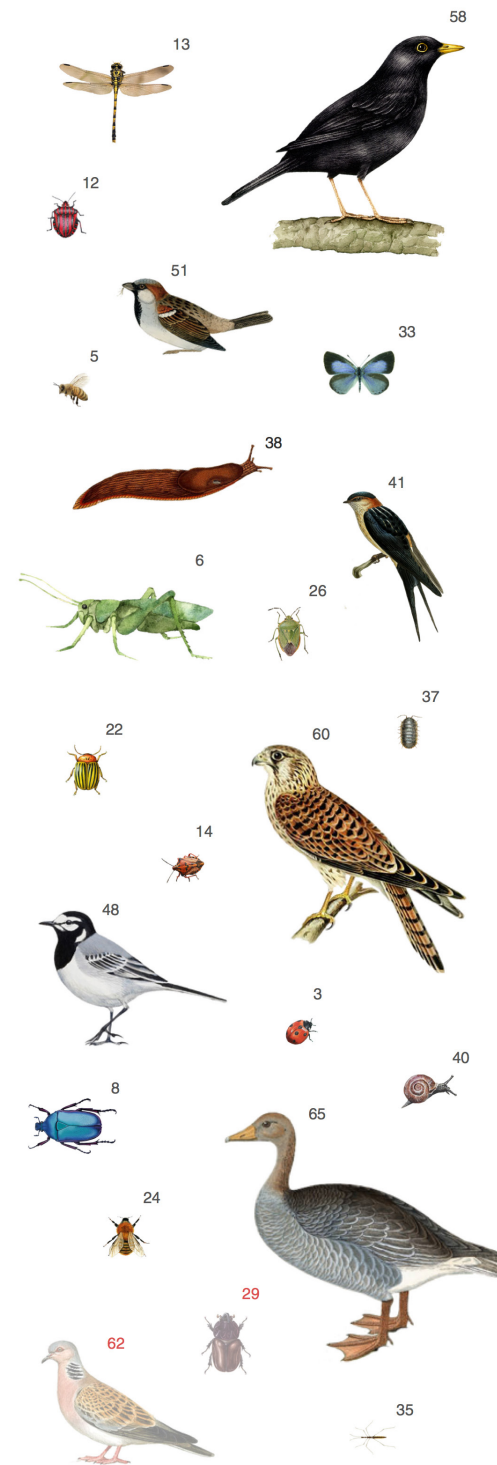
9. Rã-Ibérica *Rana Ibérica* (em perigo de extinção)
10. Rã-verde *Pelophylax perezi*
11. Relá-comum *Hyla arborea*
12. Salamandra-de-pintas-amarelas *Salamandra salamandra*
13. Sapo-comum *Bufo spinosus*
14. Sapo Corredor *Epidalea calamita*
15. Sapo-de-unha-negra *Pelobates cultripes*
16. Sapo-parteiro-comum *Alytes obstetricans*
17. Tritão-de-ventre-laranja *Lissotriton boscai*
18. Lagarto-de-água *Lacerta schreiberi*
19. Osga-comum *Tarentola mauritanica*
20. Cágado-mediterrânico *Mauremys leprosa*
21. Salamandra-lusitana *Chioglossa Lusitânica* (em perigo de extinção)

Mamíferos

35. Esquilo-vermelho *Sciurus vulgaris*
36. Ratazana-castanha *Rattus norvegicus*
37. Ratazana-preta *Rattus rattus*
38. Rato-das-hortas *Mus spretus*
39. Rato-do-campo *Apodemus sylvaticus*
40. Musaranho-de-dentes-brancos-grande *Crociodura russula*
41. Toupeira *Talpa occidentalis*
42. Lontra *Lutrinae* (em perigo de extinção)
43. Ouriço-cacheiro *Erinaceus europaeus*
44. Sacarabos *Herpestes ichneumon*
45. Lince-ibérico *Lynx pardinus*
46. Gato-selvagem *Felis silvestris*
48. Raposa *Canidae*
49. Texugo *Meles Meles*
50. Morcego *Chiroptera*

Fungos e Líquenes

51. Pulmonária *Lobaria pulmonaria*
52. Orzela-do-reino *Evernia prunastri*
53. Trametes versicolor *Trametes versicolor*



Insectos

1. Borboleta *Charaxes jasyus*
2. Libelinha *Anisoptera*
3. Joaninha *Coccinellidae*
4. Vespa *Crabro*
5. Abelha *Anthophila*
6. Gafanhoto *Caelifera*
7. Escorpião *Buthus occitanus*
8. Escaravelho *Scarabaeidae*
9. Cigarra *Cicadoidea*
10. Vaca-Loura *Lucanus cervus*
11. Malhadinha *Pararge aegeria*
12. Percevejo do Funcho *Graphosoma italicum*
13. Gongs das Nascentes *Onychogomphus uncatum*
14. Percevejo - Mediterrâneo *Carpocoris mediterraneus*
15. Carpinheiro *Ergates faber*
16. Libelinha Branca *Platynemius latipes*
17. Guarda Portões *Pyronia tithonus*
18. Caracoleta *Cornu aspersum*
19. Fritilária dos lameiros *Euphydryas aurinia*
20. Libélula Anelada *Cordulegaster boltonii*
21. Gafanhoto do Egito *Anacridium aegyptium*
22. Escaravelho de Batata *Leptinotarsa decemlineata*
23. Gaiteiro Azul *Calopteryx virgo*
24. Abelhão Cardador *Bombus pascuorum*
25. Acobreada Ibérica *Lycaena bleusei*
26. Percevejo - Frade *Nezara viridula*
27. Tecedeira-de-Cruz-Cosmopolita *Araneus diadematus*
28. Morcego - de - Grilo *Mangora acalypha*
29. Escaravelho Rinoceronte Europeu *Oryctes nasicornis*
30. Orthetrum dos Ribeiros *Orthetrum coerulescens*
31. Acobreada *Lycaena phlaeas*
32. Libelinha Crespular *Boyeria Irene*
33. Azul Celeste *Celestrina argiolus*
34. Abelha Carpinheira Violeta *Xyllocopa violacea*
35. Contador de Água *Hydrometra stagnorum*
36. Mil Pés das Florestas *Oxidus Gracilis*
37. Bicho da Conta *Armadillidium vulgare*
38. Lesma Leopardo *Limas Maximus*
39. Cigarra Prateada *Tettigettalna argentata*
40. Caracol Riscado *Cepaea nemoralis*

Aves de Pequeno Porte

41. Andorinha Daurica *Cecropis daurica*
42. Toutinegra de Barrete *Sylvia atricapilla*
43. Abelharuco *Merops apiaster*
44. Melro d'Água *Cinclus cinclus*
45. Milheirinha *Serinus serinus*
46. Tentilhão *Fringilla coelebs*
47. Pintassilgo *Carduelis Carduelis*
48. Alvéola-Branca *Motacilla Alba*
49. Pardal Montês *Passer montanus*
50. Verdilhão *Chloris Chloris*
51. Pardal dos Telhados *Passer Domesticus*
52. Cartaxo Comum *Sxicola rubicola*
53. Estrelinha Real *Regulus ignicapilla*
54. Escrevedeira *Emberiza cirius*
55. Andorinha das Rochas *Ptyonoprogne rupestris*
56. Andorinha *Hirundinidae*
57. Rabirruivo *Phoenicurus ochruros*
58. Melro *Turdus merula*

Aves de Grande Porte

59. Águia-De-Asa-Redonda *Buteo buteo*
60. Peneireiro *Falco tinnunculus*
61. Milhafre *Milvus migrans*
62. Rola Brava *Treptopelia turtur*
63. Cegonha *Ciconia*
64. Pato *Anas platyrhynchos*
65. Ganso *Anser anser*

Viagem ao Cabril



As visitas realizadas pelo atelier Na Margem permitiram uma compreensão mais aprofundada do território em estudo. Através da consulta a arquivos municipais e do contato direto com moradores locais, foi possível reconstruir a memória da área antes e após a construção da Barragem do Cabril, e compreender as dinâmicas que moldaram o seu desenvolvimento.

A primeira visita, realizada em 16 de outubro de 2023, teve como objectivo a consulta aos arquivos municipais de Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno, nomeadamente de os dados disponíveis sobre a construção da barragem e o período anterior à sua existência.

O trabalho foi estruturado por grupos que se dividiram entre os arquivos, a Junta de Freguesia e as aldeias adjacentes. A reunião com as técnicas do Arquivo Municipal de Pedrógão Grande, Susana e Fátima, possibilitou o acesso a uma vasta documentação histórica, enquanto Marta Martins, da Junta de Freguesia de Pedrógão Pequeno, forneceu materiais relevantes para a investigação sobre o território.

A segunda visita, realizada entre os dias 23 e 25 de novembro de 2023, complementou as descobertas iniciais, proporcionando a compreensão técnica da barragem e do seu funcionamento energético, com uma visita guiada pelo engenheiro César Simões às instalações da EDP. Durante esta visita, foram apresentados os métodos construtivos da barragem e do seu funcionamento, destacando-se sua importância para a produção de eletricidade e a necessidade da gestão hídrica eficiente.

As reuniões com os stakeholders foram cruciais para aprofundar a compreensão dos desafios atuais enfrentados pela região. A reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Pequeno trouxe à tona projetos históricos, como o plano para as levadas de 1918, e destacou a importância do túnel do Moinho das Freiras. Já o encontro na Câmara Municipal de Pedrógão Grande, com o Presidente da Câmara e membros da sua equipa, revelou estratégias progressivas para a aquisição de terrenos e a reflorestação com espécies autóctones. No entanto, a predominância do eucaliptal ainda representa um grande desafio para os órgãos executivos devido aos interesses dos proprietários privados. Além disso, foi discutido o impacto dos incêndios de 2017 no turismo, evidenciando a ironia de um aumento na procura turística motivado pela devastação da paisagem local.

Dessa forma, a experiência de campo consolidou a importância de um olhar atento e crítico sobre a relação entre o território, a memória e a sustentabilidade, permitindo que o atelier formulasse uma abordagem informada e sensível para os desafios contemporâneos enfrentados por esta paisagem em transformação.

Gesto Justo

Prognóstico
para um
território

O trabalho, até aqui apresentado, procura consolidar e sistematizar os conhecimentos adquiridos, durante o primeiro semestre, articulando-os com as escolhas individuais. Permitiu a construção de um suporte teórico e prático que justifica as estratégias adotadas ao longo de todo o processo. A investigação não fundamenta apenas as propostas, mas também promove uma reflexão crítica sobre a responsabilidade do arquiteto em imaginar alternativas para o futuro.

Este diagnóstico territorial revelou questões que foram incorporadas nas respostas da fase seguinte, nomeadamente:

Identidade ameaçada:

A perda progressiva das qualidades locais devido ao abandono e à descaracterização das infraestruturas e paisagens.

Degradação ambiental:

A urgência de reflorestamento com espécies autóctones para promover a biodiversidade, regenerar as margens e melhorar a qualidade da água do rio Zêzere.

Infraestruturas obsoletas:

Levantamento de construções degradadas ou abandonadas, nas margens, que ainda possuem potencial para serem reusadas.

Desafios do pós-Antropoceno:

A necessidade de um novo modelo de coexistência interespécies, para uma realidade mais-do-que-humana.

Falta de articulação intermunicipal:

A necessidade de ligar fisicamente e politicamente as duas margens, com o enfoco no atravessamento da EN2 pelo muro da barragem do Cabril.

Para além das casas:

A arquitetura como disciplina estratégica para o ordenamento territorial, capaz de enfrentar a crise ecológica e imaginar futuras alternativas, contribuindo para a transformação social.

A importância do gesto justo:

A procura por intervenções coerentes, responsáveis e sustentáveis que respeitem o contexto e as suas múltiplas camadas.



1

É urgente preservar as tradições que tornam as comunidades rurais únicas, de forma a perpetuar a sua identidade cultural e histórica.

Projetando e recuperando espaços onde atividades como as bandas filarmónicas, os grupos de teatro e os ranchos se possam desenvolver, o arquiteto pode ter um impacto significativo na conservação do legado cultural e histórico destas terras.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
O ritmo e a música.
Matilde Monteiro

2

A preservação do espaço público comum é um recurso fundamental para a coesão social e a vivência comunitária. O mercado enquanto espaço de troca, não apenas de bens, mas de ideias e de saberes. Um espaço capaz de preservar tradições locais, refletir a identidade do território e contribuir para a manutenção de práticas culturais enraizadas na história coletiva.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
Infraestrutura como espaço agregador.
Flávio Ferreira

3

O reuso é uma estratégia fulcral para a regeneração das áreas rurais. A adaptação de estruturas preexistentes permite revitalizar essências, reforçar tradições e criar novas oportunidades que assegurem um futuro promissor para a população e a biodiversidade local.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
Flexibilidade e reuso.
Beatriz Ribeiro

4

O campo é um lugar de e para todos. (Co)habitar o campo deve partir da relação entre o “eu” com o “outro”, o coletivo, e daí com um espaço “rural” vivo, dinâmico e de realidades plurais.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
A paisagem rural como lugar de permanência.
Diogo Vitorino

5

Mobilidade para todos. É necessário repensar o atravessamento da barragem pela EN2 e aproximar Pedrogão Grande e Pedrógão Pequeno.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
Mobilidade: o chão para todos.
Cláudia Costa

6

A água é um bem comum. Tirar partido deste bem por via de desportos náuticos pode ser a opção mais sustentável, pois o mesmo não coloca em causa a integridade dos ecossistemas locais, ao mesmo tempo que promove atividades recreativas e o desenvolvimento económico na região.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
Desporto e lazer.
Davi Souza

7

Repensar habitats e relações multiespécies. Num território transformado pela infraestrutura hidráulica, a água pode ser um espaço de biodiversidade.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
Águas multiespécies.
Inês Silva

8

Espécies resinosas não são floresta. É urgente gerir a floresta e devolver à Natureza os seus agentes ativos.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
O pastoreio na regeneração rural e prevenção de fogos.
Beatriz Duarte

9

A floresta deve representar vida e não uma indústria. Criar condições para permitir vida, biodiversa, sem monoculturas, que não levem ao confronto da erradicação de vida. O fogo sempre existiu e vai continuar a existir, deve-se portanto aprender a dominá-lo e usá-lo de modo a que as florestas permaneçam como espaços vitais de equilíbrio.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
Espaços de fogo.
Carolina Künster

10

(Re)parar!
Reparar na paisagem é saber ver com atenção, ver o que foi negligenciado, e reconhecer a urgência de uma intervenção. Mas reparar na paisagem não basta. Precisamos de aprender a parar e restaurar o equilíbrio ecológico perdido. A reparação não é apenas física, mas simbólica e necessária, para resgatar o relacionamento entre o homem e a Natureza. A Natureza não é um recurso para os humanos e necessita de ser protegida e preservada.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
Reparar.
Irina Benchechi

11

Os sentidos são a ligação imutável entre o homem e natureza. Os sentidos como a ferramenta mais pura que atua no nosso ser. Temos de sentir a efervescência do fogo que consome. Temos de ouvir os medos e desabafos da floresta a morrer. Acordar da inércia e sentir a preciosidade da inexistência de tempo.

Arquiteturas na Margem:
O que te faz feliz?
O fogo e a floresta.
Miguel Matos

GLOSSÁRIO

A

Açude_Obstáculo de terra ou madeira colocado perpendicularmente a um curso de água, destinado a represar as águas. “Construção erguida no leito da ribeira com o objetivo de represar e elevar o nível da água. Até atingir 8 metros, onde a água galga, considera-se açude, para além disso fica sem efeito.” (Costa dos Santos, José (2002), Moinhos da Ribeira de Pera)

Acupuntura_A arte de pequenas intervenções cirúrgicas no território.

Agricultura_O cultivo do solo, por meio de procedimentos, métodos e técnicas próprias. Com o propósito de produzir alimentos para o consumo humano, ou para serem usados como matérias-primas na indústria.

Água_O recurso natural mais abundante no planeta, que mantém o equilíbrio nos ecossistemas, no entanto, nem todo poder ser aproveitado pelo Homem.

Albufeira_Plano de Água formado numa bacia criada por uma Barragem, delimitado pelo Nível de Pleno Armazenamento (NPA).

Alterações Climáticas_Variações dos padrões meteorológicos de longo prazo na Terra, como a temperatura, os níveis do mar e a precipitação.

Ambientalismo_Um movimento que procura a proteção e preservação do meio ambiente, baseado na preocupação com questões relacionadas à degradação ambiental, esgotamento dos recursos naturais, poluição, perda de biodiversidade e mudanças climáticas. Engloba uma variedade de abordagens e atividades, desde a advocacia por políticas ambientais mais rigorosas, até à promoção de práticas sustentáveis no quotidiano.

Analogia_Relação de semelhança entre conceitos. Uma comparação inusitada entre dois objetos diferentes. Usa-se para explicar algo desconhecido ou complexo, por meio de comparação com algo mais familiar ou compreendido.

Antropoceno_É a Era marcada pelo impacto do Homem na Terra. “The Anthropocene is the name given to a geological period in which human-made stuff has created a layer in Earth’s crust: all kinds of plastics, concretes and nucleotides, for example, have formed a discrete and obvious stratum.” (Morton, Timothy (2016), Aesthetics, Ethics and Objects in the Anthropocene) “Con el concepto de futuros multiespecies, este volumen tiene el objetivo de avanzar la comprensión sobre las maneras en que un conjunto de procedimientos archivo, escucha situada, transmisión, nomadismo, hacer con desde el arte, la especulación y el activismo pueden estimular comprensiones de las relaciones entre los humanos y el planeta, más allá del antropocentrismo.” / “La irrupción de lo no humano en las prácticas artísticas desafía la fantasía antropocéntrica que coloca al ser humano sobre las demás especies para poner de manifiesto una relacionalidad multivinculante con el mundo.” (Castro, Azucena (2022), Futuros Multiespecies)

APA_Agência Portuguesa do Ambiente. A entidade responsável e reguladora, pela implementação das políticas de ambiente em Portugal.

B

APRH_Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. A Associação científica e técnica, sem fins lucrativos, que pretende fomentar o tratamento interdisciplinar dos problemas da água, no país.

Aquicultura_Trata do estudo e criação (ou cultivo) controlado de espécies aquáticas tais como peixes, moluscos, crustáceos, etc.

Arquitectura_“(…) uma extensão da cultura, não apenas como manifestação de design e estética, mas também como expressão profunda da identidade e dos valores de uma sociedade (…”. (Correia, Lucinda (2021), Contra-Arquitetura)

Artifício_Um tipo de habilidade, astúcia, construção humana ou recurso técnico, usado normalmente para atingir um objetivo. Um feito pelo ser humano, um artefacto ou obra de arte, uma construção. Um meio ou recurso técnico para alcançar um propósito específico.

Ativista_Alguém que se envolve ativamente em ações destinadas a promover, defender ou lutar por uma causa específica. Este tipo de envolvimento pode assumir diversas formas, incluindo organização de atividades com o propósito de alcançar mudanças sociais, políticas ou ambientais.

Autóctone_Ver Espécie Espontânea. Uma espécie que pertença naturalmente a um território.

Baldios_Terras comuns, não cultivadas ou não utilizadas, mas associadas a zonas rurais. Em Portugal os baldios têm uma história significativa e são geridos por comunidades locais. Os moradores, por vezes, têm direitos coletivos sobre essas terras, e as decisões sobre o uso das mesmas são tomadas de maneira conjunta na comunidade.

“Terrenos destinados a servir de logradouro comum dos vizinhos de uma povoação ou de um grupo de povoações.” / “São baldios os terrenos possuídos e geridos por comunidades locais, definidas como o conjunto dos compartes. São compartes os moradores de uma ou mais freguesias ou parte delas que, segundo os usos e costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio. Não sendo propriedade privada das juntas de freguesias, nem pertencendo ao domínio público do Estado, os terrenos baldios fazem parte do sector comunitário, ou seja, a sua proprietária é a própria comunidade.”. (Khotari, Ashish (2019), Pluriverse)

Barragem_Uma estrutura construída para reter e controlar o fluxo de água. São projetadas para represar a água para diversos propósitos, como gerar energia (Centrais Hidroelétricas), abastecimento de água e controlo de cheias.

Casa do poder das Nações. (Swyngedouw, Erik (2015), Liquid-Power)

Bem-estar_Hoje em dia está associado a uma ideia de conforto pessoal. “(…) positive psychology stresses that we should all stop comparing ourselves to each other and focus on feeling more grateful and empathetic instead.” (Davies, William (2015), The Happiness Industry). “(…) an affective part that has its evaluation based on emotions and feelings, a cognitive part that relies on memories, stored information and barometers

C

Campo_ Terreno não povoado. “The countryside is where the radical changes are (…)”, “I don’t think there should be more planning in the countryside, or that it will be the next big place for architects to intervene. The attraction to megastructures in the industrialized interior is precisely because they have nothing to do with architects. They are ultra-utilitarian warehouses, divorced from architectural ambition.”. (Koolhaas, Rem (2017), Countryside – A Report)

Casa_O lugar emocional, de segurança, conforto e bem-estar, independentemente de ser uma estrutura física específica.

Capitalismo_Política de Sistema Económico baseado na propriedade privada dos meios de produção e exploração, com fins lucrativos.

Capitalismo Verde_ Proveniente de uma política enganadora, associada ao conceito de sustentabilidade, que resulta numa manipulação que apoie a “natureza barata” (exploração de recursos). “Como se ha señalado desde las humanidades ambientales y los estudios culturales³¹, el concepto de sustentabilidad es muchas veces apropiado por discursos de desarrollo (“desarrollo sustentable”, “capitalismo verde”, “ecomodernidad”, “greenwashing”) para apoyar políticas que producen ajustes mínimos con el objetivo de que el sistema que dio origen a la crisis ecológica del Capitaloceno continúe desarrollándose en lo que Jason Moore denomina una “ecología-mundo”³² basada en la constante exploración de “naturalezas baratas” para alimentar las economías de Occidente.”. (Castro, Azucena (2022),

based on expectations upon life quality and a contextual part, that relates to the context proper to all individuals (…”. (Petermans, Ann (2016), Happiness in Place and Space)

Bioclimático_Uma abordagem que considera as condições climáticas e as características biológicas para otimizar o conforto ambiental em espaços construídos. Um encontro da arquitetura sustentável com soluções construtivas mais ecológicas e eficientes.

Biodiversidade_Variedade de organismos vivos encontrados num determinado ambiente, incluindo diversidade de espécies, diversidade genética dentro das populações de espécies e diversidade de ecossistemas. Uma ampla variedade de formas de vida existentes na Terra.

Biofilia(biophilia)_A ideia inata de que os seres humanos têm de sentir uma ligação, uma afinidade e uma atração pela natureza e pelos elementos naturais. Existe uma tendência inata para a procura de conexões com outras formas de vida nos ambientes naturais.

Biosfera_A região da Terra onde existe vida. Inclui todos os organismos vivos, desde as mais simples bactérias até às complexas plantas e animais. É a zona que compreende a parte da Terra onde os seres vivos podem ser encontrados, incluindo a superfície terrestre, os oceanos, as áreas subterrâneas e a atmosfera. Biótico / Abiótico - Biótico (Fauna + Flora + Micro-organismos) – Seres vivos, como as bactérias, protozoários, fungos, plantas e animais / Abiótico – seres “não” vivos, fatores como a radiação solar, a água, os gases, o vento. (Castro, Azucena (2022), Futuros Multiespecies)

Futuros Multiespecies)

Capitaloceno_

Ver Antropoceno + Capitalismo.

Catástrofe

- Um acontecimento referente a uma manifestação de um ou mais riscos que podem tornar-se desastrosos e que envolvem destruição, uma calamidade. Também pode identificar-se uma situação de má qualidade, que causa uma impressão negativa, pode acabar mal ou estar mal feita.

CCDR_

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. A Entidade pública portuguesa que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento regional e a coesão territorial.

Chã_

Uma extensa área plana de terra, como uma planície ou um planalto.

Chthulucene_

“Name for the dynamic ongoing sym-chthonic forces and powers of which people are a part, within which ongoingness is at stake. Maybe, but only maybe, and only with intense commitment and collaborative work and play with other terrans, flourishing for rich multispecies assemblages that include people will be possible. I am calling all this the Chthulucene—past, present, and to come.” (Halaway, Donna (2016), Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene)

Clima_

Um padrão a longo prazo das condições do tempo em regiões específicas, influenciado por diversos elementos e fatores climáticos que atuam na atmosfera. Um conjunto de aspetos e variáveis climáticos que atuam numa determinada localidade ao longo do tempo.

Climate Breakdown_

O colapso das condições climáticas globais, devido ao aquecimento global proveniente de ações humanas, como queima de combustíveis fósseis, queimadas e emissões de gases de efeito estufa. Não implica apenas um aumento da temperatura global, como uma série de consequências adversas como eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos: elevação do nível do mar, acidificação dos oceanos, perda de biodiversidade e alterações nos padrões de precipitação.

Colonização_

Estabelecer um controlo e posse de um território. Envolve geralmente migração de espécies e pode estabelecer-se uma ocupação invasiva numa determinada região, com o objetivo de expansão.

Comum_

Algo que seja compartilhado por uma comunidade. Uma área que possa estar disponível para uso e acesso de todos e para todos, tal como poderá ser relativo a todos, em oposição ao que possa ser privado.

Comunidade_

Um composto de expetativas, interações ou comportamentos com propósito, que os humanos realizam entre si. É uma condição que individualiza a organização e a separa dos outros com o motivo de agrupar as pessoas que possam compartilhar os mesmos desejos, motivações, ou até mesmo um lugar, em que apenas aquando juntas, faz sentido.

Constrangimentos_

Todos os projetos estão sujeitos a um conjunto de constrangimentos externos que têm de ser observados cuidadosamente. Dizem-nos o que “não pode ser ou acontecer” (como impossibilidades, ou condicionantes), e saber identificar limitações. Cada constrangimento é uma oportunidade.

Construção_

Ação de construir. Dar forma a algo.

Consumismo_

“If consumption and materialism remain both cause and effect of individualistic unhappy cultures, the vicious circle is a profitable one for those involved in marketing.” (Davies, William (2015), The Happiness Industry)

COP28_

28ª Edição Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2023 ou Conferência da CQNUMC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima).

COS_

Carta de Ocupação dos Solos.

Cultura_

Um conjunto de conhecimentos, comportamentos, costumes, expressões, que caracterizam uma sociedade ou comunidade específica. É uma dinâmica que está em constante evolução, que pode também ser influenciada por interações culturais, migrações e eventos históricos. Cada comunidade é única na sua cultura e a diversidade cultural é uma característica fundamental da experiência humana.

D

Decrescimento_

Uma redução deliberada e sustentada do consumo e da produção de bens e serviços.

Desenvolvimento

Sustentável_

Satisfação das necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Desperdício_

Uma utilização inadequada ou uma perda de recursos, devido a ações ou processos ineficientes, descuido ou falta de consideração. Implica uma utilização desnecessária de recursos que poderiam ter um melhor aproveitamento.

Dopamina_

Um componente químico do cérebro, que funciona como um sistema de recompensa neurológica. “(…) a dopamina é libertada dos nossos cérebros quando existe uma recompensa por uma boa decisão, tal como nos, os animais também são governados por prazeres e por dor, repetindo as ações que lhes trazem recompensas e evitando aquelas que lhes trazem dor”. (Davies, William (2015), The Happiness Industry)

Diversidade_

A presença de diferenças variadas, em termos de características ou qualquer outra forma de distinção. A valorização da multiplicidade de perspetivas, experiências e identidades presentes numa determinada comunidade, sociedade ou ambiente.

E

Eco-Ativismo_Grupos e organizações que se dedicam a enfrentar problemas ambientais como a mudança climática, a poluição, a destruição de habitats naturais, a perda de biodiversidade e outros desafios que afetam a saúde e o equilíbrio dos ecossistemas e a qualidade de vida das pessoas.

Ecocídio_Destruição em massa da Natureza. Uma destruição extensa e deliberada do meio ambiente natural, incluindo ecossistemas, fauna, flora e recursos naturais. Um dano ambiental significativo provocado por atividades humanas que resultam em impactos irreversíveis ou de longo prazo para o equilíbrio ecológico do planeta.

Ecologia_O ramo que estuda as interações entre os organismos e o ambiente. As relações dos seres vivos com os habitats físicos. Uma compreensão sobre a conservação da biodiversidade, na gestão de recursos naturais e na abordagem de questões ambientais e globais, como a mudança climática e a perda de habitats.

Economia Circular_“Visa dissociar o crescimento económico dos impactos ambientais - com objetivos como: reduzir o uso de matéria-prima para reverter o modelo extractivista do sistema económico atual; impulsionar praticas de reutilização, evitando descartar padrões para matérias e materiais que ainda tenham valor de uso para diferentes partes da sociedade; aumentar a reciclabilidade dos bens através da implementação de um acordo de mercado eficaz para materiais secundários.”. (Khotari, Ashish (2019), Pluriverse)

Economia de meios_Permite otimizar a utilização dos recursos disponíveis a partir da produção de conhecimentos objetivos, precisos e oportunos.

Ecossistema_Um sistema complexo composto por uma comunidade de organismos vivos (como plantas, animais, microorganismos) que interagem entre si no ambiente físico onde vivem (como solo, água, ar). Uma unidade funcional composta por elementos bióticos e a abióticos.

Emergência Climática_A crescente consciência de que as mudanças climáticas representam uma ameaça existencial à humanidade e ao planeta. Uma ação que se torna imediata e decisiva, necessária para mitigar as mudanças climáticas.

Ensaio_“(…) o ensaio pessoal propriamente dito – o aparelho formal de introspeção honesta e de compromisso sustentado com as ideias, tal como descrito por Montaigne e desenvolvido por Emerson, Woolf e Baldwin – está em eclipse. (...) A este propósito acho oportuno mencionar mais duas lições que aprendi com Henry Finder. Uma foi que, qualquer ensaio, mesmo um texto de reflexão, conta uma história. A outra foi que Só há duas maneiras de organizar as matérias: “Isto é como aquilo” e “Isto resulta daquilo”. Talvez estes preceitos pareçam óbvios, mas qualquer pessoa que corrija trabalhos liceais ou universitários sabe que não são. Para mim, em particular, não é evidente que um texto de reflexão deva seguir as regras do drama. E, no entanto, não é verdade que uma boa discussão começa por formular um problema difícil? E que a seguir propõe uma saída para o problema através de uma solução audaciosa, e levanta obstáculos sob a forma de objeções e contra-argumentos para, no fim, por via de uma série de inflexões, nos levar a uma conclusão imprevista, mas satisfatória? (...) Se o leitor aceitar a premissa de Henry, de que uma peça de prosa bem conseguida consiste em material organizado sob a forma de uma história, e se comungar da minha convicção de que as nossas identidades consistem nas histórias que contamos sobre nós próprios, faz sentido que obtenhamos uma forte dose de substância pessoal no trabalho de escrever e no prazer de ler.” (Franzen, Jonathan (2018), O fim do fim da Terra)

Escada de Peixes_Estrutura construída em torno de barreiras naturais ou artificiais, para facilitar a transportação de peixe e espécies que necessitam de migração.

Espécie Espontânea_Espécie vegetal, autóctone, cujo surgimento não foi resultante da intervenção humana direta, nomeadamente por plantação.

Espécie Invasora_Espécie suscetível de, por si própria, ocupar o território de uma forma excessiva em área, provocando uma modificação significativa nos ecossistemas em que ocorre.

Estação Náutica_A integração e desenvolvimento de atividades turísticas relacionadas com a água, tais como navegação, mergulho, pesca, desportos aquáticos, turismo de observação de vida marinha.

ETAR_Estação de Tratamento de Águas Residuais

Ética_O estudo do comportamento humano e os princípios morais que orientam as ações individuais e coletivas. Uma contribuição para o bem-estar individual e coletivo, na construção de uma sociedade mais justa.

Etimologia_A origem das palavras num só estudo, sobre a formação, evolução e significado, ao longo do tempo.

Extratativismo_Cultura de extração implementada na época do colonialismo. / O olhar para Terra, e o que a constitui, como um recurso.

F

Felicidade_Uma cultura que valoriza apenas otimismo, vai produzir patologias de pessimismo, com sintomas tais como: depressão, falta de sono, falta de libido. / O sentido de comunidade também desperta a felicidade.
“A negative frame of mind, including depression itself, is known to be socially contagious.” / “We have become obsessed with money and acquisition at the expense of our social relationships in our own human fulfilment.” / “Para perceber um termo psicológico como a felicidade, humor, ou motivação, é preciso percebê-lo tanto como ocorre nos outros, como ocorre em cada indivíduo. Eu sei o que felicidade significa, porque eu sei como descrevê-lo nos outros e sei reconhecê-lo na minha própria vida.” (Davies, William (2015), The Happiness Industry)

Fogo_É uma manifestação de combustão com emissão de luz e calor.
“O fogo é a síntese do contexto.” / “(...) só conseguimos mudar a magnitude com que ele se expressa, se alterarmos antecipadamente o seu contexto, isto é, a vegetação suscetível de arder.” (J. Pyne, Stephen (2023), Piroceno) .

G

Galeria Ripícola_Formações de espécies vegetais autóctones nas zonas de transição entre ecossistemas aquáticos e terrestres.

Green Ethics_
“(...) emerged with the environmental movement of the 1970s. That movement focused largely on the important task of finding a better way to act toward nature, but our current times require something else: that we derive na ethics from the ways nature acts on us.” (Kohn, Eduardo (2013), Forest for the Trees)

Green Washing_
Ver Capitalismo Verde.

H

Hegemonia_Um domínio ou influência exercida por parte de um grupo ou poder sobre outros, seja no âmbito internacional, político, económico, cultural ou social. Um domínio de ideias, valores ou normas sobre outros indivíduos, numa sociedade.

HEZ_Hidroelétrica do Zêzere (criada em 1945), EDP.

Holoceno_Últimos 11.700 anos da história do Planeta Terra.

Hulha Branca_Água em queda aproveitada para produção de energia elétrica.

Hulha Negra_Carvão fóssil, negro, de aparência compacta, bandado, que, depois da antracite, é o que tem maior percentagem de carbono.

Humano_Uma descrição de características físicas e mentais da espécie Homo Sapiens, quanto a comportamentos e qualidades distintivas da espécie humana em relação a outros seres vivos - compaixão, empatia, solidariedade, criatividade.

I

ICNF_Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

IHRU_Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. A entidade pública promotora da política nacional de habitação.

Incêndio_É uma ocorrência de fogo não controlado, que pode ser extremamente perigosa para os seres vivos e todas as estruturas envolventes.

Indígena_Membro de uma tribo que resiste à colonização e que vive em simbiose com o meio natural, alguém com proximidade ao local que o corpo habita.

Invasor_Influências que entram num domínio cultural, social ou político, de forma intrusiva ou indesejada, podendo provocar mudanças perturbadoras. Algo ou alguém que também poderá entrar de forma não autorizada ou ilegal, associando-se conotações de violação, ocupação ou interferência indesejada.

J

Jusante_A posição para que flui um curso de água. A direção para a qual o curso de água corre.

Justiça Ambiental_A garantia de que todos possam ter o direito a um ambiente sustentável, saudável e seguro, incluindo equidade no acesso aos recursos naturais, participação publica nas decisões ambientais e proteção dos direitos das comunidades mais afetadas nestas questões. Reconhece-se que as comunidades mais vulneráveis enfrentam uma carga desproporcional de impactos ambientais negativos, tais como, a poluição do ar, degradação do solo e exposição a produtos químicos tóxicos.

Justiça Social_A distribuição equitativa de oportunidades, recursos e direitos na sociedade, com o objetivo de garantir que todos os membros de uma comunidade, tenham acesso a condições de vida dignas e igualdade de oportunidades. A promoção de políticas e práticas que combatam a discriminação, a marginalização e a exclusão social.

L

Leito_O fundo de um rio, onde a água corre. A parte do canal que está permanentemente coberta pela água.

Limite_É uma linha/barreira imaginária de extremo, como impedimento de ultrapassar para além do estipulado de um determinado objetivo. / Limite físico de extremo que se poderá, ou não, atingir.

Lógica_A procura pelo entender de um pensamento que poderá ser organizado de maneira consistente e coerente para chegar a conclusões verdadeiras com base em premissas válidas.

Lugar_Um espaço físico, num sentido básico, numa área ou ponto específico terrestre. Um espaço que também poderá ser conceitual ou figurativo, como um “lugar na mente”, para a descrição de uma ideia ou conceito abstrato.

M

Manifesto_Ação/ Reação a cerca de um problema.

Margem_Barreira que deveria agir como filtro, mas não funciona. Limites adjacentes ao limite do rio cuja composição afeta o estado da água. “O dorso da Albufeira.” (Ferraz, Telmo (1960), Lodo e as Estrelas).

Meandro_Curva acentuada de um rio que muda de forma e posição consoante as variações de maior ou menor energia e cargas fluviais durante as várias estações do ano.

N

Não-Humano_Todos os organismos que não o Ser Humano. Produções fora de uma proveniência e alcance Humano.

Natural_Uma ocorrência não produzida ou modificada por humanos. Algo que estará em conformidade com leis ou padrões fundamentais da natureza, da física, da biologia ou de outros campos científicos.

Natureza_O mundo físico, de seres vivos, e ambientes naturais, com processos naturais, que existem independentemente da intervenção humana.

Memória_Retenção e recuperação de experiências, conhecimentos, habilidades e percepções, ao longo do tempo. Uma caracterização fundamental à identidade pessoal.

Metáfora_Uma comparação implícita entre duas coisas diferentes, destacando uma semelhança subjacente entre elas através da utilização de uma palavra ou expressão, num determinado contexto, para descrever algo de forma simbólica ou figurativa.

Mineração_A extração de minerais, metais, combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural, e outros recursos naturais do solo ou subsolo da Terra, para uso Humano. Uma atividade essencial à economia global agregada ao provável desenvolvimento de impactos ambientais significativos.

Montante_A direção de onde é proveniente o curso de água num rio. Refere-se à zona onde está armazenada a água das Barragens nas Albufeiras.

Multiculturalismo_A coexistência de diversas culturas dentro de uma sociedade ou comunidade. O reconhecimento e valorização da diversidade cultural, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades para todos os grupos culturais.

Multiespécies_A diversidade biológica e a coexistência de várias espécies num mesmo habitat, reconhecendo as diferentes interações entre as mesmas e os papéis que desempenham na estrutura e funcionamento dos ecossistemas.

O compromisso com a regeneração do território

Conclusão

Patrícia Barbas

O atelier Na Margem evidencia, através destas reflexões individuais, que o futuro do território não pode ser apenas um exercício de planeamento, mas uma ação contínua de respeito, escuta e intervenção consciente. O território do Zêzere, profundamente marcado pela construção da barragem do Cabril, é um espaço de contrastes. Entre a memória e a transformação, a infraestrutura e a ecologia, a presença humana e o abandono, a investigação do atelier Na Margem revelou as tensões que moldam este lugar. Mais do que um estudo sobre a paisagem, este trabalho questiona o impacto da intervenção humana e propõe caminhos alternativos para a regeneração do território.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que o Zêzere não pode ser compreendido apenas como um cenário natural, mas sim como um território vivo, onde infraestruturas, monoculturas e práticas extrativistas disputam espaço com ecossistemas ribeirinhos, florestas e comunidades. A barragem do Cabril alterou radicalmente a relação entre o rio e o vale, submergindo aldeias, redesenhando acessibilidades e moldando o desenvolvimento da região. O que antes era um território de ocupação agrícola e de práticas tradicionais deu lugar a uma paisagem fragmentada, onde os impactos ambientais e sociais ainda hoje se fazem sentir.

A investigação abordou os efeitos do despovoamento, a estagnação das infraestruturas industriais e a dependência económica de práticas insustentáveis, como as monoculturas florestais e as explorações mineiras. A pesquisa revelou que a presença de metais pesados na água, a contaminação dos solos e a degradação dos habitats naturais são ameaças persistentes que comprometem a biodiversidade e a qualidade de vida na região.

A floresta, que deveria ser um espaço de vida e biodiversidade, foi transformada, ao longo do tempo, numa paisagem homogénea e altamente inflamável, dominada por eucaliptos e pinheiros-bravos. O incêndio de 2017 que resultou na morte de 66 pessoas, atingindo 261 casas e devastou mais de 53.000 ha, foi um reflexo dessa vulnerabilidade, agravada pelo abandono das terras agrícolas e pela falta de um plano eficaz de gestão territorial e florestal.

Apesar da magnitude dos desafios, a investigação aponta para um caminho de possibilidades e reconstrução. Através das viagens de campo e do contacto com os habitantes locais, tornou-se evidente que o território ainda guarda saberes ancestrais e práticas resilientes que podem ser reativadas para promover uma nova relação entre a arquitetura, a paisagem e a comunidade.

A revitalização do território rural depende da capacidade de resgatar tradições, regenerar ecossistemas e integrar o ser humano na paisagem de forma equilibrada. O campo não é um lugar estático, mas um espaço de transformação, onde o passado e o futuro podem coexistir em harmonia.

A arquitetura tem um papel fundamental na preservação da identidade local e na construção de um futuro sustentável. Mas, mais do que desenhar novos espaços, é preciso aprender a ler e ouvir a paisagem, a respeitar os seus ritmos e a atuar com sensibilidade e responsabilidade.

Se o campo é um lugar de todos, então que seja um lugar de reconstrução, de reconciliação e de futuro.

